

**UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E
TECNOLOGIAS**

Departamento de Museologia

**A MUSEOLOGIA E A ESCOLA
num
PROCESSO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO
o caso das Pedreiras do Moimento
entre
1990-1992**

Maria Palmira Ribeiro de Carvalho

Dissertação apresentada na ULHT para a obtenção do grau de mestre em Museologia

Orientador:
Professor Doutor Mário C. Moutinho

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS
MESTRADO EM MUSEOLOGIA – 1999-2001

A MUSEOLOGIA E A ESCOLA
num
PROCESSO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO
o caso das Pedreiras do Moimento
entre
1990-1992

Orientador – Professor Doutor Mário C. Moutinho

Mestranda – Dra. Maria Palmira Ribeiro de Carvalho

RESUMO:

Este trabalho incide num estudo sobre a musealização das Pedreiras do Moimento, localizadas na Freguesia de Fátima, a cerca de 500m do lugar com o mesmo nome, a 1Km da Cova da Iria e a 1Km do troço da auto-estrada A1 que liga Torres Novas a Fátima.

A partir do enquadramento teórico reconhece-se o papel preponderante da museologia accionalista na preservação deste património, das identidades e do meio ambiente.

Assim, as Pedreiras do Moimento ao terem sido tomadas como referencial pelas escolas, para o exercício da cidadania com vista a um desenvolvimento social e cultural dos alunos e da comunidade, prova que estas pedreiras, como um dos patrimónios da Freguesia de Fátima, com a ecomuseologia e a exomuseologia, poderão vir a constituir-se num pólo de desenvolvimento integrado e num poderoso “travão ecológico” ao crescimento desregrado e desarticulado da actual cidade de Fátima.

Palavras chave: museologia accionalista, escola, comunidade, património, identidades, desenvolvimento, ecomuseologia, exomuseologia, cidadania.

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIA
MASTERSHIP IN MUSEOLOGY – 1999-2000

MUSEOLOGY AND SCHOOL
as an
INTEGRATED PROCESS OF DEVELOPMENT
case-study at Moimento's Quarries
between
1990-1992

Supervisor – Professor Doutor Mário C. Coutinho

Master-student – Dr^a. Maria Palmira Ribeiro de Carvalho

ABSTRACT:

The present work focus on the study of the museumlization of Moimento's Quarries, located in the civil parish of Fátima, 500m ahead from the place with the same name, 1km away from Cova da Iria and 1km away from highway A1 which links Torres Novas and Fátima.

Based on the theoretical embodiment, we can recognise the preponderant role of an active museology on the preservation of this patrimony, identities and environment.

Therefore, as schools take Moimento's Quarries as a reference for the practise of citizenship looking towards the social and cultural development of students and community, we can prove that this quarries, as a patrimony of the parish of Fátima, allied with eco-museology and geo-museology (exo-museology), may become a centre of an integrated development and act as a powerful "ecological brake" on the unruly and inarticulate growth of the present city of Fátima.

Key-words: active museology, school, community, patrimony, identities, development, eco-museology, exo-museology, citizenship.

ÍNDICE

AGRADECIMENTO

APRESENTAÇÃO

1- Nota preambular.....	1
2- Introdução.....	2

1- PROBLEMÁTICA E QUADRO TEÓRICO

1.1- Problemática – do objecto de estudo ao estudo do objecto.....	4
1.2- Quadro teórico.....	6
1.2.1- A ecomuseologia.....	7
1.2.2- A exomuseologia.....	19
1.2.3- A escola e a museologia nos “espaços de liberalidade”.....	24

2- METODOLOGIA.....28

3- A ESCOLA COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO E DE VALORIZAÇÃO DAS PEDREIRAS DO MOIMENTO

3.1- Projecto de animação sócio-educativa e cultural com as Escolas do 1º Ciclo da Freguesia de Fátima – uma experiência/um processo de acção - 1990-1992	33
3.2- Avaliação deste projecto.....	37
3.3- Relação escola / comunidade / património.....	41

4- A LOCALIZAÇÃO ESPACIAL DAS PEDREIRAS DO MOIMENTO E A SUA HISTÓRIA NA REGIÃO DE FÁTIMA

4.1- A localização espacial das Pedreiras do Moimento.....	44
4.2- O lugar do Moimento – origem e crescimento.....	49

4.3- Cova da Iria/Fátima – O crescimento urbano.....	51
5- O TRABALHO NAS PEDREIRAS	
5.1- O trabalho e a sua caracterização.....	55
5.2- A extração da pedra.....	58
5.3- O carregamento e o transporte.....	64
5.4- A tradição	70
5.5- A pedra, as pedreiras e o simbólico dos espaços.....	71
6- AS PEDREIRAS DO MOIMENTO COMO PÓLO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E DE SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL	
6.1- O ambiente natural e a identidade local.....	84
6.2- As estratégias de planeamento.....	87
7- PERSPECTIVAÇÃO PARA O FUTURO – PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO MUSEAL NAS PEDREIRAS DO MOIMENTO	
7.1- A dimensão e a forma das pedreiras (a do Norte e a do Sul).....	94
7.2- Aproveitamento da disposição espacial das pedreiras.....	95
7.3- A pedreira Sul.....	100
7.4- A pedreira Norte.....	102
CONCLUSÃO.....	106
INFORMANTES.....	111
BIBLIOGRAFIA.....	112
ÍNDICE CIENTÍFICO.....	119

AGRADECIMENTOS

Neste trabalho que constitui o resultado de uma parte do meu percurso, tiveram especial significado algumas pessoas.

Dentre elas saliento, em primeiro lugar, os meus filhos – João e Ana – pelo amor e paciência com que “aturaram” todas as minhas preocupações; a minha tia Maria Rosa e as minhas primas Maria Alice e Cacilda por, sempre que fui obrigada a permanecer em Lisboa, me abrirem a sua casa e me motivaram; ao Joaquim Roque e ao Manuel Serafim, meus colegas de estudo e de trabalho que, ao longo destes anos, nunca me poupando a críticas, numa relação de franca amizade, provocaram em mim um sentido de permanente aprendizagem.

O meu agradecimento vai também, de forma inequívoca, para o Professor Doutor Mário Canova Moutinho que, tendo vindo a acompanhar-me como professor, desde há onze anos, em cursos de pós-graduação em museologia social e museologia, aceitou ser meu orientador e me ajudou a ultrapassar dificuldades de toda a ordem, devo-lhe, reconhecida, a concretização deste trabalho.

Exprimo, igualmente, o meu reconhecimento à Professora D. Maria do Fetal , a todas as outras professoras do Conselho Escolar das Escolas do 1º Ciclo da Freguesia de Fátima e do Bairro, a todas as crianças que, motivando as suas famílias, criaram um processo de dinamismo cultural; à população do lugar do Moimento, em especial, pelo acolhimento, paciência e empenhamento demonstrados face à multiplicidade das questões que lhe fui colocando, ao longo de todo o tempo de trabalho.

Não posso, também, deixar de agradecer, de forma sentida, as ajudas proporcionadas pela Dra. Maria Alice Lousã, na correcção do texto final e do Dr. Jorge Prudêncio, em toda a logística informática.

À Junta de Freguesia de Fátima, em primeiro lugar ao seu Presidente, quando acedeu disponibilizar toda a documentação necessária para eu poder levar a cabo a investigação relacionada com este trabalho e a todos os funcionários que não se escusaram a dar-me o seu apoio.

Por fim, não posso deixar de ter uma palavra de agradecimento à BRISA que, na procura de lugares para despejo de entulhos, quando da abertura da auto-estrada, descobriu as pedreiras do Moimento e as divulgou. Aos seus técnicos devo toda a

disponibilidade quando, servindo de “pisteiros”, propositadamente me levaram até ao lugar, na altura, afastado da estrada e escondido pelos “matos!.

APRESENTAÇÃO

1- Nota preambular

Este trabalho de museologia, que agora se apresenta, no âmbito do Mestrado em Museologia, assenta num estudo de caso e tem por objecto as Pedreiras do Moimento.

Mais do que uma abordagem da relação de uma comunidade com a sua própria História ou com a Natureza que a envolve, ele pretende dar outros contributos e incidir sobre realidades como o ambiente humano, o meio-físico e sócio-cultural que construímos, onde vivemos e no qual desenvolvemos esforços para sobreviver.

Constitui um processo de acção inerente à nossa dignidade e condição de seres humanos na luta pela preservação do ambiente natural, pela conservação dos Patrimónios e pela participação das populações locais na definição e construção do seu presente e do seu futuro.

A razão da escolha deste local de investigação tem a ver, principalmente, com a inexistência de acções, onde estejam presentes a ligação entre o passado e o presente, num território com uma população e um património, e que tenham por objectivo o desenvolvimento individual, colectivo e social de uma comunidade.

Que História têm as Pedreiras do Moimento?

O que foi que mudou e fez desaparecer aquela actividade?

Estas e outras respostas podem ser encontradas ao longo deste trabalho.

No Moimento, as pedreiras têm inscritas as “marcas” de uma História e são testemunho de um passado e do modo de vida de uma comunidade.

O verde também tem sido substituído pelo betão e pelo alcatrão, um modo de vida cada vez mais artificializado e lixos produzidos são lá despejados e, enquanto lixeira, hoje são igualmente testemunho de uma outra ideia de progresso e desenvolvimento cujo impacto se torna discutível.

Vivemos num ambiente construído, em parte, por nós próprios e a tomada de consciência deste processo e das consequências negativas da concretização de certos conceitos de desenvolvimento, reforça a necessidade de os discutir, de sensibilizar e envolver neste processo toda a comunidade.

2- Introdução

As Pedreiras do Moimento possuem para além de um profundo significado simbólico, um valor histórico e cultural que tem vindo a acompanhar o quotidiano da vida das populações desta região.

No passado, foram geradoras de riqueza – valor material – e hoje, não tendo qualquer valor económico, estão presentes na memória de um povo – valor imaterial.

O estudo da História Local e o levantamento etnossociológico feito a partir do lugar do Moimento e, com particular incidência na aldeia de Aljustrel, complementada com os lugares da Casa Velha, Eira da Pedra, Ramila, Ortiga e com a actual cidade de Fátima, permitiram caracterizar alguns dos costumes e comportamentos ligados à vida das Pedreiras (Cap. 5) e que acabaram com a extinção da exploração da pedra, nas Pedreiras, no princípio da década de setenta.

Estas Pedreiras representam o trabalho do Homem na exploração directa da Natureza.

O trabalho manual lá efectuado não “feriu” o Ambiente e não “magoou” a pedra. Foi realizado com paciência e até com carinho aproveitando toda a pedra.

Em contraste com esta realidade, hoje podemos observar, espalhadas por toda a área do Maciço Calcário Estremenho, grande número de pedreiras/britadeiras, muitas delas numa linha de continuidade geográfica das Pedreiras do Moimento, que contribuem para uma progressiva descaracterização da paisagem, degradação e esgotamento dos recursos e ainda desequilíbrios ambientais neste vasto território cársico (Cap. 6).

Hoje, as Pedreiras do Moimento estão transformadas em lixeira e em vazadouro clandestino a céu aberto.

O vertiginoso crescimento urbano da Cova da Iria/Fátima (Cap. 4) tem sido o grande responsável pelo progressivo avanço do betão e do alcatrão, na freguesia de Fátima.

O futuro, com a preservação e valorização de um dos patrimónios mais “valiosos” da Freguesia de Fátima, passa pela musealização (Cap.7) das Pedreiras do Moimento por forma a constituir um poderoso “travão” àquele crescimento desarticulado e desregrado e ainda um incentivo à preservação do Património e da Natureza.

O futuro passa, também, pela Educação/Escola (Cap. 3).

As acções educativas, através dos “espaços de liberalidade”, permitirão às crianças e jovens, um melhor conhecimento do que os rodeia, uma noção de lugar e de tempo e uma apropriação de saberes que os mais velhos têm e gostam de transmitir, numa articulação equilibrada entre o passado e o presente e contribuirão, igualmente, para a preservação e valorização deste património e deste espaço.

O objectivo será o de, pela sua linguagem – a forma, transmitir uma mensagem inequívoca de preservação aliando a Escola, nos seus espaços de liberalidade, aos métodos e às técnicas da museologia.

As propostas de intervenção museal e de animação sócio-educativa terão, assim, em atenção todo um processo relacionado com a identidade cultural, a integração social e o Homem como “recriador” do Meio Ambiente, na preservação da Natureza, conciliando as “feridas” no ecossistema, oriundas da exploração dos recursos naturais, com um desenvolvimento harmonioso e sustentado.

Assim, quando existem os fundamentos teóricos (Cap. 1) para um trabalho em que “a natureza da Museologia é aquela de uma ciência social; ela se liga à esfera das disciplinas científicas de documentação da memória, e contribui especificamente à compreensão da sociedade humana.” (Z. Stransky cf. C. Bruno, doc. polic.), criador e incentivador da ligação População-Território-Museu, onde as “coisas” , os “valores” ocupam lugares distintos e os mais velhos terão um prestígio assegurado pelo conhecimento adquirido e pela transmissão do mesmo às gerações mais jovens, poderemos avançar, sem receios, na concretização dos objectivos e aquela comunidade verá no seu “museu” o espelhamento de um passado ligado às Pedreiras do Moimento.

1- PROBLEMÁTICA E QUADRO TEÓRICO

1.1 – Problemática – do objecto de estudo ao estudo do objecto

As Pedreiras do Moimento, tal como serão caracterizadas ao longo do trabalho, constituem por si só, um vasto património com valor histórico, simbólico, cultural e ambiental ligado ao quotidiano de uma comunidade.

Estas pedreiras foram abandonadas, na década de setenta e hoje os “diferentes lixos” produzidos pelo ser humano encontram-se lá despejados pondo em risco a sua importância na representação do papel que desempenharam na vida social e económica da região.

Esta situação transporta-nos a um “imaginário” sobre o seu passado, remete-nos para a realidade do seu presente e projecta-nos para uma reflexão sobre o seu futuro.

Na memória colectiva, sobretudo das pessoas mais idosas, as pedreiras estão associadas ao trabalho árduo e difícil, tanto para os homens e mulheres como para os animais, assim como as envolve uma atmosfera carregada de um simbolismo que tem marcado, ao longo do tempo, a identidade desta população.

Face à realidade actual, levanta-se a questão sobre o futuro das Pedreiras do Moimento.

A resposta poderá estar ligada a outras formas de entender o património, de ter “outros olhares”, alicerçados na instrução e na educação desenvolvidas na Escola.

Será então que a Escola, local de múltiplas vivências, através das muitas e diversificadas acções educativas, ao proporcionar um melhor conhecimento dos outros, das coisas, dos acontecimentos e dos lugares, poderá contribuir para uma tomada de consciência relativamente aos patrimónios e ao meio ambiente e apelar, igualmente, à participação da comunidade na definição e construção do seu presente e do seu futuro?

No entanto, hoje existe um crescimento urbano que corresponde a necessidades específicas da cidade de Fátima que envolve vários lugares contíguos.

Deste modo, até que ponto o crescimento urbano da Cova da Iria/Fátima não terá sido responsável pela alteração da paisagem e, simultaneamente, colocado em risco este local podendo mesmo transformá-lo, definitivamente, em lixeira a céu aberto?

A proximidade da localização geográfica das Pedreiras do Moimento e o crescimento urbano da Cova da Iria/Fátima imporão ou não condicionalismos à sua preservação?

A ser assim, levanta-se uma nova questão que é a de as enquadrar hoje quer numa estratégia concertada de planeamento, quer numa dinâmica de intervenção accionalista onde a função museal terá um papel não só de investigação, imprescindível sobre a realidade social, como também de gestão da produção cultural, resistindo à massificação.

Será que, neste espaço, há lugar e existem potencialidades para a concretização dessa função? Que formas de intervenção poderão ser aplicadas?

Estas questões prendem-se com outras relacionadas com o chamado “turismo religioso” e ainda com a afluência crescente de visitantes/peregrinos à Cova da Iria.

Que estratégias de planeamento poderão ser aplicadas pela Autarquia, relativamente às Pedreiras do Moimento, no sentido de dar continuidade à identidade local e mostrá-lo a todos aqueles que visitam a freguesia de Fátima?

Não podemos, igualmente, omitir o papel do Poder Local na sua interrelação com a Escola.

Não importará, porventura, valorizar o papel das crianças e dos jovens em acções concertadas? Então, interessa entender se o uso pedagógico da museologia, nas escolas, nos “espaços de liberalidade”, será importante para a preservação dos patrimónios e da “memória colectiva” da comunidade transformando-se, progressivamente, em instrumentos de “mudança” de mentalidades.

1.2 – Quadro teórico

*“A pedra de toque da vontade de mudar
encontra-se no facto de agir.”*

H. de Varine

Os “velhos museus”, estáticos e convencionais, como “mostruário de raridades”, produzidos desde o século passado, destinados a serem “consumidos” por diferentes sectores da sociedade, difundiam uma determinada realidade social, uma arte ou um modelo científico, armazenavam, apresentavam e iam aumentando as suas colecções como “valores nacionais” em museus/edifícios que viviam “desajustados” e, como tal, progressivamente se foram tornando incapazes de corresponder aos apelos dos particularismos locais ou regionais característicos da sociedade moderna e sendo marginalizados pelas populações face às novas realidades sociais.

Por isso, o museu tradicional, eventualmente entendido como “velho”, tem como objectivos a recolha, a conservação e a divulgação, não constituindo um instrumento de educação na medida em que a percepção das colecções é, no essencial, superficial, sectária, parcelar e parceladora da realidade, de difícil estudo, uma vez que a informação prestada não faz apelo à reflexão nem à consciência crítica de cada um.

Surge então a necessidade de renovar, transformar os museus tornando-os capazes de atrair e fazer consumir o seu produto por um público cada vez mais numeroso, modernizá-los, isto é, fazê-los assumir a importante missão de serem reflectores de uma identidade cultural, fruto de uma cultura vivida no quotidiano ao serviço da sociedade onde estão inseridos e num espaço onde cada um possa satisfazer a sua curiosidade.

Não significa, porém, que o museu tradicional tenha, de algum modo, perdido a sua razão de ser, face a um novo projecto. Aquele, também reúne, conserva e divulga testemunhos materiais do homem e do seu meio e expõe os mesmos para fins de estudo, de educação e de lazer; porém, este, introduz-lhe práticas inovadoras e propostas de intervenção ao serviço do desenvolvimento.

São, pois, evidentes as diferenças que separam aqueles dois conceitos de museus – o tradicional e o “novo” - e o seu papel na sociedade contemporânea.

Assim, a partir deste novo modelo tomaram lugar experiências em que situam o museu numa perspectiva de serviço à comunidade, que vive num determinado território e está consciente das afinidades e das diferenças que caracterizam cada um dos seus elementos com o seu meio ambiente, instrumento do seu próprio desenvolvimento, e que leva à transformação dos objectivos da museologia e, ainda, a uma revolução na nova “forma de os olhar” e neles participar.

É nesta dialéctica que se poderá situar a nova acção museológica como factor intrínseco de desenvolvimento “a museologia, nomeadamente, as várias práticas da Nova Museologia, deve ser encarada pelas pessoas nela implicadas como meio (agente, instrumentos...), a par de outros, de desenvolvimento integral das populações e com as populações”, uma das conclusões da III secção “Museologia e Desenvolvimento”, nas Jornadas sobre a Função Social do Museu (Moutinho, 1989, p. 128).

Não foi, decerto, a museologia tradicional que evoluiu para uma nova museologia, mas sim a transformação da sociedade que levou á mudança, apresentando esta um quadro de referências ideológicas cada vez mais concretas relativamente às diferentes práticas postas ao serviço do desenvolvimento da mesma.

1.2.1. - A ecomuseologia

Na Mesa - Redonda de Santiago do Chile, em 1972, reveladora de novas ideias e preocupações sociais, foram traçados os princípios de base do Museu Integral que abriu as portas à participação da comunidade, tornando-se hoje uma referência obrigatória, definiu o museu como “uma instituição ao serviço da sociedade da qual é parte integrante e que possui em si os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que serve... o museu pode contribuir para levar essas comunidades a agir, situando a sua actividade no quadro histórico que permite esclarecer os problemas actuais,... esta nova concepção não implica que se acabe com os museus actuais nem que se renuncie aos museus especializados mas que pelo contrário esta nova concepção permitirá aos museus de se desenvolver e evoluir de maneira mais racional e mais lógica a fim de se melhor servir a sociedade” (Primo., 1999, p. 95).

Neste documento (1972), entre outros pontos, foi também reivindicada uma abordagem interdisciplinar e aberta a todos os sectores sociais considerando, pela

primeira vez, a existência de um novo tipo de museu adaptado às pequenas comunidades.

Assim, graças a George Henri Rivière e Hugues de Varine, às suas teorizações e experiências, surge um novo conceito – “a ecomuseologia” - que associa o meio ambiente à expressão museográfica e se difundiu por vários países do mundo.

A chamada Declaração de Santiago, anteriormente referida, representa, hoje, um passo importante no processo de transformação da museologia quando coloca em evidência a prioridade da acção museal no campo da intervenção social, perspectivando-se, desta forma, o carácter social e globalizante da acção e da função do museu.

Este novo fenómeno é de uma importância social e cultural que ultrapassa largamente o quadro dos museus no sentido tradicional do termo.

O programa museológico do “novo” museu, essencialmente voltado para os problemas e para as ideias que quer transmitir, transporta consigo o conceito de museu “descentralizado” em que promove o alargamento da noção de objecto museal e defende, inclusivamente, a conservação “*in situ*”.

Esta nova forma de intervenção reconhece que não existem modelos exclusivos a seguir.

Porém, é junto das populações ou da comunidade que se devem procurar as soluções mais convenientes e ajustadas à realidade que se vive, tendo sempre em vista um desenvolvimento global e harmonioso.

Não poderá, pois, encerrar-se no espaço físico do seu edifício nem concentrar as investigações unicamente nas colecções que possui mas, sim, “alargar-se” a um campo de investigação inter e multidisciplinar abrangente a toda região onde se insere.

Este museu, activo e participativo deverá, pois, recorrer a saberes multidisciplinares de forma a poder ser um veículo não só de promoção de uma maior consciencialização por parte da população, da importância da salvaguarda da sua herança cultural, patrimonial e natural, mas igualmente de divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos com a finalidade de melhorar o bem estar físico, social, económico, cultural e ainda preservar o ambiente natural da comunidade onde está inserido.

Estas “novas realizações” possuem três elementos principais em comum: primeiro, uma identidade local; segundo, uma perspectiva ecológica; terceiro, uma participação da população (Maure, 1984, doc. policopiado).

Trata-se, pois, de um alargamento nos horizontes epistemológicos que impõem metodologias próprias.

É, assim, na interacção entre os três elementos, dentro de um quadro museal, que reside a novidade e a importância do movimento para uma nova museologia que tem a sua primeira expressão pública e internacional, em Santiago do Chile.

Deste modo, deu-se início a uma nova visão da museologia, centrada na unidade da acção e da experimentação social, já iniciada em França, e que foram tendo a sua aplicação mais alargada e difundida, cujo denominador comum era o conteúdo essencial da Declaração de Santiago, que deu sentido às práticas museais que passaram a servir o desenvolvimento das comunidades onde se inseriam.

É neste espaço teórico, saído da mudança, que os novos museus se passaram a integrar de forma a representarem uma nova concepção de Museologia e um novo tipo de museus que procuram interagir “fora de portas”, voltando-se para um trabalho comunitário.

Para além do edifício, considerou-se um território/região, em vez da atenção numa colecção, atendeu-se ao património regional, em vez de um público consumidor visou-se a comunidade participativa.

O museu deixou, assim, de ser um fim em si mesmo para ser considerado em função da necessidade da sua acção que corresponde à recuperação da memória colectiva de uma comunidade, do seu património considerado mais valioso, gerando um movimento na preservação com potencialidades de desencadear processos orientados para a construção de uma identidade.

A museologia fundamentou-se, assim, na ideia de preservação cujas definições são “muitas e datadas, mas estão sempre relacionadas à sobrevivência dos grupos humanos. Quer seja pela identidade cultural do grupo, ou pela integridade dos seres vivos, quando reflete-se sobre preservação está-se analisando outras idéias como atos de seleccionar, guardar, manter, ou mesmo repetir e transmitir ... considerando que património é o conjunto dos bens identificados pelo homem, a partir de suas relações com o meio - ambiente e com outros homens, e a própria interpretação que ele faz dessas relações, observa-se, em um primeiro momento, que este universo é infinito ... reside aí, então, o primeiro grande problema sobre a função preservacionista dos museus, e por consequência, também, uma questão para a organização mental do pensamento museológico, ou seja: a necessidade de amarrar com laços mais sólidos as

relações entre o universo patrimonial e aquele que hoje é partilhado como herança cultural, e que será legado para o futuro.” (Bruno, 1996, p. 19).

Neste sentido, o aspecto essencial destas “novas realizações” é que a população local não é, somente, um “público” consumidor, ou receptor passivo de uma mensagem entregue por técnicos ou profissionais, mas torna-se activo e participante tal como H. de Varine (1984) afirmou, no 1º Encontro da Nova Museologia - Quebec, que “o público é em primeiro lugar a própria população; os melhores modelos são aqueles que são elaborados pelos próprios interessados...” (Sousa, 1993, p. 52) e, sendo assim, o objectivo do museu e/ou processo museal não é difundir uma mensagem a um público indeterminado, mas sim restituir aos utilizadores a materialização da sua identidade representada nas suas tradições, na sua cultura, nos seus próprios valores e padrões sociais locais.

Nesta perspectiva, o museu e/ou processo museal enquadra-se numa via de desenvolvimento das comunidades, constituindo-se num processo accionalista oriundo da “consciência colectiva”. Torna-se, então, a força motriz de uma “evolução sustentada” e o conjunto de “peritos” passa a funcionar como “catalizador” dando aos utilizadores os instrumentos necessários para uma tomada de consciência e para a materialização expressiva da sua cultura, como referiu M. Maure (1984) na conferência inter-nórdica na Noruega, intitulada “Identidade, Ecologia, Participação”.

A finalidade é então fazer participar todos os membros do grupo formado pela comunidade local e pelos técnicos nas actividades do museu e/ou processo museal. Porém, não é única. As actividades são, na realidade, o resultado de um trabalho, de um estudo, e de uma investigação que o próprio grupo efectua desde a génese da ideia até à concretização de um programa.

Os conhecimentos adquiridos pelo grupo sobre a sua própria cultura, a sua própria história, o seu próprio meio, reforça o seu sentimento de segurança e torna possível um melhor controlo da sua própria situação relativamente a diversos problemas e crises que podem vir a conhecer.

Segundo Marc Maure (1984, doc. policopiado), este diálogo e esta tomada de consciência necessita da utilização de métodos de trabalho que o museu tradicional tem dificuldade em usar. Na sua opinião, os novos museólogos devem procurar a sua inspiração noutros sectores como a animação socio-cultural, a “pedagogie liberatrice” e o trabalho social comunitário.

A “nova museologia” encontrar-se-á na encruzilhada de várias tradições que ela integra, de uma maneira inovadora, não só à volta da utilização do “objecto” ou da “medium-exposição” considerada como o “imaterial-material” na transmissão dessa identidade-museu, consolida-se através da sua abertura ao meio e da sua relação com o contexto social, assim como no alargamento da noção de património, na consequente redefinição de “objecto museológico”, na ideia de participação da comunidade com a definição de práticas museológicas, nas questões da interdisciplinaridade, na utilização das “novas tecnologias” de informação ou, ainda, na museografia difundida como meio de comunicação.

O museu passará, deste modo e com esta “força”, a ter um carácter de intervenção cada vez mais actuante deitando abaixo “barreiras” entre o objecto e os seus utentes, ao substituir o conceito de público pelo de população e de comunidade. Sendo assim, deixou de “sacralizar” o objecto ao mantê-lo enquadrado na “sua” história e no “seu” ambiente, falando-se de património e de um território como “um todo”, substituindo o edifício, onde a comunidade/população exerce a sua actividade e tem grande influência em todo o processo museológico. Ao preservar cuidadosamente o passado, a nova museologia, tendo em conta os seus fundamentos, interessa-se pelo desenvolvimento ao nível local e pelo aumento da participação das populações.

De acordo com a Declaração do Quebec (1984), “ao mesmo tempo que preserva os frutos materiais das civilizações passadas, e que protege aqueles que testemunham as aspirações e a tecnologia actual, a nova museologia – ecomuseologia, museologia comunitária e todas as outras formas de museologia activa – interessa-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações reflectindo os princípios motores da sua evolução ao mesmo tempo que as associa aos projectos de futuro ... este movimento utiliza, entre outros, todos os recursos da museologia (recolha, conservação, investigação científica, restituição e difusão, criação), que transforma em instrumentos adaptados a cada meio e projectos específicos.” (Moutinho, 1989, p. 116)

Em 1980, George-Henri Rivière, reforçando os princípios da Declaração de Santiago, traçou uma “Definition Evolutive de L’Écomusée” na qual afirmou que um ecomuseu é “um espelho onde a população se olha, para se reconhecer, onde ela procura a explicação sobre um território ao qual está ligada, juntando-se àquela que a precedeu na discontinuidade ou continuidade das gerações...; uma expressão do homem e da natureza. O homem é interpretado no seu meio natural...; uma expressão do tempo...com uma abertura para os tempos do amanhã, sem que, portanto, o ecomuseu se coloque em

decisor, mais na ocorrência, represente um registo de informação e de análise crítica; Uma interpretação do espaço...; um laboratório, na medida em que contribui para um estudo histórico e contemporâneo da população e do seu meio e favorece a formação de especialistas nestes domínios, em cooperação com as organizações exteriores de pesquisa; um conservatório, na medida em que ajuda à preservação e valorizando o património natural e cultural da população; uma escola, na medida em que associa a população a acções de estudo e de protecção...; este laboratório, este conservatório, esta escola baseiam-se em princípios comuns ...” (Moutinho, 1989, p.113).

Assim, em síntese, o ecomuseu para G. H. Rivière, nos seus princípios básicos contém: a colaboração da população e de um poder; a temática centrada no tempo e no espaço; a população “espelho” estendido aos seus hóspedes – o turismo cultural, por exemplo; a integração de todos os componentes do meio – natureza, homem, indústria; um lugar de estudo/pesquisa e análise crítica; uma escola como local privilegiado no qual a explicação do território passa pela interdisciplinaridade e uma concepção democrática fundamentada numa tradição Québécoise de animação e de educação popular dos anos setenta.

Estas definições abrem todas as grandes vias para a transformação de comportamentos museológicos, serão retomados por M. Maure (1984), que introduz no novo tipo de instituição uma função social que ultrapassa, de longe, a acção cultural.

H. de Varine (1978) de acordo com o artigo publicado na revista “Gazette”, da Associação dos Museus Canadianos, sobre a variedade de ecomuseus comunitários, herdeiros do espírito da Declaração de Santiago, vai mais longe e afirma que “o ecomuseu é o instrumento privilegiado de desenvolvimento comunitário. Não visa somente o conhecimento e a mais-valia do património... mas tem como objectivo o desenvolvimento do grupo” (Mayrand, s.d., doc. policopiado).

Contrariamente ao Museu, o ecomuseu, na sua opinião, quando introduz a variante “comunitário” considera que não pode ser um fim em si mesmo mas deve ter a capacidade de evolução e de transformação exercendo, assim, um olhar crítico sobre a sociedade.

Será então na relação entre a identidade, que contém particularismos locais ou regionais “sinalizando” o seu território e as suas fronteiras no tempo e no espaço, com a sua cultura e as suas tradições, e a ecologia que, segundo G. H. Rivière, consiste na interacção dos componentes do meio/homem/natureza que se irá chegar a uma noção mais alargada de “sistema ecológico”, o mesmo que existe em M. Maure (1984) quando

este refere as interrelações e interações entre o homem e o meio consideradas como instrumento de análise e que é utilizado de maneiras diferentes. Por exemplo, no que diz respeito à “ecologia cultural”, a tónica é colocada nas formas sociais e culturais por um lado e, por outro, sobre o meio e o espaço envolvente.

Aqui, o conceito de meio é tomado num sentido mais alargado: não é só o meio natural mas também o meio criado pelo homem (o meio urbano, a paisagem, as formas de trabalho...). Quanto ao “espaço envolvente” não visa só o meio físico mas também as estruturas sociais que existem e lhe deram origem e o constituem. Segundo o mesmo autor, a influência torna-se recíproca, porém, o homem é influenciado pelo espaço envolvente mais do que ele o influencia e o transforma.

Quando ele usa o termo “paisagem”, por exemplo, diz que “não é só onde o homem se encontra mas toda uma imagem subjectiva e cultural”. Em relação à “paisagem cultural”, refere-se que ela “faz parte integrante do domínio simbólico (língua, arte, música...) duma sociedade e dá aos seus membros informações sobre eles mesmos, o seu lugar na cultura e no universo relativamente a outros grupos, da sua identidade” (Maure, 1984, doc. policopiado).

Torna-se, pois, visível a preocupação cada vez maior de se colocar a relação homem/natureza no centro da acção museológica integrando-os num contexto social, económico, cultural, político da sociedade que se tem em presença.

Desta forma, o conceito de “objecto museológico” vai-se tornando cada vez mais ampliado onde as formas não tangíveis de expressão de uma cultura material que nós “modificamos através de comportamentos determinados culturalmente”, têm um papel cada vez mais importante na nossa sociedade e a sua multifacetada problemática requerem, por isso, uma reflexão aprofundada e acções inéditas de forma que o museu cumpra a sua acção social.

O debate internacional foi notório a partir da Mesa Redonda de Santiago do Chile, realizada em 1972, passando pela Declaração do Quebec, em 1984, assim como pela Declaração de Caracas, em 1992, onde se reflectiu sobre a missão actual do museu, como um dos principais agentes do desenvolvimento integral de uma região.

Na sua totalidade, foram consideradas como marcos fundamentais na mudança que se pretende para os museus e que estão na génese de novas correntes e acções museológicas.

Em relação à noção de Património apareceram, igualmente, algumas Convenções, Cartas e Declarações que aqui são importantes e devem ser mencionadas uma vez que servem de referência neste trabalho.

Começarei por referir, ainda do ano de 1972, no âmbito da Unesco, que a Convenção do Património Mundial em relação à protecção do património cultural e natural, faz a constatação “que o património cultural e o património natural estão cada vez mais ameaçados de destruição não apenas pelas causas tradicionais de degradação mas ainda pela evolução da vida social e económica que as agrava por fenómenos de alteração ou de destruição ainda mais perigosos,” e as recomendações continuam e os considerandos dos quais passo a destacar: “considerando que a degradação ou o desaparecimento dum bem do património cultural e natural constitui um empobrecimento nefasto do património de todos os povos do mundo”. Segue-se, então, um vasto articulado onde, particularmente, os artigos 1º e 2º, nos termos desta Convenção, surgem as definições de “Património Cultural” e de “Património Natural”. (Primo, 1999, p. 106 e 107).

Em relação a esta matéria, em 1995, foi elaborado um documento com as reflexões e propostas brasileiras, para ser apresentado na Conferência Geral do ICOM, na Noruega, que teve como finalidade fazer uma reflexão sobre alguns aspectos teórico-metodológicos da Museologia, de acordo com os objectivos do ICOFOM, do qual destaco algumas das propostas que considero pertinentes incluir neste quadro teórico:

“1) O reconhecimento da Museologia como disciplina aplicada, com a potencialidade de mediar as necessárias relações entre preservação e desenvolvimento; neste sentido a ação da Museologia caracteriza-se, singularmente, por sua capacidade de transformar o Patrimônio em Herança. Define-se Patrimônio como conjunto de bens fruto das relações do Homem com o meio ambiente e com os demais homens, assim como as interpretações dessas relações. Define-se Herança como a consciência da existência desse Patrimônio, assumido enquanto conjunto de signos que permitem a identificação do indivíduo em relação a si mesmo e ao grupo a que pertence, no tempo e no espaço. A preservação e o conhecimento do Patrimônio levam à constituição da Herança, como base da identidade das comunidades, e de seu desenvolvimento; 2) a necessidade, por parte da Museologia, de um profundo conhecimento dos segmentos da realidade social correspondente ao seu universo de aplicação; 3) a implementação de processos museais que identifiquem e reconheçam as comunidades de diferentes

naturezas a que se destinam, e que procurem adequar as estratégias de ação, os procedimentos metodológicos e técnicas aplicados às peculiaridades destas diferentes comunidades. A avaliação permanente e sistemática desses processos deverá ser incorporada à musealização; 4) a garantia da participação das comunidades envolvidas em todas as etapas do processo museológico, considerando que a Museologia permite a transferência de seu conhecimento específico, de seus métodos e técnicas de atuação; 5) o reconhecimento do objecto central de estudo da museologia como um “fenômeno de comunicação”, construído a partir da articulação das múltiplas formas de relação entre o homem e o objecto em um cenário; 7) o reconhecimento de que as múltiplas possibilidades de aplicação de processos museológicos são meramente diferenças metodológicas, que só vêm a enriquecer a unidade da teoria museológica ... propõe-se assim uma nova ação museológica, capaz de alterar a visão tradicional de museu, num país como o Brasil, no qual a identidade reside exatamente na diversidade cultural, considerando-se que o “corpus” teórico de uma disciplina modifica-se na sua relação dialética com a realidade.” (C. Bruno, 1996, p. 30).

Esta e outras propostas, por extrapolação, são válidas para todo o globo, salvaguardadas que devem estar as especificidades de cada comunidade e a sua adequação às realidades concretas de cada país.

Aqui é proposta uma reformulação do discurso museal que assente numa visão dinâmica da dimensão temporal, reverta o sentido do objectivo dos museus fazendo-os partir do passado, projectando-os no presente e no futuro, enquadrando-os num processo de desenvolvimento das comunidades.

Pretende-se, desta forma, que seja equacionada a problemática do homem enquanto indivíduo e do homem enquanto ser social integrado e identificado com o seu meio natural.

Não há modelos exclusivos a seguir, o que está em causa deverá ser o contributo que pode ser decisivo para a resolução de problemas sociais por mais pequenos e irrelevantes que possam parecer.

Continuando a falar de Património, sou levada a referir algumas das definições que considero relevantes para este trabalho.

Começo pelo “ecomuseu” que trouxe ideias pioneiras, uma vez que os testemunhos do passado não são mais uma preocupação única do investigador tradicional, mas “são responsabilidade colectiva da população, traços de identidade de

um território, instrumento de educação popular e da invenção criadora do futuro” (Varine, 1987, doc. policopiado).

Nos últimos vinte anos, tem-se testemunhado a evolução do conceito de ecomuseu e o surgimento de inúmeras reflexões de carácter teorizante que vão edificando a nova museologia assim como a necessidade de os museus serem, cada vez mais, promotores de uma consciência crítica na comunidade.

Relativamente ao património museológico, “peça” em torno da qual se escreve o discurso museal, não restam dúvidas sobre a sua importância.

Na Declaração de Caracas (1992), relativamente a Museu Património, considera-se que “museu é a instituição idónea para resgatar o património, estudá-lo, documentá-lo e difundi-lo através de uma mensagem coerente, que se apoie nos objectos como forma essencial de comunicação ... entende-se por Património Cultural de uma nação, de uma região ou de uma comunidade aquelas expressões materiais e espirituais que as caracterizam”. (Primo, 1999, p. 217).

Cristina Bruno (1996, p. 20) vai mais longe e distingue Património Comunitário de Património Integral e ainda Referência Patrimonial, definindo-os da seguinte maneira: “Entende-se por Património Comunitário o conjunto de bens partilhados por um grupo de pessoas em um espaço delimitado e ao longo do tempo, cuja preservação é importante para a identidade cultural do grupo; entende-se por Património Integral o conjunto de bens que deve ser preservado para a identidade e integridade dos seres vivos; Referência Patrimonial: elemento extraído do universo patrimonial, significativo em relação a um conjunto maior, e que sua preservação pode representar o universo referido.” Para esta autora “a intervenção museológica corresponde a um contexto bem delimitado do universo patrimonial: aquele de onde emergem os objectos e os artefactos. Para tanto, a noção de preservação, como base estruturadora do pensamento museológico, é permeada pelos problemas ligados às “coisas” feitas ou transformadas pelo homem”.

Esta visão pragmática reflecte uma evolução conceptual onde o “objecto”, assumindo valores e significados nas várias linguagens culturais em que está inserido, adquire um sentido mais amplo – o de património – e sobre o qual se “edifica” a museologia como discurso estruturado de intervenção social.

Os documentos que se seguem são também considerados de importância não só por estarem na sequência da Mesa – Redonda de Santiago do Chile como também do papel desempenhado pelo ICOM na nova dinâmica que marcou a década de setenta.

Em 1976, o ICOMOS, elabora a “Carta de Turismo Cultural”, que nas suas bases de actuação faz um apelo aos Estados para que estes assegurem uma rápida e enérgica aplicação da “Convenção Internacional para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural”, assim como da “Recomendação de Nairobi”, no âmbito da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura, realizada em Nairobi, em 1976, onde são traçadas “Definições sobre Conjuntos, Ambiente e Salvaguarda e os Princípios Gerais” a serem considerados relativamente a este tipo de Património. (Primo, 1999, p. 153).

Em 1976, relacionado com o Conselho da Europa, no documento intitulado “O Apelo de Granada”, os participantes recomendam aos governos “que tenham em consideração o facto da política de conservação, no âmbito do ordenamento do território, apenas ser possível se existir um levantamento dos bens a serem conservados”, apontando formas específicas para aqueles serem elaborados, como por exemplo no que diz respeito ao “levantamento dos sítios, incluindo não apenas a descrição do aspecto espacial, mas igualmente a análise da estrutura histórica da paisagem” e, ainda, se dirigem ao poder local para lhes fazer recordar algumas das suas responsabilidades na aplicação das políticas de conservação recomendando-lhes que criem os meios propícios de modo a suscitarem a participação das populações através do diálogo associativo, realização de projectos e outras iniciativas “tendentes a sensibilizar os cidadãos para os valores do seu património,...” e “que se reúnam e coordenem a nível de meios o conjunto das possibilidades jurídicas e financeiras oferecidas pelas legislações em vigor.” (Primo, 1999, p. 177).

Chegados a Outubro do ano de 1984, no México, surge uma nova Declaração, denominada Declaratória de Oaxtepec, que “se solidariza com a orientação eminentemente social do papel da museologia, da Mesa - Redonda de Santiago do Chile de 1972, com o projecto de Declaração do Quebec de Outubro de 1984, com os conceitos da Nova Museologia e Ecomuseologia internacionais, assim como todo o esforço latino-americano que fez da museologia um instrumento para o livre desenvolvimento das comunidades.” (Moutinho, 1989, p. 122 e 123) e é da máxima importância porque define um Museu adaptado aos novos tempos, assimilando os conceitos de ecomuseologia, na nova museologia e pondo a tónica no desenvolvimento e no equilíbrio ecológico.

Este documento, após tecer alguns considerandos sobre a necessidade urgente de valorizar o património, a relação homem/meio, o desenvolvimento e o

ecodesenvolvimento das comunidades e as unidades Território – Património - Comunidade, expôs ideias e recomendações em relação à nova museologia e ecomuseologia onde o ecomuseu desempenha “um acto pedagógico para o ecodesenvolvimento”.(Moutinho, 1989, p. 120).

Quanto ao Património, à Comunidade e ao Território, considera indispensável uma visão integrada da realidade onde a participação comunitária “evita as dificuldades de comunicação, característica do monólogo museográfico levado a cabo pelo especialista, e recolhe as tradições e a memória colectivas, colocando-as ao lado do conhecimento científico. Concentrar o património num edifício modifica o contexto original correspondente. A consideração do espaço territorial como âmbito museográfico de uma realidade completa valoriza o dito contexto ... o território é uma entidade física delimitada por critérios geológicos, geográficos e biológicos, podendo ou não delimitar-se administrativa ou politicamente; além disso, a territorialidade confina-se por habitats distintos, modificados ou não pelo homem, identificando-se a comunidade cultural com o seu meio ambiente. ... o território converte-se em património uma vez que passa a ser um recurso para o homem. Conservar o Património territorial deve ser, na consciência da actual capacidade humana de destruição, a necessidade de garantir a existência da vida humana ... fortalecer e promover acções que integrem vontades políticas a fim de preservar a cultura viva, o património material, o desenvolvimento sócio - económico e a dignidade humana.” (Moutinho, 1989, p. 119).

Sobre o desenvolvimento da consciência patrimonial comunitária, o documento sugere levar a cabo, entre outras, acções intersectoriais e interdisciplinares relacionadas com a criação de uma museografia popular considerando a inventariação, a conservação, a apresentação valorativa e a difusão, a preparação e a participação de profissionais para um diálogo constante com a comunidade, a presença e assistência do Estado através das várias instituições na sua missão de preservar a identidade nacional.

Assim, permitirá aos ecomuseus fomentar e afirmar a identidade local e regional e ainda a promoção da consciencialização das próprias comunidades, ensinando-as no sentido da apropriação e do aproveitamento dos recursos que, constituindo o seu património, seja respeitado em tudo o que tem a ver com a salvaguarda e conhecimento da sua história e da sua memória colectiva.

1.2.2- A exomuseologia

Da mesma forma que o ecomuseu, segundo a Declaratória de Oaxtepec, “surgirá como expressão comunitária viva e em função do desenvolvimento da comunidade” o “exomuseu” poderá abrir novas pistas para o aprofundamento das relações da comunidade com o seu território e as suas origens mais remotas com a preservação e valorização, sobretudo “*in situ*”, dos documentos que testemunham e simbolizam a História da Terra.

Assim, “sítios de interesse geológico, ou geomonumentos e outros noutros domínios das ciências da natureza, como um bosque, uma lagoa, uma nascente, são peças de um “exomuseu”, de há muito concebido por nós, que urge dinamizar como medida não só de interesse cultural e pedagógico, mas também de preservação do ambiente natural ... entendemos por exomuseu uma estrutura museológica ampla, à escala regional ou mesmo nacional que reuna testemunhos do património natural (ou até cultural) classificados, protegidos e utilizados como objecto museográfico que, pela sua natureza só podem ser observados no local onde afloram, isto é, no exterior e nunca portas adentro do Museu no sentido tradicional do termo.” (Galopim de Carvalho, 1993, p. 238).

A partir deste novo conceito proposto pelo Professor Galopim de Carvalho, poderei inferir, tendo em conta a crescente preocupação de preservar e valorizar os vários patrimónios que, quer um ecomuseu quer um exomuseu, longe de representarem um impedimento aos naturais desejos do progresso social das populações, podem ser encarados como um factor de desenvolvimento e, ambos, poder-se-ão tornar em pólos complementares num processo global de dinamização local ou regional trazendo benefícios para a economia local, como factor de atracção turística, numa perspectiva de desenvolvimento sustentado e valorizador das características da região.

Testemunhar-se-á, desta forma, o alargamento do conceito de ecomuseu e o surgimento de novas reflexões teóricas que vão dando cada vez maior consistência à nova museologia, valorizando o saber individual, incrementando o espírito crítico, moldando o indivíduo de forma a torná-lo um ser menos vulnerável à “aculturação erudita”.

Neste novo contexto, interessa igualmente referir o papel do museólogo que deverá organizar o discurso museal, numa perspectiva alargada, englobando uma linguagem museográfica diversificada, bem como um conjunto de acções e programas que giram formas de comunicação e de participação no seio da comunidade.

É, pois, na museologia social que poderemos encontrar respostas aos desafios do mundo actual, escolhendo rumos e o lugar que queremos ocupar neste universo, exprimindo a cultura do nosso tempo numa sociedade em permanente mudança, “Somos testemunhas de um desenvolvimento extraordinário da ciência e da tecnologia: o homem se empenha na conquista do universo e investiga detidamente o microcosmos, e até é capaz de alterar os processos da natureza. ... o homem manipula a tecnologia em busca de bem-estar, mas em muitos casos a tecnologia o avassala. Essa mesma tecnologia lhe serviu para atentar contra a natureza, produzindo tremendos desequilíbrios que inclusive ameaçam a sua sobrevivência. ... estamos na época da comunicação. Reduziram-se as distâncias ... entretanto, esse mesmo milagre tecnológico é capaz de estandardizar o homem ... intimamente ligada à parte económica vemos um deterioramento dos valores morais: a corrupção se generalizou ... parece que se institucionalizou uma cultura da violência, que não só atenta contra o homem, mas também contra a natureza. A exploração indiscriminada dos recursos naturais e a contaminação ambiental a que se soma um processo de urbanização descontrolada – fruto das imensas migrações ... e um desmedido afã de lucro – uma crise educativa ... Também a cultura tem sido afectada pela crise ... é lamentável a carência de uma política cultural coerente que transcenda a temporalidade e garanta a continuidade das acções...” (Dec. Caracas, 1992).

Do mesmo modo, as experiências estimuladas pela Declaração de Santiago, tinham por objectivo transformar o Museu num organismo de importância vital para a comunidade e num instrumento eficaz para o seu desenvolvimento integral, dando “corpo” à ruptura epistemológica ao inverter o objecto tradicional e a colecção numa secundarização em relação à comunidade.

O campo operativo, por excelência, da “nova” museologia, com a Declaração de Caracas, em 1992, aproveita esta ruptura e leva-a mais longe, direccionando a sua reflexão para as formas e processos que a entidade museológica deve dispor para uma gestão eficaz com estratégias fortes de mercado, sem contudo, desvirtuar os princípios éticos ou alterar a sua missão no espaço social de actuação.

Esta evolução conceptual poderá ser explicada, em parte, por uma reflexão política e ideológica que se generalizou a partir da década de oitenta, “forçada” pela degradação e pela ruptura de sistemas e regimes políticos da contemporaneidade, enquanto modelos de desenvolvimento económico – sociais implementados conforme os espaços geográficos e sócio – culturais.

Não posso deixar de fazer referência, mais uma vez, à Declaratória de Oaxtepec que é da maior importância, neste contexto, porque define claramente um novo tipo de museu, “o espaço territorial como âmbito museográfico de uma realidade completa” o território como “uma entidade física delimitada por critérios geológicos, geográficos e biológicos, podendo ou não delimitar-se administrativa ou politicamente” e “o território converte-se em património uma vez que passa a ser um recurso para o homem” desta maneira, o novo conceito o “exomuseu” ficaria mais enriquecido por esta teorização fundamentada na Declaratória.

Ao imprimir uma nova dinâmica, integrando novos conceitos ao movimento, leva, necessariamente, a transformações profundas no discurso museológico.

Mudança, Identidade e Herança

Desde sempre que as sociedades humanas se têm caracterizado por uma permanente mudança, ora mais lenta e quase imperceptível, ora mais acelerada, estabelecendo rupturas bruscas e repentinas, surgindo a necessidade de nos situarmos e agirmos num contexto de mudança que percorre todos os sectores da sociedade contemporânea.

A partir de meados do Séc. XX, o extraordinário crescimento demográfico e económico foi acompanhado de um maciço êxodo rural a que correspondeu uma urbanização rápida que perturbou o equilíbrio cidade - campo e que arrastou numa deslocação grande parte da população alterando-se, profundamente, algumas das estruturas económicas e sociais.

A mudança é, pois, o resultado de uma multiplicidade de factores integrados.

O papel desempenhado por personalidades individuais, no caso específico da museologia, se deve a G. H. Rivière, a H. de Varine, que seguidos de outros, abriram espaços para um repensar alargado sobre esta matéria. Deram prioridade à acção museal no campo da intervenção social “marcando-nos” para “uma nova forma de olharmos os

museus”, para o surgimento de novas ideias, dando origem a uma transformação de costumes, de cultura ou da organização social de uma comunidade.

Guy Rocher (1971, p.79) define “mudança social” como “toda a transformação observável no tempo, que afecta a estrutura ou o funcionamento da organização social dum dada colectividade e modifica o curso da sua história ... são os homens que fazem a história das sociedades, são as suas acções e as suas decisões que determinam o destino das colectividades”. É, pois, na dialéctica entre o indivíduo e a sociedade que se localizam as questões da identidade cultural, ou melhor, das identidades, da consciência cultural e patrimonial como meios para um desenvolvimento integral e integrado em oposição ao tão forte crescimento económico.

Em 1987, durante o IIIº Atelier Internacional da Nova Museologia, reunido em Aragão, René Rivard, afirmou que “ a nova museologia tem essencialmente por missão favorecer por todos os meios, o desenvolvimento da cultura no indivíduo e o seu desenvolvimento em todas as camadas da sociedade como melhor remédio para a desculturização, a massificação ou a falsa cultura ... dependendo do tipo de instituição na qual opera, a nova museologia, utiliza, então, as culturas etnológicas e as culturas eruditas para proporcionar o desenvolvimento desta cultura crítica que permite adquirir o sentido da qualidade, libertar-se dos estereótipos e portanto, assegurar ao maior número uma estratégia de vida individual e colectiva do mesmo modo que uma identidade mais forte” (Cordovil, 1993, p. 20).

Etimologicamente, a palavra “identidade” vem do grego “*idios*” que significa, “mesmo”, “si próprio”.

Por identidade social entender-se-á como “aquela imagem de si e do outro que se situa relativamente aos outros que permite classificar-se e aos outros nos grupos... nos quais se efectuam as suas relações” (Mendras e Forsé, s.d. p. 39), permitindo, em parte, inteirar-se das mudanças locais tendo a ver mais com um processo de reconhecimento de uma realidade subjectiva em relação dialéctica com a sociedade onde o conflito reforça a identidade dos grupos. Tudo isto pode conduzir a uma mudança, sem que os “actores” se apercebam “tendo só a noção e o sentimento vivo da sua identidade” e a multiplicidade de conflitos entre grupos pode reforçá-la e levar a uma mudança social tendo como base possível a ideologia como estrutura que utiliza as condições históricas, económicas e sociais para se perpetuar e permitir à sociedade, à escala local, regional ou nacional, de mudar.

Assim, a identidade, tal como Mendras e Forsé defendem, não é “um referencial fixo, apriorístico” com uma existência anterior aos grupos que compõem a sociedade e que a receberam do passado, como “herança”; ela existe marcada pelo contraste com o outro, em plena interacção.

Ao falarmos em “herança”, referimo-nos à “herança cultural” ou “herança social”, para designar, de um modo bastante vago, um bem colectivo que é transmitido por sucessão. Tudo o que uma geração deixa, transmite à geração seguinte. Uma sociedade manifesta, no presente, uma experiência acumulada no passado. As estruturas, as instituições, enquanto valores, são realidades que perduram para além das gerações, o mesmo acontecendo com as técnicas. Constituem, portanto, um património cultural que se recebe, simultaneamente, por transmissão voluntária e por tradição como “um papel imprescindível para a tomada de consciência da preservação do meio ambiente, onde o homem, natureza e cultura formam um conjunto harmónico e indivisível” (Dec. Caracas, 1992), numa inter-relação entre um espaço, uma comunidade e um património.

Estando o museu ao serviço da sociedade, contém elementos que permitem ajudar a “moldar” a consciência das comunidades em que está inserido, estimulando o seu desenvolvimento, através da ligação de um passado/memória a um presente e uma projecção no futuro “o museu deve constituir-se em instrumento eficaz para o fortalecimento da identidade cultural” (Dec. Caracas, 1992).

Por isso, a par da nova formulação do discurso museal, é importante também que não seja esquecida uma outra problemática relacionada com o homem enquanto indivíduo, com o homem enquanto ser social, integrado e identificando cada um com o seu meio natural e humano.

Neste processo dinâmico marcado pelas diferenças, poder-se-á falar em identidades como “o reconhecimento social da diferença” na opinião de Maria Célia Santos (cf. Carlos Rodrigues Brandão na sua obra “Identidade e Etnia”) que afirma “ a identidade não é o resultado do isolamento de grupos e sociedades, mas ao contrário, é fruto da sua interacção. Nem a construção do “eu”, nem a do “outro”, produzem entidades discretas e opostas, mas subsistem apenas dialeticamente.”(Santos, 1996, p.81).

1.2.3 – A escola e a museologia nos “espaços de liberalidade”

A emergência de novos paradigmas sociais, económicos e políticos, na segunda metade do nosso século, têm vindo a afectar todas as estruturas e instituições, daí que a instituição “museu” também se inclua e que as ideias inovadoras, no que respeita à museologia, aos seus fins e nos métodos, se integrem, cada vez mais, num processo geral de transformação.

Retomando algumas das “tomadas de posição”, a partir da Mesa Redonda de Santiago do Chile, (1972) que traçou os princípios base do Museu Integral, não só em relação ao meio rural com a criação, por exemplo de museus de sítio, como também não esqueceu o importante papel que o museu deve ter relativamente à educação permanente.

No que diz respeito às escolas, afirma que “serão incentivadas a formar colecções e a montar exposições com objectos do património cultural local; deverão ser estabelecidos programas de formação para professores dos diferentes níveis de ensino (primário, secundário, técnico e universitário).” (Primo, 1999, p. 100).

Porém, já em 1958 havia algumas preocupações relativamente a esta matéria quando, no Rio de Janeiro, organizado pela UNESCO, ICOM e por autoridades e especialistas brasileiros, teve lugar o Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus, com o objectivo de “propiciar uma reflexão, em cada uma das regiões do mundo, sobre a função que deveria cumprir o museu como meio educativo dentro da sociedade” (Torral, 1995, doc. policopiado).

Assim, atravessando o tempo, hoje, mais do que nunca, o museu, com sua função educativa, e a escola deverão ser não só parceiros mas, principalmente, elementos dinâmicos no seio da sociedade.

A Escola não tem “escapado” às ideias inovadoras. A “nova pedagogia”, a “escola nova” ou a “reforma educativa” são, hoje, expressões divulgadas e cuja aplicação se generaliza no sistema educativo. As velhas concepções de educação, a “pedagogia tradicional” ou a “concepção bancária de educação”, em que “o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem ... em que a única margem de acção que se oferece ao educando é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los” (Freire, 1992). A “escola tradicional” concebe mecanismos unicamente de informação e não de comunicação, os conteúdos dogmáticos que são transmitidos pelo “mestre”, estão em

desuso. Em substituição surgiram as novas concepções de educação, de instrumentos de comunicação e até de avaliação.

Impulsionado por profundas transformações sociais, o sistema educativo sentiu necessidade de renovação embora a “escola nova” ainda coabite com velhos procedimentos e velhas instituições.

A renovação da escola trouxe consigo a necessidade de utilizar novos canais de comunicação, tanto mais que o educando é hoje “olhado” como sujeito e objecto da educação.

Nesta escola, “ os educandos, em lugar de serem recipientes dóceis de depósitos, são agora investigadores críticos, em diálogo com o educador, investigador crítico, também” (Freire, 1992).

Assim, a “escola nova” e a “nova museologia” apresentam como causa final, como “objecto”, o Ser Humano.

Já há muito tempo, portanto, que as escolas realizam visitas de estudo a museus e, estes, reconhecendo a sua importância, criaram os serviços educativos.

O texto “Musée et Jeunesse”, publicado pelo ICOM, em 1952, seguido por outros, “marcaram” o museu enquanto local de educação e esse papel não deixou, até hoje, de ser equacionado à luz da evolução das concepções de educação e das transformações sociais.

A nível nacional, tiveram importância duas instituições.

A APOM – Associação Portuguesa de Museologia – reuniu por duas vezes os seus membros, uma, em 1967 no seminário sobre “Museus e Educação” e, outra, em 1987, aquando da sua reunião anual, sobre o tema “A Escola vai ao Museu”.

O MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia, por sua vez, em 1994, nas VII Jornadas sobre a Função Social do Museu, realizadas em S. João do Estoril, subordinadas ao tema “Museologia e Educação”, entre as várias comunicações, recomendações e conclusões, salientam-se algumas relacionadas com “Pedagogia/Nova Museologia” onde foi, na generalidade, reconhecido “o papel da Escola como formadora dos jovens, entendendo-se esta formação como integral ... que preparar e executar uma exposição, usando a didáctica do trabalho de projecto e socorrendo-se da interdisciplinaridade é um processo educativo consequente para os fins que a Escola prossegue, sendo que grande parte da aprendizagem, para aqueles que estão envolvidos, opera-se durante o próprio processo ... reconhecer na Museologia um potencial (instrumentos, linguagens, ... de grande utilidade no trabalho pedagógico; Requerer que

na formação contínua dos professores sejam incluídas áreas que contemplem a formação em Museologia e nas técnicas museográficas; fomentar acções de intercâmbio entre escolas com experiências neste sector e outras instituições; utilizar os espaços de liberalidade que ainda restam na organização escolar (Área-Escola, Complementos Curriculares, Tempos Livres,...) para ensaiar experiências neste domínio da Museologia; valorizar o uso pedagógico da Museologia nas escolas, como processo gerador da mudança na escola e na comunidade.” (Tinoco, 1994, p.76).

A acção da Escola não poderá esgotar-se no sistema formal do ensino mas deve ampliar-se, quantitativa e qualitativamente, na produção de bens culturais, sem os quais a formação do jovem para a cidadania plena ficará incompleta.

A Lei de Bases do Sistema Educativo, no parag. 5 do Artº 2º afirma que “a educação promove a formação de cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação” (Tinoco, 1994, p.48).

Daí que a formação não deva ser, unicamente, assegurada apenas pela escolaridade formal mas deve ter em conta as alternativas possíveis como a utilização do Museu e da sua linguagem específica que é a Exposição, como forma de comunicação, cabendo à Escola a sua utilização.

Assim, não posso deixar de fazer referência, mais uma vez, à Declaração de Caracas que afirma textualmente o seguinte: “O museu, como meio de comunicação, transmite mensagens através da linguagem específica das exposições articulando objectos/signos, significados, ideias e emoções, produzindo discursos sobre a cultura, a vida e a natureza. Esta linguagem não é apenas verbal, mas, mais ampla e total, mais próxima da percepção da realidade e das capacidades perceptivas dos indivíduos ... os objectos como signos de linguagem museológica não têm valor em si mesmos, mas, antes, representam valores e significados nas diferentes linguagens culturais em que se encontram mergulhados” (Primo, 1999, p. 214).

A “utilização” do museu e das técnicas museográficas na aprendizagem do “não formal” constitui verdadeiras “oficinas”. Na escola, tornar-se-á num valioso instrumento de educação com uma acção educativa em função dos destinatários, activos e participativos, que também tenham como referenciais o(s) património(s) e o meio ambiente envolvente, onde o trabalho de projecto, a área - escola ou outra actividade de complemento curricular constituem um desafio à capacidade de educadores disponíveis para desenvolver projectos, praticar a interdisciplinaridade ou para fazer uma profícua

animação cultural em interacção com a comunidade, o que a “escola tradicional” é incapaz de fazer.

Trata-se, portanto, de “fazer” e de “usar” os métodos e as técnicas da museologia na escola, como alternativa ao ensino formal e convencional, em complementaridade, como uma das unidades do complexo processo ensino-aprendizagem que contribua, na sua totalidade, para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento social da criança e do jovem.

Assim, a escola e o museu cujo conteúdo – a memória colectiva – tornar-se-ão locais complementares e privilegiados para a “produção” de saber(es), permanentemente socializantes, fortalecedores de identidades.

A função museológica, insere-se num processo de comunicação onde educar pressupõe comunicar, ouvir e ser ouvido, numa forma participativa de enriquecimento mútuo.

Em síntese, no presente quadro teórico foi apresentada, em primeiro lugar, a teorização para um novo modelo de museu que se traduz na ligação ou na interdependência entre o espaço/natureza e o espaço/homem (cultural) onde são conservados os testemunhos do passado num determinado espaço e revelam a forma como o homem se integrou no meio natural, documentando a evolução desse território e da sua população reflectindo uma realidade local e quotidiana onde a ideia de preservação do património e de desenvolvimento cultural fica reforçada, transformando-se num verdadeiro instrumento de comunicação entre as gerações passadas e futuras.

Em segundo lugar, ficou sistematizado em três áreas accionalistas: a ecomuseologia, a exomuseologia, a escola e a museologia – onde se entrecruzam os conceitos de património(s), comunidade, território, herança, identidade e mudança. Conceitos que estão fundamentados em documentos e textos sobre museologia e património como a Declaração de Santiago do Chile, a Declaração do Quebec, a Declaração de Oaxtepec e a Declaração de Caracas, entre outros, ordenados, tanto quanto possível, numa sequência analítico-temporal.

Nesta análise sumária, pretendeu-se traçar as linhas gerais da conceptualização relacionada com os fundamentos propostos para uma nova museologia que desde a Mesa – Redonda de Santiago do Chile tem vindo a tomar forma e consistência dentro da coerência teórica.

2- METODOLOGIA

Este trabalho de museologia assenta sobre um estudo de caso relacionado com as Pedreiras do Moimento localizadas, no sentido Oeste, a cerca de 500m do lugar do Moimento, na Freguesia de Fátima.

O trabalho de campo aí realizado teve início com a observação directa do local.

Toda a zona de exploração foi percorrida e, com certa dificuldade, houve a possibilidade de identificar o início da exploração até à última fase, através das “marcas” deixadas no terreno feitas de pedra solta misturada com a terra e uma vegetação rasteira.

A dificuldade da determinação dos locais de extracção mais antigos deveu-se ao facto de estarem tapadas com aterros e à vegetação e mato variados que, ao longo do tempo, as foi envolvendo.

Depois de todo o local de extracção ter sido percorrido e de uma observação directa mais cuidada após conversas com algumas pessoas do lugar, tornou-se mais fácil uma identificação que correspondia ao sentido da exploração e das pedreiras mais antigas.

O método da observação directa mostrou-se, portanto, imprescindível para a localização espacial e determinação do sentido da exploração.

Desde o início do trabalho tive o cuidado de fazer um “diário de campo”, no qual foram assentes todas as informações que eram transmitidas.

As informações dispersas e informais que, inicialmente, foram dadas, depois de coligidas, permitiram que se soubesse quem era o proprietário das pedreiras – a Junta de Freguesia – e as últimas pessoas que estiveram ligadas ao trabalho da pedra, nas pedreiras, e ao seu transporte, assim como se mostraram indispensáveis para a elaboração de um “guião de entrevista” que estabeleceu a estrutura das principais perguntas que foram colocadas aos entrevistados.

Quando as respostas saíam fora deste guião, o que significava que a informação ia para além da entrevista exploratória, interessava, acima de tudo, que o entrevistado falasse com espontaneidade e fornecesse informações complementares que dessem mais indicações sobre o trabalho realizado nas pedreiras e novos elementos, ainda não conhecidos, o que enriquecia e aumentava o número de perguntas das novas entrevistas.

Deste modo, as entrevistas exploratórias levaram à construção de um guião enriquecido, coerente, que permitiram as entrevistas em profundidade.

Quando o ritmo da comunicação manifestava tendência a baixar, voltava-se às questões principais anteriormente programadas, sem omitir a necessidade da manutenção do interesse da conversa e das novas questões.

Houve, contudo, a necessidade de aplicar o método comparativo relativamente a alguns dados recolhidos em várias respostas, fundamentalmente, por questões de pormenor e clareza.

Em alguns casos, houve a necessidade de voltar a questionar canteiros, cabouqueiros, pedreiros, “pedreiros” tendo presente que “à medida que se vai prolongando, o trabalho de campo vai não só reorganizando também, em certa medida, o próprio tecido social em análise.” (Silva e Pinto, 1999, p.135) e, portanto, aumentando as fontes de informação. Por outro lado, se havia tomado alguma nota confusa o esclarecimento sobre essa nota obrigava a que se contactasse, de modo controlado e objectivo, os entrevistados duas ou mais vezes.

É de salientar que, nestes casos, encontravam-se sempre mais informações “sobre múltiplas dimensões do social, fornecendo a possibilidade de permanente confrontação recíproca e da respectiva análise integrada” (Silva e Pinto, 1999, p.142) que compensavam o esforço e o tempo gasto na deslocação ao local transformando-se num incentivo.

Neste sentido, e com todos os elementos possíveis, o trabalho realizado teve como principais características a independência da investigação com o distanciamento indispensável à mesma, apesar da participação empenhada da população na identificação dos materiais, das técnicas e das suas formas de aplicação em consonância com a realidade territorial.

Com estes procedimentos permitiu-se “descodificar o significado duma variedade de objectos e de símbolos, de acontecimentos e situações, de arranjos espaciais e de ritmos, de comportamentos e de estratégias, de declarações e de silêncios, de estilos de agir e de maneiras de pensar.” (Silva e Pinto, 1999, p.148), surgindo, desta forma, uma recolha etnossociológica que permitiu observar alguns costumes e comportamentos da vida das pessoas ligadas ao trabalho na Pedreira.

Algumas dessas situações e formas comportamentais eram próprias das pedreiras e com elas acabaram.

O conhecimento das técnicas e dos processos da sua aplicação na extracção da pedra foram encenados pela representação corporal dos dois últimos trabalhadores – o “Ti” Anastácio e o “Ti” Manuel Pereira – que aí tinham feito a sua vida.

Tive sempre presente os problemas da comunidade/população e a realidade territorial envolvente onde os problemas sociais e económicos, a par dos histórico-culturais, estão focalizados de modo mais abrangente e podem, depois de identificados, ser indicadores preciosos em matéria de desenvolvimento e que, por sua vez, permitem um caminho mais consistente no campo da actuação da museologia de intervenção.

Ao longo do decurso do trabalho de investigação, confirmou-se a necessidade de recuperar e conservar estas pedreiras.

A Junta de Freguesia foi contactada. A princípio reticente mas, após várias reuniões, acabou por concretizar e desenvolver algumas acções no terreno com a limpeza e “desmate”, de forma organizada, das pedreiras e de toda a zona envolvente.

A Pedreira Norte, como será caracterizada posteriormente, mostra ser a mais indicada para uma intervenção criativa, tanto no que diz respeito às acções de animação sócio-educativas como também no que concerne à criação de uma “forma” inovadora que, de um modo “contudente”, chame a atenção dos vários públicos/visitantes para uma Natureza permanentemente agredida.

No que diz respeito às acções de animação sócio-educativas, estabeleceram-se contactos com as professoras do 1º Ciclo da Freguesia de Fátima tendo, em especial atenção, a opinião de algumas - nomeadamente a da Prof. D. Maria do Fétal, a mais antiga - que, de forma empenhada, sondaram a opinião dos seus alunos. Estes corresponderam, com o maior entusiasmo, interesse e curiosidade, ao desafio estendendo-o aos seus familiares, alguns deles antigos canteiros e/ou cabouqueiros que trabalharam nas pedreiras, os quais, por sua vez foram transmitindo às crianças os conhecimentos que tinham sobre o trabalho da pedra e algumas das suas vivências.

Todos os trabalhos/actividades foram realizados como actividades de complemento curricular ou na sala de aula, de acordo com os conteúdos programáticos. As informações obtidas nas reuniões periódicas tidas com as professoras, ao longo do ano, revelaram-se de grande interesse uma vez que, gradualmente, foram despertando a curiosidade das crianças e o seu interesse em saber como tinha sido a vida dos avós e/ou bisavós.

Foi um projecto moroso de implementar mas que resultou em sucesso por ter imprimido uma dinâmica diferente durante as actividades lectivas e as não lectivas, dentro e fora da sala de aula.

No final do ano lectivo, como será posteriormente referido com pormenor, comemorou-se o “Dia da Pedreira”, em festa, nas Pedreiras do Moimento, com a

presença de todas as escolas do 1º Ciclo da Freguesia de Fátima, em conjunto com a Escola do Bairro, como convidada, uma vez que não pertence à freguesia, mas que lhe é contígua, com todas as professoras, alunos e seus familiares, população local, associações ambientais e culturais, autoridades civis e religiosas.

Toda esta acção conjunta, amplamente divulgada, teve como objectivo principal chamar a atenção das autoridades competentes e da opinião pública, em geral, para a valorização das Pedreiras do Moimento como um dos patrimónios a preservar na Freguesia de Fátima.

O levantamento documental levou-me à consulta exaustiva das Actas da Junta de Freguesia de Fátima, proprietária das pedreiras, como já anteriormente referi, e aos diplomas legislativos sobre “pedreiras”.

Quanto à bibliografia, houve o cuidado de identificar, em primeiro lugar, toda a bibliografia disponível que poderia estar ligada ao trabalho que pretendo desenvolver.

Neste sentido, conforme consta na bibliografia, recorri a livros e textos de G. H. Rivière, H. de Varine, M. Maure, R. Rivard, P. Mayrand, M. Moutinho, C. Bruno, M. Célia Santos, entre outros.

Na metodologia usada para a museologia social, socorri-me das técnicas utilizadas na investigação das ciências sociais, entre elas, os diferentes tipos de entrevistas realizadas à população/comunidade, ressaltando igualmente a importância das relações transdisciplinares, da História Local e Regional com outras áreas do conhecimento.

No campo específico da metodologia na investigação das ciências sociais, tive em permanente atenção, a “Metodologia das Ciências Sociais” de Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto e a “A Investigação nas Ciências Sociais” de João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto.

Em segundo lugar, na recolha das fontes documentais, para além das Actas da Junta de Freguesia, procedi ao levantamento exaustivo de todos os jornais locais e revistas que se referissem ao local.

Neste sentido, foi particularmente importante o acesso à consulta da biblioteca do Santuário de Fátima.

Em terceiro lugar, no caso particular em estudo, tive necessidade de fotografar alguns objectos e utensílios de trabalho para além do registo fotográfico, no primeiro contacto com o local das Pedreiras do Moimento, e depois da limpeza e “desmate” com a intervenção da Junta de Freguesia de Fátima e, por fim, nas actividades do “Dia da Pedreira”.

3- A ESCOLA COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO E DE VALORIZAÇÃO DAS PEDREIRAS DO MOIMENTO

A Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972) representa um passo importante no processo de transformação da museologia ao colocar em evidência a prioridade da acção museal no campo da intervenção social. Abriu, efectivamente, as portas para um repensar global da museologia assim como em relação à educação permanente ao referir “todos os museus deverão possuir um serviço de educação dentro e fora do próprio museu, participar directamente nas políticas nacionais de educação, preparar programas a difundir nas escolas e cursos dirigidos aos professores. Neste sentido é também proposta a criação de colecções e a montagem de exposições no quadro da actividade escolar.”(Primo, 1999, p. 100).

Assim, na sequência do levantamento de dados etnossociológicos dentro de uma abordagem interdisciplinar e da validade de um projecto de intervenção museológica com duas vertentes distintas – a museologia accionalista e a museografia, foi elaborado um projecto de animação sócio-educativa e cultural sobre as Pedreiras do Moimento, enquadrado em acções educativas concertadas com vinte e sete professoras que, entre 1990 e 1992, leccionaram nas escolas do 1º Ciclo da Freguesia de Fátima.

Este Projecto foi elaborado para, de forma faseada, serem atingidos os seguintes objectivos: Gerais – Proporcionar um melhor conhecimento dos outros, das coisas, dos acontecimentos e dos lugares; Contribuir para a valorização e a divulgação do Património Cultural da Freguesia de Fátima; Sensibilizar os alunos para a preservação do Meio Ambiente e para a Identidade Cultural; Específicos – Reconhecer a importância das Pedreiras do Moimento; Sensibilizar os alunos para a importância da fauna e flora do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros; Conhecer as técnicas e os instrumentos utilizados no trabalho da pedra; Conhecer o modo de trabalhar a pedra e de a extrair; Reconhecer a importância da Tradição Oral.

A individualidade própria desta região e o grau de destruição em que se encontravam as Pedreiras do Moimento, constituíram o desafio.

Apesar de todas as dificuldades encontradas ao longo do percurso, este projecto foi dinamizado quando ainda eram incipientes as perspectivas de “mudança” nas nossas escolas relativamente aos “espaços de liberalidade” e às actividades de complemento

curricular tornando-se, por este facto, inovador uma vez que começou, se desenvolveu e se fundamentou numa plataforma antropológica da liberdade.

3.1- Projecto de animação sócio - educativa e cultural com as escolas do 1ºCiclo da Freguesia de Fátima – uma experiência/um processo de acção – 1990-1992

A Freguesia de Fátima, situada na parte sul do Concelho de Ourém, em pleno Maciço Calcário Estremenho, é caracterizada, geomorfologicamente, pela grande extensão de afloramentos calcários.

As Pedreiras do Moimento, fazendo parte deste território, estão hoje como estavam em 1990, abandonadas, agredidas e transformadas em lixeiras.

Possuem ainda vestígios de uma técnica de extracção artesanal, plena de significado em valores ancestrais. Têm uma história para contar e podem mostrar a ligação que existiu entre as pessoas, o território e as vivências lá ocorridas.

A escolha das Pedreiras do Moimento como área/objecto deveu-se, em primeiro lugar, ao estado de abandono e degradação em que se encontravam e, em segundo lugar, à necessidade de chamar a atenção das autoridades competentes para esta situação.

Constituíram o ponto fulcral das estratégias aplicadas uma vez que “todo um processo educacional é responsável pela formação do cidadão, que deve reconhecer, no seu património cultural, um referencial para o exercício da cidadania.” (Santos, 1996, p.121). Assim, ao realizar este projecto de animação, a partir da escola, envolvendo a comunidade local procurou-se, através de acções planeadas, que todos compreendessem e reflectissem sobre aquele património numa dinâmica do processo social tomando-o, igualmente, como referencial na construção e reconstrução de uma praxis pedagógica.

O que levou à elaboração deste projecto de animação foi, portanto, constatar-se da inexistência de acções suficientes no sentido de valorizar e preservar o património da região de modo a dar “vida nova” a tradições caídas no esquecimento, implicando toda a comunidade no reapreço desse aspecto valioso do seu passado.

Por isso, nas crianças foram depositadas todas as esperanças!

O processo de acção foi então iniciado junto das escolas e das professoras da Freguesia de Fátima com a entrega de suporte documental teórico, realização de acções de formação/investigação e, ainda, de uma visita guiada ao local.

Esta fase preparatória teve os seguintes objectivos: 1- Possibilitar o contacto directo e uma inserção na realidade em que se ia trabalhar; 2- Reconhecer o papel importante da Escola no Meio e na Comunidade a fim de que a Escola deixe de ser o centro principal de aprendizagens cognitivas sistemáticas e passe a ser um centro de documentação, investigação, coordenação e de animação sócio - cultural; 3- Sensibilizar os Pais, a Comunidade e as Autoridades responsáveis para a importância deste espaço, valorizando-o e preservando-o como Património histórico-cultural e também natural.

A partir daqui, foi então elaborado pelas Escolas, um Projecto Educativo Conjunto porque “é ele que dá coesão aos grupos educativos e valida os enunciados no corpo de um espaço epistemológico que, até ao nível dos projectos individuais, sobrevaloriza a autonomia do círculo antropopedagógico relativamente às coordenadas históricas e sociais envolventes, mesmo quando as assume ou nelas quer agir.” (Carvalho, 1998, p.163), entre as 10 escolas, as 27 professoras do 1º Ciclo do Ensino Básico da Freguesia de Fátima a que se associou a Escola do Bairro, por ser limítrofe da Freguesia de Fátima. Foi nesta localidade, na Pedreira do Galinha, que foram encontradas as pegadas dos dinossáurios, algum tempo mais tarde.

Na Nota Prévia do seu Projecto Educativo, as professoras referiam o seguinte: “Este Projecto é inovador. Os agentes de ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico decidiram, de comum acordo, elaborar um projecto colectivo para melhor atingirem os objectivos que se propõem ... o assunto que nos uniu e nos vai conduzir na relação Escola – Meio são as Pedreiras do Moimento, um valor ambiental e histórico a defender. Foi muito interessante a elaboração colectiva dum projecto de Escola porque houve momentos criativos de grande valor, os quais não teriam surgido em grupos “isolados” ” (Proj. Educativo das Escolas do 1º Ciclo, 1990), o que vai fundamentar a afirmação de A. D. Carvalho ao apontar a coesão como elemento importante para o sucesso de um projecto desta natureza.

O projecto de animação sócio-educativa e cultural sugeria algumas Estratégias/Actividades às professoras, a exemplo: “Organização em grupos – Clubes ou Ateliers”, após a fase de investigação e de descoberta: 1-Clube de Som e Vídeo com a recolha e reprodução da música da época (princípio do século); de cantares das gentes que trabalhavam nas pedreiras; reportagens, uma peça de teatro “Natureza ou Cimento”, um dos textos incluído nos livros escolares de Língua Portuguesa, 2- Clube de Dança com as danças da época já referida; encenação com desfile de trajes e representação corporal do trabalho da pedra; 3- Clube do Jornal da Escola com a redacção de notícias,

entrevistas e um jornal de parede; 4- Clube do Meio Físico com a elaboração de um herbário de plantas e ervas aromáticas recolhidas na região; organização de actividades para o Dia Mundial da Árvore; recolha de elementos para o conhecimento da História Local e ainda dos usos, costumes e tradições das gentes da região.

Além dos Clubes também poderiam ser dinamizadas outras actividades em Ateliers: 1- Atelier de Pintura com a execução de cenários, decoração de alguns espaços, painéis; 2- Atelier de Construção para a execução de instrumentos utilizados no trabalho da pedra; 3- Atelier de Modelagem para a execução de pequenos objectos em pedra ou em barro.

O “Dia Mundial da Criança” seria festejado por todas as crianças das escolas, tornando-se o culminar de todas as actividades desenvolvidas ao longo do ano.

A Escola, desta forma, tornava-se num lugar de inovação e criatividade dentro dos períodos de tempo disponível, fomentando a participação e cooperação entre todos os intervenientes neste processo.

A partir destas sugestões e procurando sensibilizar os alunos, as professoras recorrendo à improvisação, como uma das bases de exercício para privilegiar a espontaneidade, foram-se pondo em prática algumas destas actividades e/ou introduzindo outras, na medida do interesse, da criatividade e das aptidões dos alunos.

Num projecto de animação desta natureza, foi imprescindível solicitar recursos, fazer um orçamento, apontar problemas que se levantavam na sua execução e, por fim, tecer algumas considerações conclusivas.

No que diz respeito aos Recursos, foram solicitados os seguintes: Junta de Freguesia de Fátima, Santuário de Fátima, Casa - Museu de Aljustrel, Posto de Turismo da Cova da Iria/Fátima, Delegação Escolar, Rancho Folclórico de Fátima, Comissão de Melhoramentos do Moimento, entre outros.

Todos corresponderam porque era uma ideia diferente e ficaram curiosos dando o “benefício da dúvida”...

Em relação ao orçamento, o projecto dizia o seguinte: “No momento não é possível dar uma indicação correcta das despesas por forma a estipular um orçamento, mesmo que provisório. Tudo depende das fontes de financiamento e dos recursos humanos, que poderão, de uma forma maior ou menor, dar a sua colaboração e adesão ao projecto. Contudo, existem necessidades que, dado o local onde as acções se irão desenrolar no dia 1 de Junho, se podem desde já enumerar: transportes, alimentação, cuidados médicos... Desta forma, o orçamento está directamente dependente dos vários

factores mencionados, além do interesse que desperte no seio da população e das entidades mencionadas.” (Proj. de animação sócio-educativa e cultural, 1990).

Quanto aos problemas apontados, constavam os seguintes: 1- Ser uma experiência piloto; 2- Haver dificuldades na participação e na coordenação dos vários recursos solicitados; 3- Não haver disponibilidade de verbas.

No final, foram tecidas algumas considerações em forma de “conclusão” a fim de dar conta do muito que pode ser realizado quando há Vida dentro de cada um de nós para o executar e é nas crianças e nos adolescentes que devemos apostar porque eles serão os Homens e as Mulheres do Amanhã.

Com as palavras de Gabriela Mistral, terminei:

Muito do que precisamos pode esperar

A Criança, não.

Não se lhe pode dizer: Amanhã

Seu nome é ... Hoje!

A definição dos objectivos gerais e específicos do projecto de animação sócio - educativa e cultural orientaram a planificação de todas actividades e, de acordo com a dinâmica que cada professora implementou junto dos seus alunos, a maior parte das vezes adaptando-se aos condicionalismos próprios das escolas, realizaram-se, várias visitas de estudo com os alunos, todas elas relacionadas com a pedra e as Pedreiras do Moimento – casas e outro património construído (eiras, cisternas, pias, picotas...) assim como outras actividades de complemento curricular, nos “espaços de liberalidade”: estruturação de um Jornal das Escolas da Freguesia e organização de um jornal de parede nas salas de aula. Em ambos, eram feitas referências aos usos, costumes, tradições, danças e cantares e ainda à gastronomia da região.

Para a compreensão deste processo é importante acrescentar que, em todas as actividades, as Pedreiras do Moimento foram tomadas como referencial para o exercício da cidadania com vista a um desenvolvimento social e cultural dos alunos envolvendo, igualmente, toda a comunidade.

Registou-se, então, a visita de antigos canteiros e cabouqueiros às escolas para falarem do seu trabalho aos alunos e às professoras mostrando-lhes também como eram feitos os instrumentos usados no trabalho da pedra.

Recolheram-se materiais/ferramentas e outros pequenos utensílios, pelos alunos, muitos deles netos ou bisnetos de antigos trabalhadores das Pedreiras.

Esta recolha teve, como intenção, a criação de um “museu da pedra” onde todos poderiam ser intervenientes no processo, tal como Hugues de Varine referiu “um novo museu, de essência comunitária, reconhece a cada um o direito da criação de escolher e de utilizar o objecto, da mesma forma que uma palavra numa linguagem concreta, como um tijolo na construção do futuro ... o profissional, nisto tudo, onde se situa? Será um agente de desenvolvimento, utilizando os seus conhecimentos científicos e o seu saber profissional, em benefício da comunidade” (III Jornadas do MINOM, 1987).

Naquele processo, “o profissional” foi agente de desenvolvimento e como agente, coube-me organizar e dinamizar todo um processo de intervenção, buscando os meios necessários, em diálogo permanente com todos os parceiros, (Professoras, Alunos, Poder Local...) transmitindo-lhes da importância de todas as acções educativas uma vez que elas foram pensadas em função dos destinatários – os alunos - que, no Amanhã, irão ter um papel decisor e interventivo numa sociedade que se quer melhor e mais solidária.

3.2- Avaliação deste projecto

Este Projecto de Animação Sócio-Educativa e Cultural integrava-se num processo dinâmico de acção que, por um lado, tivesse respostas à curiosidade própria das crianças, não só em relação ao passado e ao presente como também ao futuro desenvolvendo nelas atitudes que as levassem a acreditar como se tornavam indispensáveis a uma sociedade que se quer mais justa e feliz e, por outro, as integrasse na construção de uma nova prática social onde o Património fosse tomado como referência para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento social e cultural.

Assim, o que levou à elaboração de um projecto desta natureza foi o facto de constatar da inexistência de acções de modo a valorizar as Pedreiras do Moimento, um dos “patrimónios” da Freguesia de Fátima, dar nova vida às tradições caídas no esquecimento, implicando nele toda a comunidade, por forma a reabilitar este espaço que faz parte do seu passado.

Por isso nas crianças foram depositadas todas as esperanças!

As Escolas da Freguesia de Fátima (através da Prof. Maria do Fétal, informante/interlocutora, privilegiada em todo o processo, ainda na altura no activo, como professora do 1º Ciclo numa das escolas da Freguesia) foram contactadas e

alertadas para o problema das Pedreiras do Moimento, um dos patrimónios da Freguesia, que estava abandonado, degradado e transformado em lixeira a céu aberto.

Na primeira abordagem, foi transmitido às professoras que era importante serem realizadas acções por forma a “travar” a sua progressiva destruição, que todo e qualquer professor estava implicado numa tarefa de formação e socialização dos alunos e que esta matéria, relacionada com as Pedreiras do Moimento, podia ser integrada nos conteúdos leccionados na disciplina do Meio Físico (em 1990, já possuía, ao nível do 1º Ciclo, uma forte componente de História Local).

Imediatamente responderam de forma empenhada e entusiástica querendo logo saber “tudo” sobre as Pedreiras.

Mas eu queria ir mais longe: motivar e responsabilizar todos os que, desde instituições ao cidadão comum, pudessem contribuir para a preservação e valorização deste património.

Nas Escolas foi encontrada a “chave” para o problema.

A Escola, como raiz dos melhores ideais, deve diligenciar sempre para formar Verdadeiros Homens do Amanhã, a partir do Hoje, esforçando-se por, em acções comuns inter e pluridisciplinares, contribuir para o conhecimento do diferente, próximo e distante, dos patrimónios e pertenças, para a consciência do destino comum, ensinar como os homens criaram as formas de participação na vida democrática e educar para o respeito e o compromisso com a vida e a saúde, a natureza e o equilíbrio ecológico, para o desenvolvimento sustentável.

Assim, ao longo do tempo, as professoras trabalharam estes conteúdos, como já referi anteriormente, e uma Semana Cultural encerrou o ano e várias actividades foram realizadas.

O “Dia da Pedreira” foi comemorado no dia 15 de Junho de 1992 com o descerramento de uma lápide, à entrada das pedreiras, na presença da Comunidade com avós, pais, familiares e amigos, Autoridades Cívicas e Religiosas, Professoras e todas as Crianças das escolas já mencionadas e que intervieram no processo.

Nesse dia, as Pedreiras do Moimento foram o “palco” para cerca de quinhentas crianças acompanhadas pelas suas vinte e sete professoras que apresentaram os seus trabalhos e conviveram.

Seguiu-se um almoço ao ar livre, no local de acesso ao “tanque” e depois um desfile etnográfico com danças e cantares, realizado pelas crianças, tendo encerrado

com um belo “Hino das Pedreiras” que foi composto por elas, ajudadas pelas suas professoras.

Estiveram presentes entre os convidados, representantes da QUERCUS que, juntamente com as autoridades, percorreram as Pedreiras e observaram “*in loco*” o seu estado de abandono e de degradação.

Mais uma vez, foi feita uma chamada de atenção para a importância que elas tiveram no passado desta região, pelo que deveriam ser valorizadas como um dos patrimónios, por isso, dignas de serem preservadas como um testemunho da “memória colectiva” daquela comunidade.

Também, na mesma altura, o Centro de Interpretação de Porto de Mós organizou um Fórum sobre Educação Ambiental (1992) destinado a estabelecer uma “interacção mais eficaz da área protegida do Parque Natural das Serras d’Aire e Candeeiros (PNSAC) com as professoras do Ensino Básico interessadas em desenvolver projectos educativos de natureza ambiental” e Pedreiras do Moimento – Fátima estiveram “presentes” com a comunicação da sua grande dinamizadora, Professora D. Maria do Fetal Neves Rosa, Professora efectiva do 1º Ciclo do Ensino Básico, intitulada “As Pedreiras do Moimento. Seu valor histórico e cultural na memória de um povo” que, a determinada altura, afirma: “Grita-se que o planeta está doente e, no entanto, são cada vez mais graves e frequentes as manifestações que revelam danos no equilíbrio ambiental necessário aos seres vivos. As Escolas são as primeiras entidades culturais a serem alertadas e respondem na medida das suas possibilidades. Mas o poder público avança, por um lado, e regride, por outro: promove campanhas mas passa licenças que prejudicam altamente o ambiente.” (Rosa, 1992).

Dinamizar um projecto desta natureza tornou-se tão difícil como arrojado. Porém, o tempo foi passando e com ele uma pequenina semente germinou e o projecto teve continuidade nos anos seguintes.

Alargou o seu âmbito a outras escolas do concelho de Ourém, sobretudo a partir dos incêndios que destruíram grande parte daquela bela e agreste paisagem serrana, cujos núcleos de floresta tantos e tantos anos levaram a crescer “este projecto nasceu na cabeça de todas nós quando presenciámos as chamas devoradoras engolirem em segundos o que tantos anos levou a crescer. Na altura o choque foi violento e foi necessário algum tempo para apagar o susto causado em todos, principalmente nas crianças e na população em geral. Pensamos ser agora a melhor ocasião para lançar o apelo de voltar a fazer brotar na terra serrana, a planta que lhe pertence – o pinheiro.

Esperemos que o nosso alerta seja atendido e que consigamos “Reflorestar um pouco de terra para viver um amanhã melhor” (Proj. educativo da escola do 1ºCiclo do Ens. Básico do Bairro (Ourém, 1992/93).

Por isso, todos os projectos das escolas, reflectindo este problema, invocaram os temas relacionados com a floresta, o florestar, a natureza e a sua preservação. Os objectivos tiveram a ver com o facto de que é necessário motivar as crianças para a necessidade de preservar a natureza que as envolve e dinamizar a comunidade para a replantação, correcta e urgente, das áreas destruídas. O envolvimento das entidades responsáveis pelo Poder Local, a QUERCUS, o PNSAC e, ainda, os Jardins de Infância também se inseriram neste processo e um slogan persistiu na mente e no coração de todos:

*“Criança, hoje
Homem, amanhã
Com paisagem
Água...
Ar...
Humanizados mas não danificados!”*

Qualquer destes projectos privilegiou a interdisciplinaridade, a ligação escola/meio, acções teórico – práticas e o envolvimento da Comunidade onde existiu espaço para a discussão de problemas, de intervenção e de aprofundamento dos assuntos/temas que a todos preocupava “um tipo de animação que acompanha o desenvolvimento comunitário. ... fazendo apelo à participação activa e criativa dos usuários” (H. de Varine, 1987, p. 89).

É aqui também que a “escola nova”, a “educação problematizadora”, fonte de iniciativas, defendida por Paulo Freire, ganha a sua verdadeira dimensão e os objectivos educacionais para a cidadania podem ser alcançados.

Não foi fácil fazer “passar a ideia” à primeira.

A comunidade não aderiu logo, levou tempo “o conflito reforça a identidade dos grupos e pode conduzir à mudança, a um movimento social, sem que os actores se apercebam, tendo só a noção e o sentimento vivo da sua identidade...” (Mendras e Forsé, s.d., p. 39) mas, após algumas reuniões de esclarecimento, onde se falava de tudo sem subterfúgios e as “arestas” foram sendo limadas, sobretudo com a ajuda das professoras, que imediatamente o entenderam, e das próprias crianças que, vindas da

escola, chegavam a casa e, curiosas, a todos faziam perguntas e mais perguntas. Daí os avós começaram por entender que “havia qualquer coisa” e passaram a responder e a explicar-lhes como era a vida no “tempo deles”.

O caminho estava aberto, porém, faltavam os outros: A Junta de Freguesia de Fátima porque “os conflitos de interesse estão sempre presentes nos sistemas sociais.” (Johnson, s.d., p. 721) porém, não fecharam as “portas” porque acharam a ideia interessante e inovadora. Nunca se tinha feito, até àquela altura, nada no género, ali na Freguesia e, como muitos autarcas tinham filhos a frequentar uma ou outra escola, eles foram ficando curiosos... E o tempo passou.

Quando a Junta de Freguesia mandou desmatar, limpar e vedar as duas Pedreiras do Moimento (a do Sul e a do Norte – pela parte de cima) para receberem as crianças das escolas no “Dia das Pedreiras”, o desafio estava vencido e a esperança pairava no ar!

Em relação à metodologia aplicada, algumas vezes ela teve que ser reformulada porque, no decorrer do diálogo, não era fácil implementar uma museologia participativa, numa acção educativa integrada num processo, uma vez que as pessoas esperavam que quem liderava soubesse tudo, tivesse respostas imediatas e, por isso, tiveram dificuldades em reflectir conjuntamente, e em discutir ideias.

Porém, tudo foi superado e, hoje, olhando para trás, considero que foi uma fase extremamente criativa da minha vida porque consegui pôr em prática muitas ideias que, ao longo de vários anos, tinham sido só um “sonho” de mudança.

3.3- Relação escola/comunidade/património

Um dos objectivos do Ensino Básico, segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo (art.º 7º) consiste em “assegurar que na formação sejam equilibradamente interrelacionados o saber e o saber fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano”. (Tinoco, 1994, p. 49) e a Declaração de Santiago do Chile (1972) refere “o museu, agente incomparável de educação permanente da comunidade.” (Primo, 1999, p. 95).

Nesta interligação, o património transforma-se, assim, num suporte essencial ao processo educativo, ao desenvolvimento social e as técnicas museológicas/museográficas, aplicadas na escola, em verdadeiras oficinas de produção

e estas, por sua vez, em instrumentos de educação para todos aqueles que nelas tomam parte e se inteiram dessas técnicas, dos espaços de produção e, ao mesmo tempo, em meios de comunicação de modo a se estabelecer uma interação entre o grupo e a comunidade.

Estes constituem alguns dos desafios que se colocam na construção de uma nova prática museológica – a aliança da escola, da aprendizagem, com os métodos e as técnicas da museologia, porém uma museologia accionalista, que acredita no diálogo e nas potencialidades do Homem para a resolução dos problemas que se apresentam a cada grupo ou a cada comunidade, em cada momento da sua História.

Complementarmente, a Escola e o Museu podem tornar-se parceiros, em projectos, onde a herança cultural, parte integrante do conceito de Museologia, uma vez que, segundo Sola (1982), “a Museologia abrange todo o complexo de teorias e práxis que envolve a conservação e o uso da herança cultural e natural” (Santos, 1996, p. 92), interpreta, num sentido mais alargado, a relação entre o homem e o seu meio ambiente, a sua colocação no espaço e no tempo, em suma, a influência da herança cultural e natural nas identidades como fenómeno de construção e reconstrução, interactivo, unificador do passado e concretizado na vivência do quotidiano e, por isso, determinante para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento social e cultural enquadrados em qualquer processo educativo “apropriemo-nos, pois, dos métodos e das técnicas de uma museologia nova, de cariz social e adaptemo-las à função educativa: trata-se de PARTILHAR os problemas, as ideias e as coisas; de UTILIZÁ-LAS ao invés de capitalizá-las e de sacralizá-las; de pôr em prática a cooperação; de contrapor a uma economia e a uma avaliação selectivas e segregacionistas, uma ECONOMIA E UMA AVALIAÇÃO À ESCALA HUMANA; de SOCIALIZAR em vez de impor; de INTEGRAR quando a tentação é isolar; de HUMANIZAR quando à nossa volta tudo se desumaniza; de voltar a dar à Escola um sentido SOCIAL quando querem tornar-nos claustrofóbicos; de lutar por uma EDUCAÇÃO AUTONOMIZADORA e não transmissora de preconceitos.” (Tinoco, 1994, p. 51).

Assim, tendo em conta que a população escolar constitui cada vez mais uma “grossa fatia” da comunidade, e que a escola é considerada como espaço privilegiado de produção do(s) saber(es), a sua transformação traduz-se num instrumento de acção necessário para a preservação e valorização do património, confirmada nesta experiência com as Pedreiras do Moimento, torna-se na base de um processo gerador

de “mudança” e a Museologia, através da formação de professores, em museologia e em técnicas museográficas, num potencial de grande utilidade para o trabalho pedagógico.

Os “espaços de liberalidade” serviriam, assim, para pôr em prática, no terreno, tal como foram dinamizados pelas Professoras do 1º Ciclo, na Freguesia de Fátima, métodos e técnicas que aliam a Educação à Museologia.

Por tudo o que atrás ficou demonstrado, é de ressaltar e valorizar o uso pedagógico da museologia nas escolas, como processo gerador da mudança na escola e na comunidade porque ela actua, com vista a uma evolução democrática das sociedades tornando-se num instrumento/meio, juntamente com outros, de desenvolvimento integral da comunidade e com a comunidade pautado pelo diálogo interactivo, no reconhecimento das identidades, na interpretação da relação entre o homem e o seu meio ambiente, e na influência da herança cultural e natural dos vários grupos ao utilizar a memória colectiva como referencial básico para o entendimento e a transformação da realidade que se vive contribuindo, assim, para a formação do cidadão.

A partir do Projecto de animação sócio-educativa e cultural, com intenções eminentemente pedagógicas, partiu-se para a construção de uma nova prática social ao fazer interagir a Escola, a Comunidade e as Pedreiras do Moimento.

A criação de um “museu de sítio”, ou de um “ecomuseu” ou, ainda, de um “exomuseu”, neste local, apresentar-se-á, em parceria com a Escola, como uma boa solução para resolver problemas sociais e ambientais decorrentes do já caótico crescimento urbano da Cova da Iria/Fátima.

A abordagem que vai ser feita nos próximos capítulos, centrar-se-á nas Pedreiras do Moimento, na sua ligação ao lugar com o mesmo nome, na sua história, como valor a conservar, não só pela importância económica que tiveram num passado mais ou menos recente como também por todos os ensinamentos que encerram e que enriquecem a memória de um povo e ainda complementarmente, na sua relação, a partir de 1917, com a Cova da Iria.

4- A LOCALIZAÇÃO ESPACIAL DAS PEDREIRAS DO MOIMENTO E A SUA HISTÓRIA NA REGIÃO DE FÁTIMA

A pedra foi sempre usada pelo homem e, na pré-história, utilizada como arma de arremesso e como instrumento cortante tendo servido também de abrigo contra as intempéries em cavernas ou, em rudimentares construções, à superfície. Também, na pedra foram esculpidas ou pintadas as primeiras obras de arte da humanidade e “de igual modo, durante centenas de milhar de anos, o trabalho da pedra desviou-se insensivelmente para o emprego cada vez mais económico e eficaz da matéria prima.” (Baechler, 1990, p. 170).

Na linguagem comum, “Pedreira” é o lugar ou a rocha de onde se extraem pedras. Sob a denominação genérica de pedreiras são abrangidas as lousas ou xistos regulares, as camadas de calcários, de grés ou de conglomerados, as rochas ígneas de qualquer composição, enfim, todos os maciços de rochas que possam ser usadas como materiais quer em construções quer em grande ou pequena ornamentação.

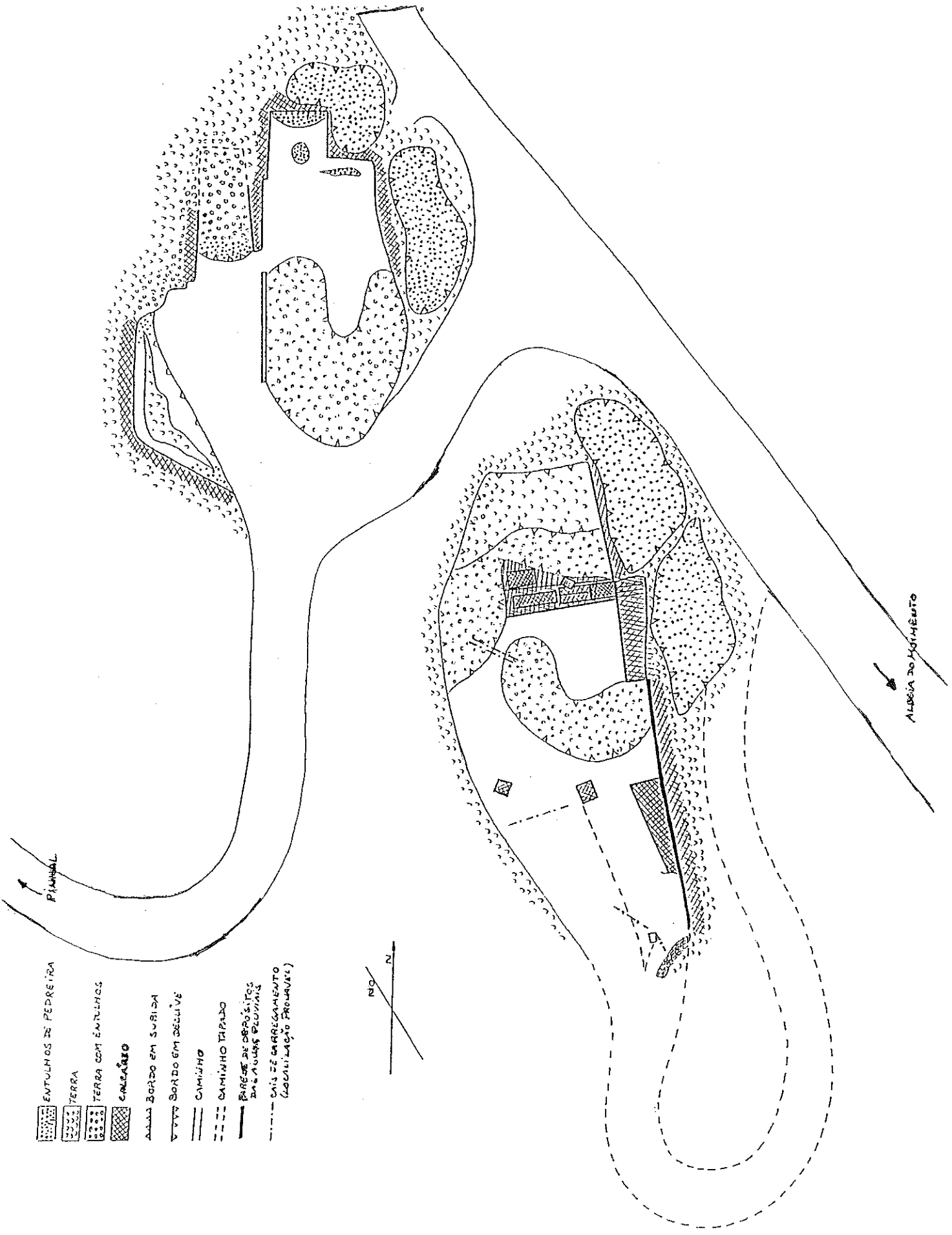
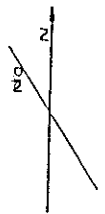
No caso das Pedreiras do Moimento, trata-se de camadas de calcário, exploradas a céu aberto, tendo a pedra sido utilizada, quase toda, em construções, como por exemplo, da Basílica de Fátima, cuja 1ª pedra foi lançada em 13 de Maio de 1928, veio destas pedreiras assim como a maior parte da cantaria utilizada nas habitações das aldeias desta região, em cómodos para os animais, em palheiros, nas pias para a água e para o azeite, nos tanques para o vinho, nas coberturas dos poços, nas eiras e casas de eira, picotas...

4.1 – A localização espacial das Pedreiras do Moimento

É nas faldas do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, mas não fazendo parte dele, em pleno Maciço Calcário Estremenho, numa paisagem cársica, marcadamente degradada pelas explorações industriais de pedra, que se encontram estas antigas pedreiras, designadas por “Pedreiras do Moimento” (Figura 1).

Localizam-se a cerca de 1Km do troço da auto-estrada que liga Torres Novas a Fátima, a 850m da estrada de Minde e, hoje, apenas a avenida João XXIII as separa da Cova da Iria.

- ENTULHOS IN PEDREIRA
- TERRA
- TERRA COM ENTULHOS
- CALÇADO
- AAAA BORDO EM SUBIDA
- VVVV BORDO EM DECLIVE
- ==== CAMIJO
- CAMIHO TAPADO
- PAREDE DE DEPOSITOS DAS ÁGUAS PLUVIAIS
- - - - - Cais de carregamento (localização provável)



O local está envolvido por árvores, atapetado de rosmaninho e por outras plantas aromáticas misturadas com arbustos.

Ainda se podem ver os líquenes que forram as árvores, os musgos que alcatifam algumas pedras. Tem, pois, uma vegetação frondosa que cresce rapidamente e que, por isso, substituiu o olival que outrora rodeava o local.

As duas pedreiras denominadas no singular por “Pedreira do Moimento”, serão a parte terminal de uma exploração que se perde no tempo.

De Fátima até ao lugar denominado Vale de Ourém só existia um caminho que os antigos apelidavam de “calcário” por ser uma vereda estreita cortada de maneira irregular no solo. Com um terreno desta natureza, terão existido, no apogeu do trabalho de extracção, em tempos recuados, cerca de uma dúzia de pedreiras em laboração. Quanto à Pedreira do Moimento, há conhecimento que, em 1758, (Peirone, 1970) já funcionava. Porém, testemunhos orais fazem-na remontar a data anterior.

Na verdade, a palavra Moimento, só por si, lança alguma curiosidade pelo seu significado. Poderá vir do latim “*monumentum*” que quer dizer “monumento em honra de alguém” ou “monumento fúnebre”. Ainda, em 1354, quando os defuntos eram enterrados nos adros e nos templos se deu uma sentença colocada à porta da Sé de Coimbra sobre os “moimentos” (Leal, 1875). Por isso, Moimento e Monumento serão sinónimos designando todo e qualquer monumento comemorativo.

Por outro lado, a tradição popular dá uma outra explicação. Transportar a pedra por maus caminhos, íngremes e difíceis, “moía” os animais que puxavam os carros carregados com estas pesadas cargas. Assim, assume um significado de sofrimento. Os sons fechados e lentos, repetitivos, sugerem a ideia de arrastamento e cansaço. Era um trabalho duro “que moía” não só os animais como também as pessoas: “Aquilo ali é o moímento”... “Lá vai a gente para o nosso moímento”. Outros referem ainda, que por aqueles sítios havia leiras de terra boa e fresca que eram um “mimo”. “Isto por aqui é um mimo”. “É muito mimento”, também diziam. Curiosamente, até à década de sessenta todas as pessoas diziam o “Mimento” quando se referiam ao Moimento e, hoje, os mais idosos ainda assim falam.

É, pois, difícil de saber, exactamente, qual a origem deste vocábulo.

O que sabemos é que, ao longo do tempo, sobretudo nos dois últimos séculos, “alimentou” a construção do casario, permitiu que se esculpisse as pias, as lajes de cobertura das cisternas, do chão das eiras, das campas dos cemitérios, dos alpendres mais antigos que ficaram na memória dos mais velhos, dos suportes das picotas e, já em

tempo mais recente, das chaminés rendilhadas que se confundem, esteticamente, com as algarvias e que tiveram o seu apogeu durante a década de vinte e de trinta, “chegando a haver uma dúzia de pedreiras em trabalho”.

Em 1882, aparece, pela 1ª vez, a referência ao ofício de cabouqueiro e, a partir de 1909, indicações relativas ao aproveitamento económico das pedreiras com o número de carradas e ao preço de cada uma delas feitas pelo vogal da “Junta de parochia da freguesia de Fátima” Manuel das Neves que era, por sua vez, guarda da Pedreira do Moimento. (Acta da Junta de Freguesia, 1909).

Entre o ano de 1909 e Janeiro de 1914, não consta mais qualquer referência às pedreiras.

Nesta data, foi convocada uma reunião, na Junta “afim de se fazer a nomeação do guarda da padreira do muimento, e todos foram de acordo que fosse nomeado para goardar e tomar conta da dita pedreira o vogal Manoel das Neves” (Acta da Junta de Freguesia, 1914).

Entre 1914 e 1917, Manuel das Neves pertenceu à Junta e exerceu o cargo de vogal, porém, nada consta da sua actividade relacionada com as pedreiras. Em 1918, ficou encarregado da pedreira, por algum tempo, António dos Reis, cabouqueiro, residente na Casa Velha.

A partir de 1918, o nome de Manuel das Neves já não consta como membro da Junta mas, na acta da sessão do dia 26 de Janeiro de 1919, após a abertura da sessão, o presidente “propoz que se fisesse a nova nomeação de guarda e marcador da Pedreira de Muimento para o ano de mil novecentos e desanove, o cidadão, Manoel das Neves, casado cabouqueiro do logar da Moita d’esta freguesia, e todos unanimamente aprovaram” (Acta da Junta da Freguesia, 1919).

Da leitura e análise efectuadas nas actas da Junta de Freguesia, verificou-se que a actividade nas pedreiras era muito grande, o número das mesmas em laboração era significativo para a economia da região, o que confirma algumas afirmações feitas pelos informantes, assim como as queixas contra abusos praticados por particulares e outros cometidos pelos exploradores das pedreiras e, ainda, por cabouqueiros por não terem sido “satisfeitos os devidos pagamentos” à Junta, desde 1918.

Assim, em 1925, o Presidente da Junta, em reunião, no dia 18 de Janeiro, fez uma proposta, apoiada por todos os vogais, de levar à praça pública as pedreiras pertencentes à Junta de Freguesia.

Os editais então passados, referiam as condições de arrendamento a todos os cabouqueiros, salvaguardando os “caboucos de cada cabouqueiro”; os prazos de pagamento do arrendamento; a salvaguarda do direito da Junta para usar “alguma pedra para obras da Igreja desta freguesia e das obras que a mesma Junta pretender construir ou reparar”; a prevenção contra abusos; o pagamento de multas e agravamento de quem prevaricasse; e os plenos poderes dados ao “rendeiro ou rendeiros para eles obrigarem os cabouqueiros a pagarem a devida importância, voluntária ou judicialmente” (Acta da Junta de Freguesia, 1925).

Entretanto, novos caboucos foram sendo abertos e passadas as respectivas licenças.

Daí que a exploração da pedra tivesse começado a quatrocentos metros destas pedreiras porque “a Natureza parece condicionar muito fortemente as condições de vida e as possibilidades técnicas das sociedades rurais” (Mendras e Forsé, s.d., p. 35), caminhou no sentido Oeste seguindo a estratigrafia comum às pedreiras da região e, quase como “capricho da natureza” voltou-se para Norte ajudando à sua identificação.

Ao longo dos anos, como é relatado nas Actas da Junta, somaram-se as queixas, aplicação de multas e outras punições a quem não cumprisse ou não pagasse as rendas à Junta.

Existem, também, referências, em actas do ano de 1943, a arrendamentos de terras a particulares, no lugar do Moimento, assim como pedidos para a construção ou reconstrução de estradas de ligação entre lugares e povoações, nomeadamente para o Moimento, o que testemunha a importância cada vez maior deste lugar e, ainda, orçamentos ordinários com as receitas e as despesas com as pedreiras.

No ano de 1950, a Junta vendeu, observando as formalidades legais, terrenos que “fazem parte dos seus bens do domínio privado” e deram também entrada requerimentos a pedir a venda em hasta pública de terrenos “no sítio e limite do Moimento”.

Em 1951 e 1952, continuou a venda de faixas de terrenos, em vários locais da freguesia e também de pequenas parcelas de baldios assim como pedidos de arrendamento, mas estes em menor número.

A exploração da pedra, essa, continuava em grande força e todos os orçamentos ordinários da Junta contemplavam as receitas e as despesas relacionadas com as pedreiras. Situação esta que se prolongou até ao princípio da década de setenta, porque “as mudanças devidas ao ambiente não social (da terra, água, ar, fauna e flora) com a

presença ou esgotamento de algum recurso, devem-se, com frequência, à acção social, mudança cultural ou à mudança no ambiente social” (Johnson, s.d., p. 725), sendo esta a altura em que começaram a ser desactivadas e se iniciou a utilização dos explosivos.

Passo, assim, a caracterizar o que resta das Pedreiras do Moimento:

Uma, a mais recente, ainda com “marcas” de utilização dos explosivos, aberta, limpa e espaçosa, denominada a Pedreira Norte;

A outra, caracterizada pelos blocos de pedra cortados como se tivessem sido abandonados de um dia para o outro e por uma vegetação frondosa e exuberante que encobre totalmente o caminho de acesso e o torna praticamente intransponível, denominada a Pedreira Sul também designada por “Pedreira do Santuário”, por ser daqui que saiu grande parte da pedra utilizada na edificação dos muros que delimitavam os vários espaços exteriores do Santuário e ainda para a construção da Basílica.

Este edifício é inspirado no estilo clássico, dos finais do Séc. XVIII. Mede 70,5m de comprimento, 29m de largura, 29m de altura e tem uma só nave.

O caminho, até chegar às pedreiras, é de fácil percurso, agradável, ladeado por muros em pedra e árvores que o tornam fresco no Verão e resguardado dos ventos, no Inverno, sem grandes declives a não ser os de acesso às duas pedreiras.

Também pode ser integrado neste conjunto e considerado um espaço interligado que tem por início um tanque ou lago, construído na década de trinta, pelo avô de Manuel Pereira, antigo cabouqueiro, que, na altura, explorava a pedra no local. Teve que o fazer para “o dar por compensação às mulheres que queriam lavar a roupa e os panos da azeitona” (Fotografia 1).

Os caminhos de acesso, ainda hoje estão cravejados de montículos que marcam as zonas de vazadouro de entulhos e que, cobertos pela pedra, por um lado, são impossíveis de conquistar pela Natureza, por outro, tapam e fazem esquecer as “feridas” que marcaram a paisagem.

4.2 – O lugar do Moimento – origem e crescimento

Este lugar é o mais novo da freguesia e remonta à época em que as pedreiras tiveram grande actividade, tendo marcado a história desta aldeia.

Teve a sua origem em 27 de Outubro de 1934, quando para lá foram morar dois casais que contraíram matrimónio nesse dia e cujo noivado foi marcado pelo tempo de construção das respectivas casas.

Nessa altura, não passava de um ermo entre carreiros e mato, pinhais e pedra. Passados poucos anos, outros moradores vieram juntar-se.

Nos primórdios, os habitantes iam buscar a água de que necessitavam à aldeia mais próxima que era a Casa Velha. Manuel Marto, o 1º morador, já falecido, dando solução à carência de água no lugar, “abriu”, alguns anos mais tarde, o 1º poço que passou a abastecer não só os restantes habitantes e os trabalhadores da pedreira como também alguns moradores da Moita do Martinho que ali se deslocavam propositadamente.

Com o crescimento daquelas duas famílias e de outros que se instalaram no local, o Moimento, pouco a pouco, foi-se tornando num aglomerado com vida própria.

Rica em pedra calcária, própria para peitoris, lancis e vários utensílios domésticos, teve um grande arranque com as britadeiras que ali se instalaram.

Em 1968, surgiu o primeiro estabelecimento comercial de vinhos e mercearia. Vinte anos depois, passou a existir um café, uma serração de madeira, uma carpintaria mecânica, uma oficina de motorizadas e muitas vivendas, construídas ou em fase de construção, várias oliveiras e alguma extensão de pinhal e eucaliptal completam a paisagem.

A população é trabalhadora e empenhada e desde sempre lutou por melhorar as suas condições de vida. Uma das provas dadas resulta da formação de uma Comissão de Melhoramentos que sempre lutou pela construção de um fontanário que beneficiaria os muitos peregrinos e visitantes de Fátima que aproveitam as sombras e o espaço livre, sossegado, para ali fazerem os seus piqueniques e dormirem a suas sestas.

Em 1978, por exemplo, conseguiu que a estrada fosse alcatroada. A Câmara Municipal de Ourém forneceu o alcatrão e as máquinas. A população deu a brita e a mão-de-obra.

O barreiro que ali existia foi seco e tornou-se num espaço público e de lazer que a população pretende conservar.

A abertura de uma estrada ligando o Moimento à Cova da Iria, da qual dista apenas 1Km, foi, de facto, o principal factor de crescimento da aldeia.

Em 1988, já existiam aqui 201 habitantes.

As novas construções que foram surgindo ao longo dos anos, têm vindo a descaracterizar o local das pedreiras e o seu ambiente natural.

Entretanto, se uma estratégia de ordenamento deste território não for diligenciada, prevendo a protecção deste espaço ímpar, relativamente novo, mas com uma história que merece ser preservada para ser contada aos vindouros, de facto os riscos de destruição são grandes porque desde que, em 1922, se fixou na Cova da Iria a primeira família, passou a existir no concelho de Ourém um outro centro populacional de crescimento invulgar, de excepcional concentração humana e com características específicas cujas consequências económicas, culturais e sociais ultrapassam os limites do próprio concelho, dada a sua situação geográfica face aos concelhos limítrofes da Batalha, Leiria, Porto de Mós e Alcanena.

4.3 - Cova da Iria/Fátima – o crescimento urbano

Em 1917, a Cova da Iria era um local ermo fazendo parte de um território com uma estrutura agrária muito débil e com fracas produções agrícolas onde mal cresciam árvores rasteiras e medravam ervas que os rebanhos pastavam com dificuldade.

Este lugar onde, segundo crença comum, Nossa Senhora apareceu aos pastorinhos, coincide nas suas formas com o fundo de uma grande dolina assimétrica aberta na Plataforma de Fátima, a mais regular das superfícies erosivas do chamado Planalto de S. Mamede que, por sua vez, apresenta diferenças significativas relativamente ao Planalto de S. António caracterizado por um verdadeiro “deserto de pedras”. O carso do Planalto de S. Mamede teve uma evolução particular. É marcado por uma cobertura vegetal relativamente abundante e uma paisagem variada.

A presença do homem foi transformando a paisagem desta região.

A Cova da Iria tornou-se local habitado, em 1922, com a chegada de José Pereira, também conhecido pelo José da Lomba, que casou com uma das irmãs da vidente Lúcia e ali construiu a sua casa e instalou uma padaria com venda de pão e bebidas. Surgiu, desta maneira, o primeiro estabelecimento comercial do lugar.

Em 1926, existiam três casas de habitação e dois estabelecimentos comerciais; em 1928, teve início a construção da Basílica, o que fez com que a Cova da Iria se tornasse num importante local de emprego. Alguns operários, que aí trabalharam, fixaram-se no local, aumentando, assim, o escasso número da população residente.

A partir de 1933, a Cova da Iria não parou de crescer.

Em 1943, já existiam 51 fogos com 208 pessoas, 14 casas de comércio e 8 pensões e casas de pasto.

Todo este conjunto estendia-se à beira da estrada que havia sido construída já depois de 1917 e pelos campos sem qualquer planeamento. Era uma povoação “clandestina” (Oliveira, 1990, p.14).

A partir de 1934, próximo do Santuário, algumas ordens religiosas começaram a edificar as suas casas, o que teve grande significado no crescimento urbano da Cova da Iria. Por esta época, reflectindo o interesse pela região, acentuou-se o ritmo de crescimento das aldeias contíguas à Cova da Iria, particularmente na Moita Redonda e Lomba d’Égua.

Entretanto, a Câmara Municipal, em edital publicado em 1934, declarou-a “Zona urbanizada” (Oliveira, 1990, p.15).

Do primeiro estudo de urbanização do arquitecto Cottinelli Telmo, homologado por despacho de 9 de Abril de 1945, pelo Subsecretário de Estado das Obras Públicas, ressaltava a ideia de valorizar a paisagem rude e agreste da Cova da Iria não só mantendo o que já existia como plantando árvores e maciços de verdura em redor do recinto das “Aparições”, assim como nas ruas e parques.

O primeiro grande surto urbano surge após 1948.

O crescimento da Cova da Iria (população fixa e população flutuante) exigia estruturas próprias dos agregados urbanos cujas autoridades locais tiveram enormes dificuldades em satisfazer.

Vários planos ou antepianos urbanísticos se seguiram. Esta necessidade surgiu face a um grande crescimento, rápido e continuado.

A Cova da Iria ligou-se ao Mundo, através do reconhecimento popular, nacional e internacional das “Aparições”; fenómeno que juntou idiomas e ultrapassou fronteiras.

A Cova da Iria foi crescendo, ao lado de Fátima (Velha), como passou a ser conhecida, que ainda estava próxima. Ligeiramente afastadas, ficavam Aljustrel e Valinhos; cada vez mais distanciadas, situavam-se Casa Velha, Lomba d’Égua e Moita Redonda; ao longe, encontravam-se Boleiros, Giesteira, Maxieira, Casal Farto e Senhora da Ortiga...

Algumas destas aldeias começaram a sentir a desertificação humana provocada pela emigração que se iniciou pelos finais da década de cinquenta.

À volta do local das “Aparições”, outra realidade se começava a definir com a fixação da população permanente que, atraída pelo acontecimento, via, assim, forma de melhorar a sua situação económica.

Principiou, desta forma, um movimento migratório dentro da própria freguesia.

Cova da Iria foi crescendo mas sem obedecer a um plano de conjunto, sem organização, sem projecto de desenvolvimento.

Igualmente, atraídas pelo ambiente de religiosidade, numerosos institutos e congregações, de ambos os sexos, aqui se fixaram com diversas actividades, desde seminários, colégios de formação espiritual e ainda lares de terceira idade.

Face a esta realidade, em 1987, mais de 50.000 pessoas visitaram a EXPOFAT – Exposição Urbanística de Fátima, organizada pelo Serviço do Ambiente e Construções do Santuário, com o objectivo de sensibilizar técnicos e responsáveis pela urbanização de Fátima (Governo e Autarquia) para a urgente necessidade de reparar o caos urbanístico da vila e alertar para as deficiências e para as carências a corrigir num novo plano de urbanização.

Em 1988, a Vila de Fátima já composta por Aljustrel, Cova da Iria, Fátima Velha, Lomba d'Égua e Moita Redonda tinha 5558 habitantes; os restantes lugares da freguesia, no seu conjunto, tinham somente 3284 habitantes. (Oliveira, 1990, p.100)

Nos princípios de 1990, por iniciativa do Santuário, começou a recuperação de um espaço - o antigo Centro de Etnografia Regional de Fátima -, em Aljustrel, com a finalidade de, através da museologia, dar a conhecer aos visitantes e peregrinos, a vida no passado, desta região.

Assim, em 1992, o Santuário inaugurou e abriu ao público a Casa-Museu de Aljustrel que constituiu o primeiro projecto de restauro e de conservação daquele espaço, relacionados com a história da região e, em particular, sobre esta aldeia onde nasceram os pastorinhos.

Em 1993, o Santuário editou o primeiro livro etnográfico sobre esta aldeia – “ALJUSTREL uma ALDEIA DE FÁTIMA – o passado e o presente”, da autoria de Joaquim Roque Abrantes, Manuel Serafim Pinto e Maria Palmira Carvalho.

Em Junho de 1997, por fim, a Vila de Fátima foi elevada a cidade.

Nos dias de hoje, podemos encontrar alguns indicadores de desenvolvimento sustentando o crescimento:

- Existência de escolas com todos os níveis de escolaridade.

- Boas vias de comunicação onde a auto-estrada desempenha um papel importante ligando o Norte ao Sul e os transportes colectivos com uma rede de Expressos para todas as regiões do País.
- Na área da cultura e do lazer, para além da biblioteca pública e de eventos periódicos, encontra-se a maior concentração de museus dentro do território nacional.

A população da Cova da Iria e das povoações que a circundam apresentam características de uma população citadina, a nível do consumo e dos hábitos de convívio.

Por esta razão, perderam-se, em grande parte, os hábitos do tradicional convívio familiar. A população mais idosa foi-se apercebendo disso, desgostando-se, por vezes. Os mais novos, hoje, conhecem a história local se esta lhe tiver sido contada pelos mais velhos.

A partir do fenómeno das “Aparições” a região mudou. Sobretudo a Cova da Iria porque de terra agrícola passou a lugar, de lugar a aldeia, de aldeia a vila e de vila a cidade, tudo em 80 anos, o que representa uma “mudança” demasiado rápida face à história da humanidade (Pinto, 1999, p. 35) onde o “betão” indispensável para a criação de infra-estruturas tem vindo a substituir a anterior paisagem.

Do antigo lugar ermo já nada resta. A Cova da Iria é, hoje, um centro religioso de projecção nacional e internacional. Pelas dimensões que atingiu, pelas funções que exerce e, ainda pelo que oferece, visitada por milhares e milhares de portugueses e estrangeiros, assume características muito próprias que a diferenciam de todas as outras povoações à sua volta.

Assim, neste capítulo foi caracterizado o local onde se encontram as Pedreiras do Moimento, o tipo de vegetação que as envolve, as suas dimensões e formas o que as tornam num “conjunto complementar” diferente e de grande beleza.

As Pedreiras do Moimento, propriedade da Junta de Freguesia de Fátima, têm uma história para contar e ela “mistura-se” com a história da região e, ainda, com as dificuldades e agruras de um quotidiano.

Constata-se, assim, por um lado, na “jovem” cidade de Fátima, a existência de alguns indicadores de desenvolvimento e, por outro, tão próximo dela, um espaço esquecido apesar das potencialidades e da “riqueza” de uma memória colectiva, em risco de ser “engolido” pelo betão e pelo alcatrão.

5- O TRABALHO NAS PEDREIRAS

A interdisciplinaridade permitiu que se fizesse a história das “gentes sem história”, privilegiando a memória colectiva, o factor humano, porque a História, segundo M. Bloch é “a ciência dos homens no tempo”, caracterizando o trabalho, alguns usos e costumes com ele relacionado, a extracção da pedra, o seu carregamento e transporte e, ainda, o direito de extracção assim como o simbólico que a pedra e as pedreiras representam e a simbologia dos materiais de que eram feitos alguns dos instrumentos utilizados neste tipo de trabalho “Havia canteiros que conseguiam trabalhar a pedra, de um modo exemplar, dando-lhes uma forma que nos pode induzir na aplicação de tecnologia mecanizada, o que é um testemunho de trabalho minucioso, cuidadoso e artístico dos homens cujos instrumentos eram o martelo, o picão e o escopro, complementados pelo triângulo, pela régua e pelo compasso rudimentar composto por um fio preso a uma estaca” (Abrantes, et al., 1993, p. 174).

5.1 - O trabalho e a sua caracterização

O trabalho começava com o nascer do sol e acabava quando este se escondia no horizonte.

Era muito cansativo pelas posições que os homens mantinham para o fazer e era necessária a força, ao mesmo tempo que havia a preocupação da precisão dos movimentos.

Trabalhavam na pedreira cabouqueiros, canteiros e ainda o guarda-marcador também conhecido por apontador porque era aquele que “apontava” as carradas saídas podendo, eventualmente, exercer um daqueles ofícios.

A aprendizagem destes artesãos da pedra fazia-se desde muito novos. Normalmente, acompanhavam os pais ou os avós e, em complementaridade, dedicavam-se à pastorícia; outras vezes, fugiam dela para se dedicarem unicamente ao trabalho na pedreira, mais duro, mas consideravam-no como sendo “uma coisa diferente que entretinha”.

Como exemplo, temos o caso de Manuel Pereira, um dos informantes, que começou a trabalhar na pedreira com apenas quinze anos e, por sua insistência. O Pai

“para não o ouvir”, mandou-o fazer “umas pias pequenas para os porquitos”. Como achou que ele tinha jeito deixou-o continuar a trabalhar. No começo só lhe eram dados “trabalhos pequenos” porque, caso “se enganasse não havia muita pedra perdida”.

Como se pode ver, o saber era transmitido de pais para filhos aprendendo estes, com a experiência de erros cometidos.

Ao cabouqueiro competia, com mestria, abrir “os caboucos”, da largura de um pé, para delimitar, na vertical e em profundidade, o bloco de pedra a retirar da rocha. Ao canteiro cabia aparelhar a pedra, depois de a ter serrado, à medida. Porém, qualquer deles sabia fazer o trabalho do outro, desde a extracção dos blocos até ao corte pormenorizado da cantaria. Se o trabalho era muito, não era feita qualquer distinção nestes ofícios.

Só o apontador era diferente embora tivesse um dos ofícios anteriores. Tinha a função de numerar as carradas levadas pelo carreiro, outro dos ofícios ligado à actividade da pedreira, e de as apontar. Possuía uma lata de tinta, um pincel para pintar o número da carrada e um caderno onde “descarregava ou riscava o número correspondente”. Era o homem de confiança da Junta de Freguesia tendo sido escolhido por isso.

Acontecia, também, apesar do apontador ser alguém da confiança do poder, quando estava a trabalhar na pedra, não tomar nota das carradas e, ao fim do dia perguntar quantas tinham saído e então “marcava-as”, o que revela a confiança que depositava nos trabalhadores que, muitas vezes, eram seus amigos.

Os materiais utilizados para a marcação da pedra, tinta e outros, eram custeados pela Junta. Por exemplo, em 1941, foram gastos noventa escudos havendo anos de menores despesas e outros de maiores dependendo do volume de encomendas de pedra.

O trabalho era executado de sol a sol, como já foi dito, mas era interrompido ao meio-dia quando as mulheres lhes levavam o almoço. Normalmente, era uma refeição preparada à base de batatas, couves e azeitonas e, raramente, comiam outra coisa.

A água retiravam-na de um barril ou de um cântaro que estava à sombra do telheiro. Quando acabava, um dos homens ia buscá-la à povoação. Tinham que ter muito cuidado no transporte porque se acaso o cântaro partisse era obrigatório comprar um novo e trazê-lo cheio de vinho. O “castigo” advinha da compensação da penalização do tempo de espera e da sede sofrida pelos companheiros e, estes, por vezes ajudavam na despesa.

Misturavam, então, o vinho com a água. Fora destas ocasiões, só voltavam a beber quando um freguês pagava bem e era comemorado o acontecimento, mesmo assim, só compravam uma garrafa.

Depois da refeição, era a hora da sesta. Estendiam-se debaixo do telheiro, descansando e protegendo-se do sol que as árvores não conseguiam tapar.

Na pedreira, as mulheres trabalhavam na limpeza das aparas e restos das pedras que foram trabalhadas e, era seu costume, enquanto os homens descansavam, sentarem-se em fila, umas atrás das outras, a catarem os piolhos das cabeças, a “primeira não fazia nada e a última não tinha quem a catasse” e os homens entretinham-se a observá-las achando graça e “às vezes fingíamos que estávamos a dormir e com um olho espreitávamos o que elas estavam a fazer” - contou, com graça, o “Ti” Manuel Pereira.

Normalmente, andavam em grupos de sete ou oito e carregavam as “gamelas” de madeira ou vime, à cabeça, cheias com as aparas de pedra até fora da pedreira, despejando-as em monte.

O homem fazia o carregamento dos cestos com uma pá e conseguia, com rapidez, atender a todas porque o local do despejo ficava afastado e as mulheres vinham “à vez” encher as “gamelas”.

O carreiro, homem que guiava o carro de bois, fazia, além do transporte da pedra, outros “fretes”. Era também conhecido pelo nome de boieiro. Esta designação não era usada nesta região, uma vez que estava mais relacionada com o trabalho dos bois na lavoura. As carradas de pedra eram medidas em palmos, como já foi referido anteriormente, e o trabalho dos bois na lavoura, em jeiras. O máximo de carga de pedra transportada andava à volta três camadas de cem palmos ou cento e cinquenta arrobas levadas três vezes por dia para a Cova da Iria e o máximo de terreno lavrado era de quatro jeiras ou um hectare.

Quase todo o trabalho era feito por encomenda e, nas primeiras décadas do século, antes do início da exploração da “Pedreira do Santuário”, “quando se tiravam poucas quantidades”, era costume os homens contactarem as pessoas que queriam construir casas “para arrancar” mais trabalho. Muitas vezes “havia despique” na descoberta de novas encomendas – contou um dos informantes.

Nos finais da década de vinte, a situação melhorou, principalmente devido à construção da Basílica e já existiam várias pedreiras a serem trabalhadas e em cada uma “andavam no ofício” entre quatro a sete homens – continuou.

Era um trabalho quase sempre sazonal, feito quando o terreno à volta da pedreira estava seco, normalmente entre a Primavera, depois das sementeiras, e o Outono, que coincidia com a diminuição do trabalho no campo que todo o “homem das pedreiras” também fazia.

Quanto ao tempo gasto e necessário para preparar um vão de janela, andava à volta de cinco dias de trabalho e era preciso a ajuda de um homem para serrar a pedra distribuindo-se o trabalho da seguinte forma: um dia, para extrair o bloco, um dia ou dia e meio, para o serrar e um dia para aparelhar as esquadrias.

Relativamente aos preços, no fim da década de trinta “quando o vinho custava cinco tostões o litro”, o m³ de pedra bruta custava doze escudos, um vão de janela trinta e cinco escudos, o da porta quarenta, os portões sessenta e um portão “de volta” mais difícil de fazer, orçava os cem escudos. No início da década de sessenta, quando o cimento e o ferro entraram nas construções fazendo esquecer a pedra, um vão de janela, já pronto, rendia setenta e cinco escudos – concluiu.

5.2 - A extracção da pedra

No trabalho de extracção eram utilizadas ferramentas simples, algumas das quais fabricadas pelos próprios trabalhadores, como é o exemplo da alavanca de pau e alguns “caminhos de ferro”.

A pedra, cortada a picão, era colocada nos “telheiros” com maior ou menor inclinação da superfície a cortar para dar uma melhor posição para o corte, sem ferir os “telheiros”. Entre estes e a peça a cortar eram colocados pedaços de cabedal ou de borracha (figura 2).

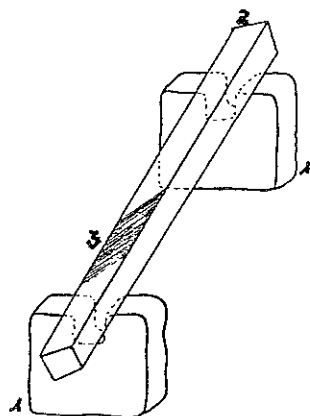


Figura 2 - Encaixe para o aparelhamento.

Legenda:

1 – Telheiros

2 – Ombreira, padieira ou soleira

3 – Sulcos deixados pela serração

Para o cabouqueiro as ferramentas indispensáveis eram o picão, a “marra”, as cunhas, a alavanca e os canelos dos bois também chamados “guilhos” (Figura 3 e Fotografia 2).

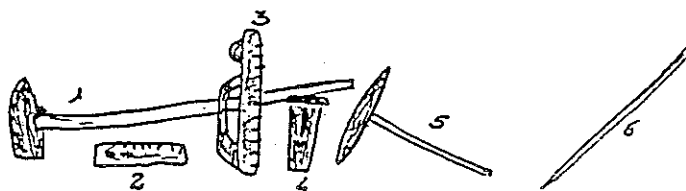


Figura 3 – Ferramentas para canteiro e cabouqueiro.

Legenda:

1 - Marra

2 e 3 – “Caminhos de ferro”

4 - Cunha

5 - Picão

6 - Alavanca

Para o canteiro eram necessárias a serra, o escopro, o martelo, o “caminho de ferro” e o “telheiro” (Fotografia 3).

No entanto, como já foi referido, não havia, desde o princípio do século, uma separação dos ofícios e quem trabalhava na pedreira tinha todas as ferramentas para seu uso. Estas, tal como os conhecimentos na execução do trabalho, passavam de pais para filhos. Faziam parte de uma herança cultural que funcionava dentro da família e da comunidade. Raramente um dos filhos não seguia a profissão do pai e, quando assim não acontecia, existia a esperança dos netos ou de alguém a quem a amizade reforçada nas “relações de vizinhança”, proporcionava a continuidade do ofício.

O cabouqueiro iniciava o seu trabalho com o picão, marcando ou riscando na pedreira a superfície do bloco a extrair. Determinava o seu volume a partir da marcação da altura necessária para a encomenda.

No caso da cantaria, os blocos cortados tinham dimensões regulares. Posteriormente, eram serrados e aparelhados com as medidas que o freguês tinha pedido (Figura 4).

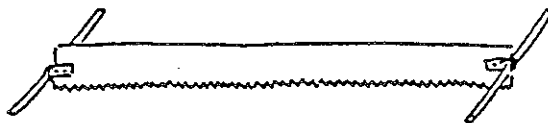


Figura 4 – Serra para pedra (difere da de madeira por ter os cabos horizontais).

Ainda hoje estão bem visíveis os degraus provenientes do corte regular dos blocos na pedreira do Norte que era a fornecedora de pedra por encomenda para as construções da região. Os blocos da pedreira do Sul, a mais recente, tinham dimensões muito semelhantes porque se destinavam à construção da Basílica (fotografia 4).

O trabalho da abertura do sulco era feito com o corpo sempre dobrado. O cabo do picão era curto, propositadamente e o movimento era feito com uma amplitude reduzida tendo, desta forma, a vantagem da precisão, condição necessária para se manter a “linha de corte”, a perfeição do “bloco” e o aproveitamento da pedra.

O corte tinha uma direcção circular cujo centro era o ombro do cabouqueiro e o picão “desenhava” na rocha saliências semi-circulares que, de quando em vez, tomavam o aspecto de “baixo-relevo” de uma “onda em formação” (Fotografia 5). Estas formas, que coincidiam com junção das saliências semi-circulares, deviam-se à mudança do sentido do corte, feito pelo cabouqueiro, quando evitavam as zonas mais rijas da pedra.

O cabouqueiro tinha uma posição de trabalho sempre dobrada. Começava pelas costas e quando o sulco se afundava mais na pedra, ia dobrando um dos joelhos porque um dos pés assentava nas bordas do sulco enquanto o outro estava no fundo do mesmo. A profundidade do corte obrigava a dobrar uma das pernas, razão pela qual os blocos não iam além de oitenta e cinco centímetros de altura e tinham, na sua maior parte, a média de sessenta e cinco.

A limpeza do interior dos sulcos, enquanto a pedra estava a ser trabalhada com o picão, era feita com uma sachola de cabo comprido com lâmina de ferro de dez centímetros de largura média ou “pouco menos da bota do cabouqueiro”. Depois dos sulcos verticais que definiam o comprimento e a largura do bloco a extrair terem sido abertos, o cabouqueiro conferia a profundidade com o cabo da sachola. Se a altura do corte estivesse igual em toda a extensão, iniciava novo sulco, desta vez, de forma côncava.

As distâncias regulares, ao longo deste novo sulco, abria umas concavidades, raramente mais pronunciadas, a que se chamavam “cunheiras”. Normalmente coincidiam com fendas já feitas e que tinham sido usadas para a colocação das barras de ferro que suportavam os andaimes. Estas fendas eram feitas entre dois blocos por forma a que as mesmas fossem aproveitadas no futuro corte e de maneira a darem uma altura apropriada ao trabalho realizado em cima dos andaimes (Fotografia 6).

O número de cunheiras e a sua proximidade dependia da altura do bloco a “rasgar” e que o cabouqueiro, com a experiência e “saber acumulado”, marcava sem dúvidas, abrindo pequenas fendas para a marcação da extracção, em altura, e rectificando a regularidade dos degraus.

Deste modo “adiantavam serviço” de duas maneiras: em primeiro lugar, já tinham a fenda aberta e a localização do corte; em segundo lugar, era “meio caminho andado” para a colocação de andaimes e para a abertura de “cunheiras”.

Outras cavidades serviam para a estabilidade lateral de um engenho denominado “macaco” feito, no início, de madeira e que funcionava com um sistema de roldanas em que as cordas, puxadas pela força do homem, levantavam os blocos.

Para trabalhar na pedreira do Sul, mais recentemente, foi utilizado um guincho de ferro chamado “sarilho” que levantava os blocos e dispensava a improvisação dos “cais de carregamento”, matéria a tratar em seguida (Fotografia 7). Este guincho, guardado em casa do proprietário, terá mais de oitenta anos. Não deverá andar muito longe da verdade porque todas as partes são cravejadas não existindo qualquer soldadura, o que indica uma tecnologia própria do início do século.

Existem ainda outras cavidades, ainda bem visíveis na pedreira do Norte, que corresponderão aos locais de fixação do travejamento dos telheiros, conforme pode ser observado na fotografia 6, já anteriormente referida.

Os blocos eram cortados a uma distância relativa da parede por forma a que não houvesse o perigo de ferir as mãos, durante o movimento, contra a parede. Porém, um dos informantes afirmou que “ havia também homens especiais, mas raros, que tinham uma tal precisão nas mãos que já não deixavam qualquer distância”, o que pode ser observado na parede onde estava localizado o telheiro de sombra e que não possui quaisquer degraus.

Os cortes, como é fácil de depreender, eram feitos do topo da pedreira para a base.

As “cunheiras”, cavidades maiores do que as usadas para a fixação das barras de ferro que suportavam os andaimes, serviam para colocar as cunhas. Estas eram

“entaladas” entre dois “canelos” ou “guilhos” que eram ferraduras já gastas pelo uso e que eram aproveitadas para proteger as cunhas, e assim acamavam a cunha à cova irregular e poupavam o desgaste lateral da ferramenta aumentando-lhe o tempo de uso (Figura 5).

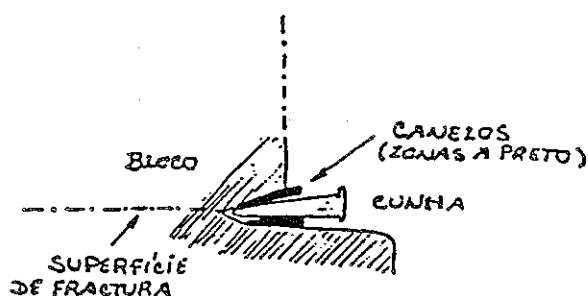


Figura 5 – Reconstituição da colocação de uma cunha e canelos numa “cunheira”.

Depois das cunhas terem sido colocadas, eram batidas com a “marra”, uma de cada vez e, em sequência, aumentando a pressão na base do bloco já cortado lateralmente, de uma forma gradual e uniforme (Fotografia 8).

A pressão assim exercida fazia com que a pedra, sem firmeza lateral, se “rasgasse” e se separasse da pedreira ficando o bloco pronto para carregar ou aparelhar.

Quando a pedra retirada era destinada a cantaria ou esquadrada para construções de casas e utensílios, passava a ser trabalhada pelo canteiro.

Começava por serrá-la, com uma serra de cabos horizontais, como pode ser visto na figura 4, que são a principal característica destas ferramentas para o trabalho da pedra, à medida pretendida e em função do melhor aproveitamento do pedido do freguês.

Os cortes feitos desta maneira, normalmente saíam perfeitos e não precisavam de acabamentos. Contudo, quando era necessário aparelhar as irregularidades, fazer “feitios” ou desenhar a forma das telhas, nas pedreiras, para as padieiras, geralmente conhecidas por cimalthas, usavam os “telheiros” (Fotografia 3).

Usavam-nos para fixar as “colunas” de pedra a trabalhar e, ao mesmo tempo, para terem uma melhor posição para executar a tarefa.

Entre a pedra a aparelhar e os telheiros colocavam pedaços de borracha por forma a que a peça a trabalhar não se riscasse ou facetasse contra o “telheiro”, como pode ser observado na figura 2.

Depois da peça estar fixa lixavam-na com o “caminho de ferro”, cujo nome, provavelmente, terá vindo da onomatopeia relacionada com o ruído provocado pelo uso semelhante aos ruídos do rodado de um comboio nos carris, quando em movimento (Fotografia 9).

Esta ferramenta era fabricada pelo canteiro. Para isso, cravava bocados de uma serra, inutilizada pelo uso ou, inadvertidamente partida, numa peça de madeira, que poderia ter sido feita por um carpinteiro, fazendo uma lixa suficientemente forte para desgastar a pedra.

Algumas destas ferramentas tinham a parte de madeira cortada com uma forma de polaina, o que as tornava fáceis de agarrar e manusear.

Se fosse necessário fazer uma pia, normalmente em forma de paralelepípedo, serravam as paredes exteriores e abriam com o picão o seu interior, alisando-o das irregularidades com o “caminho de ferro”, como é mostrado pelo “Ti” Manuel Pereira que trabalhou como cabouqueiro nas pedreiras.

A limpeza das partes residuais dos cortes, quer do cabouqueiro quer do canteiro, era feita pelas mulheres que eram contratadas para o efeito, como já foi referido anteriormente.

O cabouqueiro tinha de fazer a limpeza do interior dos sulcos enquanto a pedra estava a ser trabalhada com o picão. Fazia-o com uma sachola de cabo comprido com uma lâmina de ferro de dez centímetros.

A partir de 1964, ano em que aqui deixou de trabalhar o último cabouqueiro, a extracção passou a ser feita com explosivos, conforme consta na Acta da Junta de Freguesia, de 26 de Dezembro de 1971.

A pedra arrancada desta forma, destinada à fábrica de gesso de Torres Novas, era carregada em camiões. O processo extractivo deixou de ter necessidade da força do homem e o carácter meticoloso do aproveitamento das formas e das quantidades. Interessava acima de tudo a quantidade, porque quanto maior fosse o volume arrancado, maior era a quantidade de gesso.

De certa forma, a pedreira foi “poupada”. A pedra ficava longe e descobriram-se outros locais de mais fácil acesso e rendíveis para explorar.

Contudo, na pedreira do Norte, ainda é possível identificar os locais onde foram colocadas as cargas de dinamite e que marcam a “mudança” que, casualmente, não destruiu o passado (Fotografia 10).

A partir deste momento, a pedreira deixou de ter, definitivamente, a utilidade e o significado anterior porque o ferro e o cimento substituíram-na na sua função.

Desapareceram os telheiros para a sombra durante a sesta, a sombra da cobertura de mato que poupava os ramos das oliveiras “porque estas eram para poupar e estimar”, os cântaros para a água. Perdeu-se a utilidade imediata e a continuidade da pedra trabalhada, ainda presente nos utensílios e nas construções, para poder vir a ser tapada pelo entulho lá colocado ou transformada em produto industrializado.

5.3 - O carregamento e o transporte

Existiam na pedreira dois tipos de pedra para carregar: uma, a que era extraída em bloco único, de pedra bruta e, a outra, a aparelhada no próprio local, já referida anteriormente.

No primeiro caso, destinava-se a outras localidades onde era, posteriormente, trabalhada e, na maioria das vezes, constituía a carga completa a transportar.

O seu carregamento era feito “a tombo”, ou seja, a pedra era rodada com alavancas de pau ou de ferro por forma a manter a direcção desejada e não deslizar. Caso isso acontecesse mudava de sentido e de orientação necessárias para o carregamento (Figura 6).

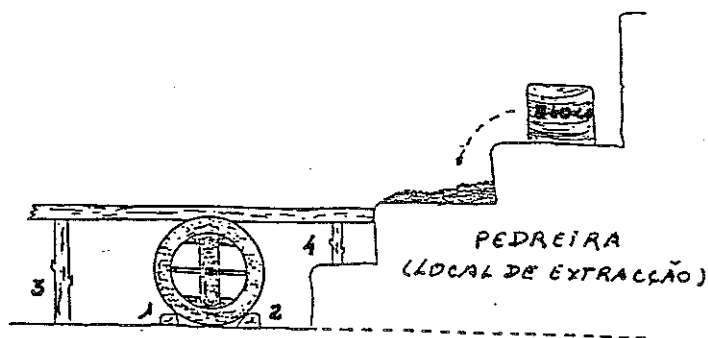


Figura 6 – Uma forma de carregamento por “tombo”, aproveitando os degraus.

Legenda:

1 e 2 – Calços da roda

3 e 4 – Estacas para equilíbrio do carro

A rotação tomava ângulos direccionais diferentes consoante o número e a pressão feita pelas alavancas, o que facilitava o trabalho. Contrariamente, se o deslize tinha um movimento não orientado, dificultava o trabalho e aumentava o esforço e o tempo de execução da tarefa (Figura 7).

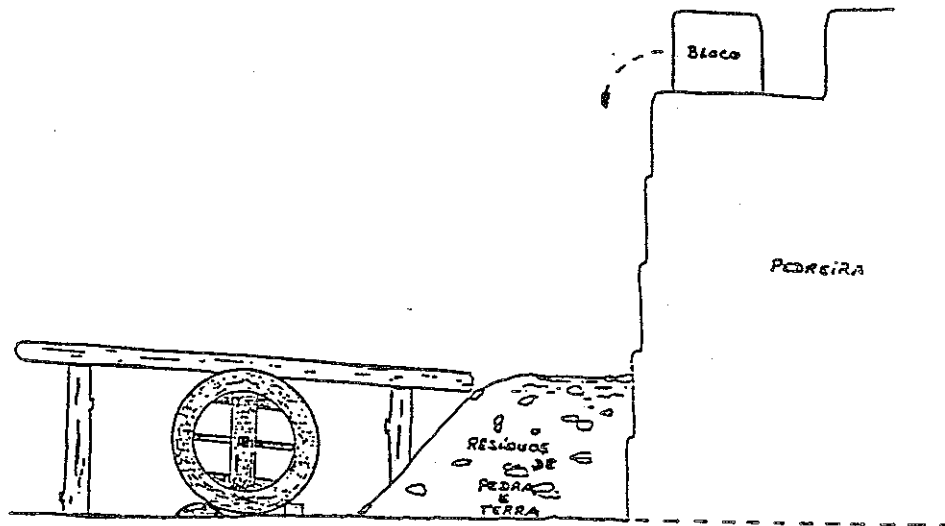


Figura 7 – Outra forma de carregamento por “tombo”, aproveitando os resíduos para amortecimento da queda do bloco quando era retirado de perfil.

Usavam para este tipo de carregamento, “cais” improvisados. Na maior parte dos casos, quando eram usados “sarilhos”, já referidos anteriormente, aproveitavam as inclinações do terreno, os declives de exploração e os materiais residuais dos trabalhos na pedra misturados com a terra desencostada da pedreira (Figura 8).

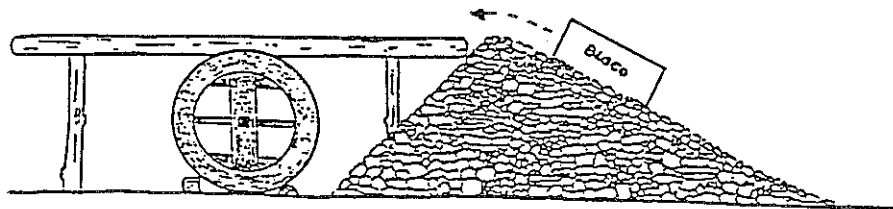


Figura 8 – Forma de carregamento por arrastamento.

Os carros de bois eram travados com estacas ou troncos de madeira, colocados sob o chão, para que não abanassem e não ferissem os animais no cachaço com a pressão exercida pela canga ao cair do bloco de pedra.

De seguida, a carga, à voz de comando “eri...opi” que, naquele momento, reunia todas as forças dos homens, era acomodada numa posição central, por cima do veio das rodas de modo a que o peso se distribuisse, equitativamente, pelo carro.

Muitas vezes, eram necessárias duas juntas de bois para puxar o veículo até ao cimo da ladeira que ligava a zona de extracção ao caminho. Era o momento mais difícil quer para os homens quer para os animais. Estes tinham que fazer mais força e os homens “calçando as rodas” para evitar resvalar e ainda fazendo força, ajudavam um pouco os animais.

No topo da ladeira, as juntas eram separadas e, quando pertenciam a outro carro, caso fosse necessário, voltavam a juntar-se até a nova carga ter chegado ao cimo da pedreira. Depois, lá iam, cada junta no seu carro, puxando-o até ao seu destino.

No segundo caso, a pedra trabalhada destinada para as ombreiras, soleiras e padieiras de portas e janelas, em alguns casos, lajes para a cobertura das cisternas e pias para o gado ou para o armazenamento de água ou azeite, era mais leve e, porque tinha sido feita por encomenda, podia ir toda de uma vez.

Neste caso, a dimensão das cargas e do peso era variável dependendo da encomenda.

O carregamento das peças trabalhadas era feito à mão e as de grande porte eram arrastadas utilizando um “cais” improvisado com entulho.

O “tombar” dos blocos era um trabalho que exigia esforço e atenção, sobretudo quando o faziam com o peso do corpo, utilizavam alavancas para ajudar (Figura 9).

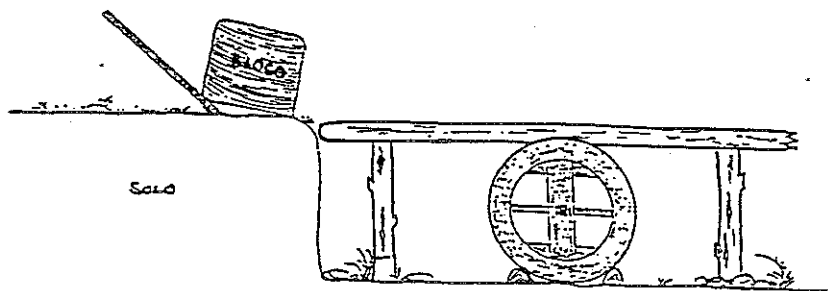


Figura 9 – Forma de carregamento por alavanca.

Era um dos momentos que exigia maior cuidado, não só para evitar acidentes que eram sempre graves nestas circunstâncias, como também para não invalidar todo o trabalho anterior.

O maior número de carregamentos tinha origem na pedreira do Sul, chegando a fazer-se três cargas por dia, no período da construção da Basílica do Santuário. Da pedreira do Norte saíam encomendas uma vez por semana, para as várias localidades limítrofes, inclusivamente, para Vila Nova de Ourém, até meados do Séc. XX.

As descargas eram executadas, no destino, em locais de fácil acesso e cujo desnível do terreno já tinha sido estudado ou, então, onde já existiam guinchos.

O meio de transporte para cargas pesadas, usado nesta região até à primeira metade da década de sessenta, era o carro de bois.

Conduzia-o o carreiro, o homem que, ao lado dos seus bois, os dirigia no percurso, no andamento e cuidava do carro.

Ao longo do trajecto, na maior parte dos casos, feito nos trilhos marcados pelo rodado do carro que delineava o caminho, saltando as pedras que, teimosas, não acompanhavam o desgaste e a erosão da terra batida, o carreiro caminhava calma e serenamente num sulco livre de erva, normalmente mais alto do que a vereda, observando o comportamento dos animais, do carro e da carga.

Era seu costume, de quando em quando, borrifar de água os bois, evitando o incómodo das moscas e das suas picadas. Para isso, levava pendurado no carro, presa num prego torcido, uma lata com água e um molho de erva que usava mais frequentemente quando fazia mais calor.

Acompanhava-o sempre uma outra lata ou recipiente, mais pequeno, também pendurado por baixo do carro, balançando nos solavancos, com borras de azeite. Usava-as para besuntar os veios das rodas, evitando o aquecimento provocado pelo atrito, diminuindo o desgaste e a resistência da madeira em fricção e aumentando o deslize do veio nos encaixes laterais.

Os animais raramente eram “picados” pelo carreiro durante o caminho e mesmo nas grandes subidas era a voz mais usada do que a vara.

Esta qualidade, o entendimento entre o homem e o esforço intuitivo dos animais, distinguia o bom do mau carreiro.

Os caminhos usados eram os de menor distância, excepto quando alguma carrada era feita fora do controlo da Junta de Freguesia e, nesse caso, era necessário fazer algum desvio para fugir à vigilância de um fiscal.

Uma das muitas histórias contadas esteve relacionada com o caso de um carreiro que, aproveitando o tempo que mediava entre o primeiro cantar do galo e a claridade da manhã, seguindo por um desvio, evitava a possível observação do fiscal. Porém,

naquele dia, para azar do carreiro, o fiscal levantou-se mais cedo e deu com o transporte. Não houve consequências porque, àquela hora da manhã nem o fiscal procurou as marcas, que não existiam, nem o carreiro se deu “por achado” seguindo, tranquilamente, o seu caminho. A vida dura e difícil fazia com que se cometessem estas “proezas”!

Se a pedra era destinada a locais próximos o carregamento e o transporte eram feitos de dia. Quando ia para longe, como era o caso de Vila Nova de Ourém, o carregamento era feito ao cair do sol.

Depois da pedra estar no carro, levavam-na até à ladeira de Aljustrel. Aí, o carro era equilibrado com suportes de madeira, os bois eram retirados e levados para o estábulo onde pernoitavam e o carreiro ia descansar.

No dia seguinte, levantava-se ainda de noite, aparelhava os bois e iniciava o caminho que podia ser bem longe, como Leiria, Monte Redondo, Guia, Freixianda, Carvalhal do Pombo..., localidades estas, onde ainda hoje se podem ver pedras trabalhadas extraídas destas pedreiras. Contudo, a maior parte ia para Vila Nova de Ourém, em blocos de pedra bruta, onde era trabalhada e depois distribuída.

Com o aparecimento dos camiões, os carros de bois deixaram de ser usados. Uma outra história relacionada com este facto, ainda hoje é contada por quem “viveu” a Pedreira: “Ainda me lembro – relembra o “Ti” Manuel Pereira - que, uma vez, o condutor de um camião não deu atenção ao carregamento e os homens da pedreira, que estavam habituados aos animais, pensaram que a máquina aguentava tudo e carregaram-na de mais. Fartámo-nos de rir porque o camião andava mais devagar do que o carro de bois e fazia um barulho que parecia que ia rebentar. Ainda hoje não sei como é que o homem conseguiu lá chegar”.

Ganhou-se, de facto, por um lado, porque o transporte passou a ser mais fácil e rápido mas, por outro, perdeu-se o “pitoresco”, uma das características mais importantes na realização do trabalho que incluía a força dos animais e o que ligava os homens a estes, era a sua relação diária e os cuidados oriundos do seu conhecimento.

Quanto ao direito de “posse” na extracção da pedra, anualmente, era pago um imposto à Câmara Municipal de Vila Nova de Ourém.

A sua caducidade dava-se por falta de pagamento ou por terem, durante a extracção, encontrado um novo “encosto” que consistia numa parede feita pela natureza e que era oriunda de uma fenda vertical, comprida e profunda, “ferrada” de depósitos calcários arrastados pelas águas das chuvas (Fotografia 11).

Sempre que aparecia uma destas “paredes” terminava o “direito de posse” porque não pertencia à pedreira lateral em extracção e, por isso, tinha de ser pedida “de novo”.

Era uma “lei” que todos cumpriam.

As carradas eram pagas, semestralmente, à Junta de Freguesia. Este pagamento constituía como que um imposto sobre a quantidade explorada provocando uma extracção mais racionalizada para um aproveitamento maximizado da pedra. Funcionava como que uma “moralização” face à ferida que o homem provocava na natureza.

A quantidade de carradas era anotada pelo “marcador”, como já foi dito, e que recebia uma certa quantia em dinheiro por cada uma que “apontasse”. Em 1939, por exemplo, ganhava dois tostões por cada uma.

A pedreira do Norte pertenceu, em tempos mais recentes, ao pai e ao avô do “Ti” Manuel Pereira, o cabouqueiro que figura nas fotografias quando dava explicações de tudo o que sabia. Abandonou o trabalho da pedreira e vendeu o “direito de posse”, em 1965, antes de emigrar para França.

A pedreira do Sul teve como último “detentor de posse” o “Ti” Francisco Martins, também chamado Francisco do Alveijar que a cedeu ao Santuário para a exploração da pedra que foi usada na construção da Basílica. O Santuário também pagava à Junta de Freguesia, proprietária das Pedreiras, o imposto por carrada.

Foi a altura em que o local teve mais movimento. Só nesta pedreira havia cerca de vinte homens a trabalhar, ou seja, quase o triplo das outras.

Faziam, portanto, um trabalho quase “em série” mais rápido do que o trabalho que precisava de cálculo de corte.

Para o transporte da pedra, os responsáveis do Santuário adquiriram quatro juntas de bois que o povo logo apelidou de “bois de Nossa Senhora” e como havia muita necessidade de pedra, era hábito o Padre Agostinho, do Santuário, visitar a pedreira montado a cavalo e, preocupado, perguntar pelo número de carradas saídas.

Dada também a quantidade de pessoas que aqui trabalhava e para manutenção mais satisfatória dos homens, o Santuário mandou fazer uma cisterna a céu aberto, a cinquenta metros da pedreira, para a recolha da água das chuvas, a fim de evitar o transporte, quase permanente, de água para eles.

A exploração da pedreira, depois desta fase, não foi cedida pela Junta a ninguém, encontrando-se abandonada. Fazem-lhe companhia as árvores e a vegetação arbustiva que rebenta, espontaneamente, e a terra que escorre do topo das suas paredes querendo

tapá-las, sem o conseguir, além da quantidade de entulhos e outros lixos que, a pouco e pouco, a vão enchendo.

Era utilizada em quase tudo, inclusivamente em cruces para encimar as casas e coberturas cheias de arte para as chaminés. Nesta pedra, facilmente, se gravavam datas e nomes que perpetuavam gentes e lugares.

“Cada civilização é portadora de técnicas e de um género de vida que ela utiliza e respeita qualquer que seja o meio natural onde ela se implante” (Mendras e Forsé, s.d., p. 39) e estas pedreiras de extracção artesanal tiveram, de facto, um papel preponderante na vida quotidiana dos habitantes, que têm transmitido alguns dos usos e costumes com elas relacionados, além de terem, ainda, “marcado” a economia de toda esta região “a estrutura económica da sociedade tradicional é simples. Os seus membros utilizam directamente os bens que a Natureza lhes fornece, operando neles apenas um mínimo de transformação. À economia tradicional é conferido o seu carácter simples no que diz respeito à tecnologia arcaica nas diversas actividades de produção (recurso à energia natural, à força animal, ao vento, à água...) e ao emprego de utensílios que são o prolongamento directo dos membros do corpo humano (martelo,...)” (Rocher, 1971, p. 10-12).

5.4 - A tradição

A necessidade de construção de um tanque teve a ver com o facto de as mulheres terem ficado sem o tanque natural que existia perto da povoação porque estava no “lageeiro” que foi “rasgado” para a extracção de placas de pedra para a cobertura de alguns poços e cisternas de outros lugares limítrofes e era propriedade privada.

Passaram então a fazer um caminho mais longo, carregadas, sobretudo, com os panos sujos de terra e impregnados pelo suco negro deixado pelo bagaço da azeitona.

E, com saudade, deixaram de ouvir as rãs ao despique com as do “barreiro”, situado sensivelmente ao centro da aldeia, rodeado de pinhal, junto das duas casas que deram origem à povoação.

Ainda há quem diga que, no Inverno, quando havia água no barreiro, as rãs faziam um “barulho cantado, bonito de se ouvir e dava jeito”- contou, saudosa, a Informante.

Eram, a par do cantar do galo, o despertador da natureza, a partir das cinco da manhã.

Quando as crianças acordavam cedo e perguntavam às mães se se podiam levantar e estas “se ouviam as rãs, respondiam-lhes que ainda era cedo”. O coaxar das rãs e o cantar do galo eram o acordar das crianças e dos homens que “pegavam” ao trabalho todos os dias, de sol a sol.

Com o decorrer dos anos, com o corte dos pinheiros mais próximos e, secando as suas raízes, o “barreiro” deixou de vedar a água e secou, tornando-se apenas uma lagoa no Inverno.

5.5 – A pedra, as pedreiras e o simbólico dos espaços

A tradição fundamenta-se numa ordem, simultaneamente, humana e supra-humana em que, no geral, o sagrado, o quotidiano e o útil se interligam.

Mircea Eliade (1965) mostrou como “na mentalidade tradicional, coisas e acontecimentos remetem para <outra coisa>, para uma ordem invisível, que existe e se desenrola paralelamente à ordem visível e de que esta faz parte. A ordem invisível é a do sagrado que completa a ordem visível e lhe confere o seu verdadeiro significado. É no sagrado que se encontra o seu <modelo> original e a sua fonte”. A mesma autora observa, por exemplo, que em muitas religiões “uma árvore, uma montanha, um templo, um santuário são denominados de centro e pilar do mundo” (p. 31-44).

Assim, primitivamente, no simbólico comum a todos os povos, a pedra - sólida, durável e pesada - é sinal de força. A rocha revela qualquer coisa que transcende a precariedade da condição humana, se por um lado, fascina e atrai, por outro, aterroriza e ameaça.

A pedra representa, assim, qualquer coisa que está para além dela mesma. É sinal, é receptáculo, é instrumento do sagrado e, nesse sentido, projecta-se para uma realidade que ultrapassa o mundo material do qual ela própria faz parte. Não admira, portanto, que tenha sido, ao longo dos tempos, objecto de veneração e desempenhado uma função mágica ou religiosa.

Pela sua própria natureza, a pedra é ambivalente uma vez que é um instrumento de arremesso, de guerra e de morte, um abrigo relativamente às construções de habitação, nas fortalezas e castelos; é improdutiva e incómoda nos terrenos de cultivo mas altamente útil e rendível pelos múltiplos usos a que se presta; é dura, ao contrário do barro, mas a ele se junta na edificação das construções para que estas adquiram maior

consistência; é causa de tropeço, queda ou esmagamento, mas também alicerce e suporte de edifício.

No caso da pedreiras do Moimento, trata-se de grandes camadas de calcário exploradas a céu aberto que, quando a pedra “já não prestava”, eram abandonadas podendo as crianças, muitas vezes, aproveitar estes espaços profundos, isto é, estes “abismos” para brincar enquanto pastoreavam as ovelhas, tal como nos é contado pela Irmã Lúcia, nas suas “Memórias”: “Andávamos, um dia, num sítio chamado a Pedreira e, enquanto as ovelhas pastavam, saltávamos de penedo em penedo, fazendo ecoar a voz no fundo desses grandes barrancos” (Kondor, 1987, p. 139).

As pedras também podem conter uma forte riqueza simbólica e relacionarem-se, por exemplo, com a Terra - Mãe que gera a vida e a alimenta.

Segundo uma tradição da antiga Grécia, os homens após o dilúvio, nasceram das pedras semeadas por Deucalião. Certas tradições semitas põem o homem a nascer da pedra e algumas lendas cristãs dizem que o próprio Cristo veio da pedra.

Na sua significação simbólica, a Pedra e a Árvore opõem-se e complementam-se. A Pedra é estática enquanto que a Árvore, submetida aos ciclos da vida e da morte, possuindo o dom da regeneração, é o símbolo da vida dinâmica.

A pedra, erguida sobre a terra, é também considerada como símbolo fálico. Como exemplo, certos povos praticavam, junto de árvores frondosas e de colunas de pedra, cultos de fertilidade num contexto orgíaco aos dois arquétipos da vida – ao estático (a pedra) e ao dinâmico (a árvore) – opostos mas, simultaneamente, complementares e os rituais eram, por vezes, acompanhados de ofertas, em leite ou manteiga, às pedras.

A pedra tem ainda servido como garantia de um juramento. Os Romanos quando concluíam um contrato, como prova da sua boa fé, imolavam um porco a Júpiter - o “*deus fidius*”, o deus da fidelidade – que haviam ferido de morte com uma pedra, originária do fogo. Se por acaso eles falhassem as suas promessas, o mesmo deus os esmagaria, sem dó nem piedade e ainda com maior violência, já que tinha mais força e poder. A pedra do fogo ou sílex é, aqui, o símbolo do raio, instrumento da vingança divina.

É ainda curioso notar que para o Islão, a pedra por excelência é a Pedra Negra da Kaaba, em Meca. É chamada a mão direita de Deus – Yamin Allah. O crente faz o seu juramento de fidelidade colocando a mão direita sobre esta pedra, beija-a mesmo, designando-se este acto por Istilam – obtenção do pacto. Os fiéis aceitam que, no dia do

juízo final, esta pedra testemunhará em favor daqueles que, aqui, durante a vida terrena, vieram em peregrinação.

A Palestina tem, no seu terreno, grande abundância de pedras e estas desempenham um papel muito importante na vida quotidiana. Não admira, por isso, que a Bíblia desenvolva, nos seus textos, uma profunda simbologia relacionada com a pedra e, hoje, a arqueologia bíblica relacionada com as escavações levadas a cabo nos lugares santos de Jerusalém e da Palestina que datam apenas do século passado, fundamenta-se na Bíblia, e assim têm ajudado os investigadores e os estudiosos a entenderem melhor todo um passado do mundo bíblico.

Para os cristãos, Pedro é a Pedra sobre a qual Cristo vai construir a sua Igreja (Bíblia Sagrada- Mateus 16/18) e Paulo de Tarso chama aos cristãos pedras vivas sobre as quais a Igreja é edificada.

E, assim, a metáfora da pedra é aplicada de três maneiras diferentes: Ele é a pedra angular do Templo; é também a pedra que esmaga os que, voluntariamente, não querem ver a luz mas, para os simples e crentes, é a Pedra donde brota a água viva.

Existem também as ambivalências Pedra/Água e Pedra/Pão.

Em relação à primeira, segundo a tradição bíblica, e por razão do seu carácter imutável, a pedra é símbolo de Sabedoria.

Em relação à segunda, conta o livro do Génesis que Jacob, filho de Isaac, quando se dirigia para Canaan, chegada a noite, deitou-se num descampado e serviu-se de uma das pedras desse lugar, como travesseiro. Em sonhos, viu uma escada apoiada na terra cuja extremidade tocava o céu e, ao longo dessa escada, subiam e desciam os anjos de Deus; no cimo estava Deus.

Para os cristãos, o pão suplantou a pedra com sinal da presença divina mas é no altar de pedra ou sobre a pedra de ara que o “pão da terra” se transforma em “pão do céu”.

Para certos povos, algumas pedras levantadas são consideradas como que o umbigo do mundo, o ponto em que o céu e a terra se tocam. É o caso da pedra de Delfos ou do altar de Délos e, ainda, da pedra da coroação de Westminster onde eram sagrados os reis. No Vietnam, por exemplo, as pedras erguidas são consideradas habitáculos de génios protectores.

A pedra e o abismo também são referidos nas “Memórias da Irmã Lúcia” (Kondor, 1987, p. 139), onde consta um episódio relacionado com a visão do demónio pelo Francisco: “O Francisco, como era seu costume, retirou-se lá para a concavidade

dum penedo. Passado um bom bocado, ouvimo-lo gritar e chamar por nós e por Nossa Senhora. Aflitas pelo que lhe teria acontecido, começámos a procurá-lo, chamando por ele.

- Onde estás?

- Aqui! Aqui!

Mas ainda nos levou tempo a encontrá-lo. Por fim, lá demos com ele, a tremer de medo, ainda de joelhos, que, aflito, nem arte tinha para se pôr de pé.

- Que tens? Que foi?

Com uma voz meia sufocada pelo susto, lá disse:

- Era um daqueles bichos grandes, que estavam no inferno, que estava aqui a deitar lume”.

Quando uma pedreira se encontra debaixo do solo e é necessário retirar a terra para extrair pedra, como foi o caso das Pedreiras do Moimento, entramos na simbologia da profundidade e do abismo.

Quando a mesma pedra, depois de retirada e transportada para a superfície, vai servir o Homem no seu quotidiano e na sua religiosidade, poderá evocar o mundo das alturas indefinidas e da luz materializadas nas casas de habitação, templos – Basílica, igrejas...

Por isso, o termo “abismo”, tanto no grego como no latim, designa aquilo que não tem fundo, que não tem fundamento, que não tem pontos de partida ou de chegada e tanto evoca o sentido descendente como o ascendente, o mundo das trevas infernais como o mundo das alturas indefinidas e da luz.

A “visão” que o Francisco teve do demónio, nas Pedreiras, quando se retirou para “a concavidade dum penedo” poderá, eventualmente, conduzir-nos a um dos significantes implícitos no referente “abismo”, que corresponderá, simbolicamente, ao mundo das trevas infernais.

Ao referirmo-nos, por outro lado, aos instrumentos usados pelo homem nas pedreiras para extrair e moldar a pedra, somos levados, igualmente, a reflectir numa outra simbologia, também muito rica: o ferro, manipulado pelo ferreiro, transforma-se em contacto com a água e com o fogo, e da matéria bruta saem instrumentos preciosos cheios de engenho e arte.

Nas Pedreiras do Moimento eram utilizados pelo cabouqueiro vários instrumentos de ferro como o picão, a marra, a alavanca, as cunhas, a sachola... e pelo canteiro, o escopro, o martelo, o “caminho de ferro”...

O simbolismo do ferro é, pois, ambivalente:

- caído do céu para uns, mas de origem terrestre para outros; protector de influências maléficas, mas também causa e instrumento das mesmas; ao serviço da vida em arados, charruas, enxadas e foices..., ou em objectos manipulados pelo cabouqueiro, pelo canteiro, pelo pedreiro..., mas também ao serviço da morte em espadas, cutelos e punhais.

Considerado como material de origem terrestre ou infernal não deve ser posto em contacto com a vida mas em algumas tribos, por exemplo, os Watchaga ou os Bantus do Kelimanjaro, as mulheres usam, normalmente, colares e braceletes de ferro para favorecer a fertilidade e curar as crianças doentes. Outro exemplo, refere-se aos Tiv, da Nigéria do Norte, cujo ferro assegura ainda a comunicação entre os vivos e os mortos.

Entre os ofícios ligados à transformação dos metais, o do ferreiro será o mais significativo quanto à importância e ambivalência: ora fabricando armas de morte, ora instrumentos de vida ele é, simultaneamente, um mago satânico e um demiurgo aliado ao Criador.

Em algumas civilizações os ferreiros são considerados monstros e a sua actividade está ligada à magia e à bruxaria uma vez que lidam com metais que saem das entranhas da terra. Noutras, ele desempenha um papel muito importante e é equiparado ao chefe e ao rei.

Por uns, é respeitado e vive dentro da povoação porque é detentor de segredos celestes, obtém a chuva e cura as doenças; por outros, ao contrário, é desprezado e temido vivendo isolado, fora da aldeia.

Para fazer os instrumentos de vida ou de morte o ferreiro lida com o fogo e a água. As ambivalências relacionadas com estes dois elementos são interessantes de caracterizar:

O Fogo, por um lado, queima, devora, destrói, obscurece e abafa pelo fumo, tem um carácter diabólico. Por outro, purifica, transforma, regenera e ilumina tornando-se, neste sentido, uma imagem de Deus.

A água, por um lado, destrói, arrasa, submerge e, por outro, dá vida e regenera-a.

Assim, juntando a água com o fogo, o ferreiro participa, de certo modo, na organização do Universo. Daí, o temor reverencial que inspira.

Este ofício, considerado o mais lucrativo, era exercido em aldeias perto do Moimento, nomeadamente em Aljustrel, pelo menos desde a segunda metade do Séc. XIX, cuja forja mais importante desapareceu nos anos trinta, tendo sobrevivido na Casa

Velha, através do filho do ferreiro de Aljustrel que desempenhou esta actividade até aos primeiros anos da década de sessenta.

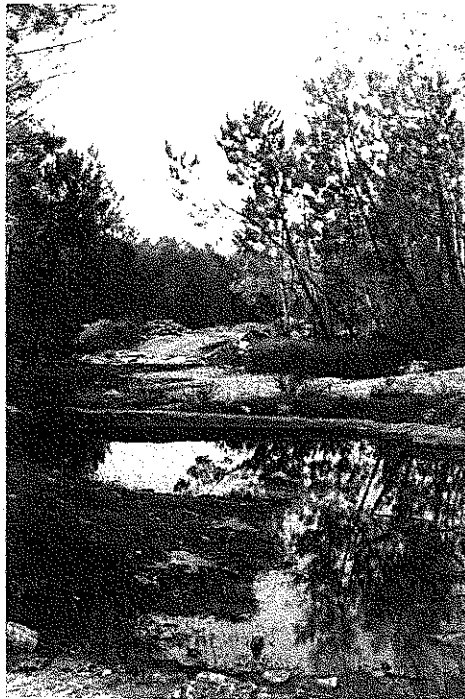
O mundo rural não pode ser encarado apenas como um espaço de produção, mas tem que ser visto, também, como um espaço cultural. Existe uma história gravada no solo, no espaço, na fauna e na flora e, ainda, nas formas arquitectónicas.

A paisagem resulta, como se sabe, do trabalho do camponês e de construtores que souberam tirar do solo e do subsolo os materiais necessários à sua subsistência e o habitat rural, que é de uma diversidade extraordinária, responde à variedade dos recursos locais e ao sábio aproveitamento desses recursos.

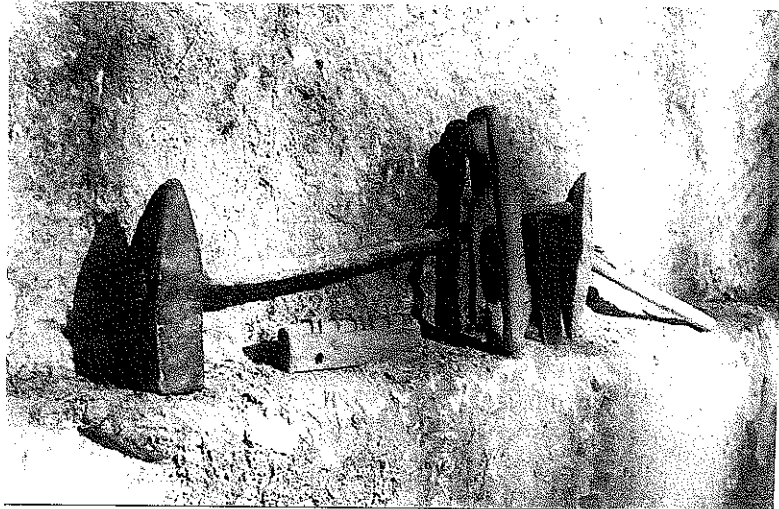
Este capítulo fundamentou-se, no que diz respeito ao Trabalho nas Pedreiras, no testemunho dos informantes, que deram a conhecer a realidade de um território em que a vida das populações se centrava, sazonalmente, nas actividades ligadas ao trabalho, à extracção, ao carregamento e ao transporte da pedra e ainda ao seu direito de extracção baseada no “direito de posse” das pedreiras.

As Pedreiras do Moimento foram também caracterizadas com o auxílio de um estudo aprofundado das Actas da Junta de Freguesia.

Nele fiz, igualmente, referência ao simbólico que a pedra e as Pedreiras representam; aponte, ainda, as ambivalências e a simbologia dos materiais e dos instrumentos de trabalho.



Fotografia 1 – O início do caminho para as pedreiras, visto a partir do tanque.



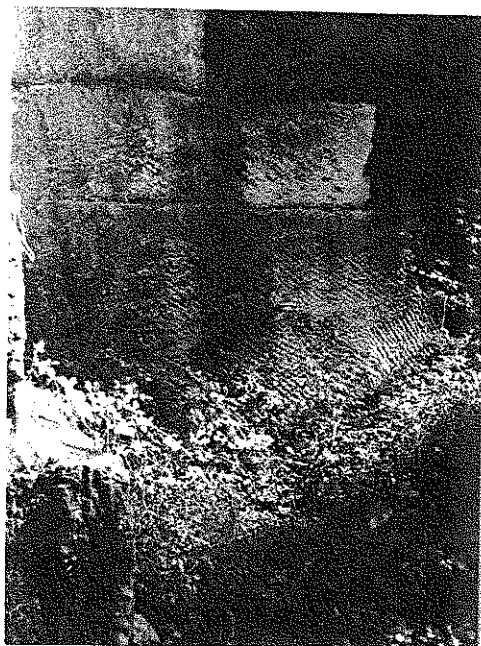
Fotografia 2 – Algumas ferramentas de canteiro e de cabouqueiro.



Fotografia 3 – “Telheiro” encontrado na Pedreira Sul.



Fotografia 4 – Blocos marcados na Pedreira Sul.



Fotografia 5 – As saliências do corte na Pedreira Sul.



Fotografia 6 – O “Ti” Anastácio aponta para a cavidade onde era colocada uma barra de ferro para suporte dos andaimes.

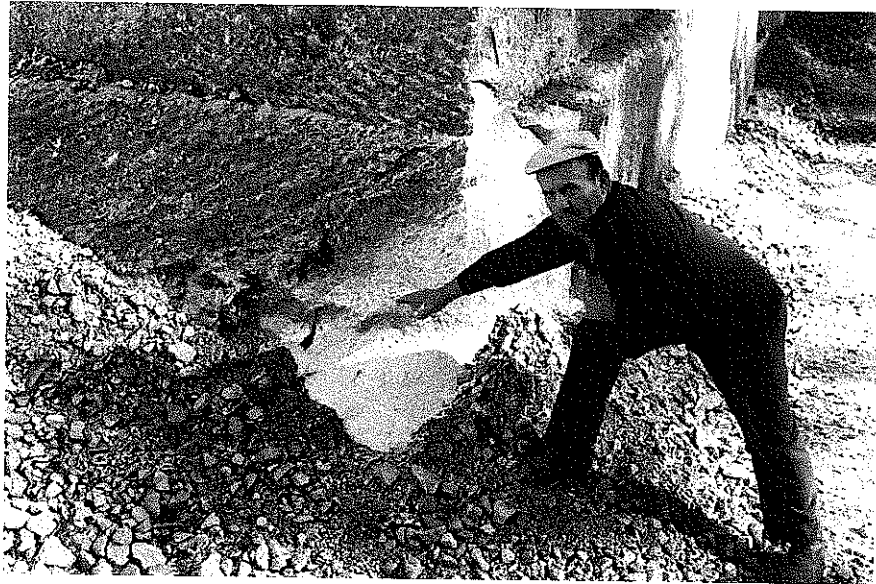


Fotografia 7 – O guincho de ferro.

Fotografia 8 – Colocação dos canelos e da cunha.



Fotografia 9 – Trabalhando com o “caminho de ferro”.



Fotografia 10 – O “Ti” Manel Pereira, o último cabouqueiro, aponta a “ferida” provocada pela a extracção com dinamite. É bem visível o contraste nas paredes resultante dos dois processos extractivos.



Fotografia 11 – O “encosto” da Pedreira Sul visto no sentido Norte.

6- AS PEDREIRAS DO MOIMENTO COMO PÓLO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E DE SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

A agricultura e as actividades tradicionais são as principais actividades humanas, até meados do Séc. XX, pois “é a tradição transmitida desde tempos imemoriais que o garante” (Rocher, 1971, p. 35). Hoje, porém, não parecem ser capazes de encontrar estruturas estáveis adaptadas à inovação tecnológica, ao crescimento económico e às mudanças sociais.

A estrutura tradicional com uma economia de subsistência integrada “no meio natural que a sociedade tradicional vive e se organiza” (Rocher, 1971, p. 42), tem visto o seu universo devorado pela cidade e poluído pela indústria.

Com a modernização técnica “o homem deixa de depender da natureza; pelo contrário, tende a submetê-la às suas necessidades, aos seus desejos, às suas ambições; <explora> a natureza no verdadeiro sentido da palavra, domina-a e utiliza-a com vista aos seus fins.” (Rocher, 1971, p. 43). Com a conseqüente transformação da paisagem e das estruturas rurais essas mudanças foram acontecendo, ao longo do tempo, também em toda a área do Maciço Calcário Estremenho.

Uma profunda estagnação dos campos acompanhou o impulso industrial dos últimos trinta anos e a industrialização aconteceu sem a necessária reforma agrária, uma vez que aquela foi orientada mais para a exportação em vez de o ser para o mercado interno.

Assim, o crescimento económico português não trouxe consigo o tão necessário desenvolvimento e, após o conflito mundial, não se veio a verificar o tão necessário investimento produtivo do capital amealhado. Sob o signo do proteccionismo, a economia portuguesa mantinha a feição rural.

Ainda nos anos sessenta, em Portugal, inicia-se um período de agravamento provocado pelo fenómeno emigratório – a agricultura e as condições de vida no campo não melhoraram, pelo contrário - ao mesmo tempo, o turismo sofre um grande incremento com as remessas dos emigrantes contribuindo para um crescimento súbito e relativamente acentuado da economia.

Não há, pois, dúvidas que o Homem tem provocado modificações no seu habitat, desde há milénios, mas elas não possuíram um carácter tão tecnológico como o que aconteceu na última década.

A contaminação das águas e do ar, ao nível actual, é o resultado. A Natureza, sabemos, trabalha muito devagar e o Homem é “impaciente” e possui um grande potencial de exploração dos recursos naturais, sobretudo a partir da Revolução Industrial, e muito mais acentuadamente, nos últimos anos.

O crescimento extraordinário da população mundial liga-se, pois, de forma dramática, ao problema da fome, ao esgotamento progressivo da Natureza, à urbanização de extensas zonas em detrimento da superfície agricultável ao que se juntam as exigências cada vez maiores dos recursos hídricos por parte das grandes cidades e, ainda, o problema da acumulação dos resíduos seja no ar, nas águas, no solo ou no subsolo.

A poluição provoca alterações profundas no meio ambiente e com consequências imprevisíveis quer para o Homem quer para a Natureza.

Por isso, em Portugal, a protecção do mundo rural tem merecido uma atenção especial por parte dos serviços de Parques e Reservas, uma vez que a maior parte estão implantados em zonas rurais, como é o caso do Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros onde ainda persiste uma agricultura tradicional em regime de sequeiro dentro do possível equilíbrio e respeito pelas leis da Natureza.

Segundo o Professor José Mattoso, (1988, p. 169) a melhor forma para compreender a História duma determinada comunidade, é adoptar “uma postura vivencial do espaço da mesma, participando de preferência do seu quotidiano, numa relação de Homem – meio – espaço onde habita...o factor geográfico, sem ser determinante, impõe condicionantes de ordem natural, económica, cultural e até política”.

Nas últimas décadas, tem-se vindo a assistir, progressivamente, em toda a área do Maciço, a uma regressão do “meio natural”, ao empobrecimento da fauna e flora, ao apelo frenético pelo lucro e consumismo, à descaracterização das paisagens, aos efeitos nocivos não só do turismo e da poluição, como igualmente pela implantação do betão das construções e do alcatrão da auto-estrada – A1 que atravessou este Parque e que, com o tempo, provocará, inevitavelmente, se tal não for tido em conta pelo Poder Central e pela Autarquia, o “estrangulamento” ou mesmo a destruição da faixa de terreno, verde e frondosa, onde se encontram as Pedreiras do Moimento.

6.1 – O ambiente natural e a identidade local

O enraizamento de uma população num território vai “moldando” as características culturais próprias que se manifestam na maneira de viver, nas tradições familiares, na vida social, nos utensílios de trabalho, nas romarias e festas populares, na arte, na gastronomia, na literatura oral, nas danças e cantares, no artesanato... e as palavras “população”, “território” e “património” ganham força e tornam possível preservar o passado ligando-o ao presente, numa perspectiva dinâmica e accionalista.

Importa, pois, salvaguardar patrimónios, garantir a sua genuinidade, revivificando-os e dignificando-os porque desenvolvimento não pode ser concebido só em termos de progresso tecnológico e crescimento económico mas, acima de tudo, assegurar o bem estar das populações, o reconhecimento dos valores da sua cultura e dos seus valores humanos e sociais.

As paisagens, fonte viva de tradições, herança de gerações passadas que importa transmitir às outras, constituem um dos valores mais importantes do nosso património. Elas contam a história do trabalho dos homens, a sua diversidade social, testemunham os seus esforços para vencerem os obstáculos naturais, esforços esses de cada homem e de cada comunidade.

A paisagem, no seu sentido mais alargado, integra, na sua expressão, a “cara” da sociedade que cria.

Apesar das agruras das Serras de Aire e Candeeiros, dos Planaltos de S. António e S. Mamede e da pobreza dos seus solos, o Homem foi-se fixando, humanizando a paisagem, imprimindo-lhe um forte cunho no aproveitamento e ordenamento do espaço traduzido quer no plantio da oliveira, quer nas acções de “despedrega” dos campos, quer ainda nos inúmeros alinhamentos de muros de pedra solta que retalham a paisagem, onde se encontram as Pedreiras do Moimento, coberta, no passado, de pinhais, figueiras, sobreiros, azinheiras, carvalhos, de uma vegetação arbustiva e dos matos onde se incluíam as ervas aromáticas e medicinais.

Hoje pouco resta, a não ser pequenos núcleos, localizados na base das encostas ou isolados em vales porque a maior parte tem sido destruída, ou para construções em cimento armado, sem qualquer enquadramento, ou pelo fogo que mão criminosa tem ateadado ou, ainda, para a plantação desregrada de eucaliptais.

Foi a beleza desta paisagem cársica, a sua fragilidade e diversificada riqueza da fauna e da flora, o modo de vida simples das populações que levou à criação do PNSAC

(Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros), em 1979, cujo objectivo foi o de preservar grande parte do Maciço Calcário Estremenho salvaguardando e valorizando o património natural e cultural que o mundo rural ainda encerra, o que potencia, no futuro, o desencadeamento de processos museais orientados para a construção de uma identidade cultural do grupo/comunidade e é nas faldas daquele Parque, mas não fazendo parte dele, que se encontram as Pedreiras do Moimento e o lugar do mesmo nome que distam apenas 1Km, ou talvez menos, da auto-estrada, 850m da estrada de Minde e 1Km da Cova da Iria.

A abertura da estrada ligando o Moimento à Cova da Iria tornou-se no principal factor de crescimento daquele lugar, por um lado e, por outro, a construção da auto-estrada e o arranjo das estradas de circulação, nas zonas limítrofes da Cova da Iria, provocaram, como já era de prever, um incremento de tráfego e um fluxo maior de visitantes aos “lugares místicos” que ali acorrem quer por devoção ou por simples curiosidade.

Assim, as novas construções, resultantes da expansão urbana da Cova da Iria, que foram surgindo, ao longo dos anos e, nomeadamente, neste local, têm vindo a ameaçar as pedreiras assim como todo o seu espaço envolvente, numa palavra, o seu ambiente natural descaracterizando-o, progressivamente, ao longo dos anos.

Levantam-se, desta forma, questões decorrentes quer da construção de vias rápidas de comunicação cujos percursos invadem zonas verdes cujas paisagens ficam irrecuperáveis e irreconhecíveis depois das infra-estruturas que permitem a aplicação do alcatrão, quer ainda de outras construções cujo betão tem vindo a substituir progressivamente as cores da Natureza.

Não há dúvida que aqui se tem vindo a assistir, igualmente, a uma regressão sistemática do espaço “natural”, com o empobrecimento, senão desaparecimento, de alguma fauna e flora característica devido à construção da auto-estrada, por um lado, com a conseqüente descaracterização da paisagem e, por outro, ao incremento dado à construção devido ao rápido e incontrolado crescimento urbano de Fátima, o que constitui, sem dúvida nenhuma, uma ameaça não só para o Homem como para o próprio Meio Ambiente.

Nessa medida, e porque as Pedreiras do Moimento não são apenas “buracos” no solo com simples blocos de pedra espalhados, entulhados pelos mais variados lixos, nem as “feridas” que a actividade mineira, actualmente, provoca na paisagem nacional, mesmo em áreas classificadas e protegidas, tornar-se-ia importante salvaguardá-las, isto

é, preservá-las “*in situ*”, uma vez que um objecto contextualizado tem significado e, reciprocamente, o objecto contribui para uma maior significação do espaço que ele ocupa.

Assim, deverão ser consideradas como um objecto/documento museal primário territorial – espaço de interesse ecológico num ecomuseu (Rivière, 1973, p. 167-203) em que o seu território envolvente seja considerado como um espaço de interesse ecológico, traduzindo a ligação e a interdependência entre o espaço/ambiente natural e espaço humanizado (cultural) pleno de sentido, de história, facilmente decifrado e decifrável, numa textura contínua de lugares, ideias, tecnologias e gerações ligando o passado ao presente e projectando-se no futuro. Deverão igualmente proporcionar às várias gerações a noção de espaço e de tempo reveladores da forma como o homem se integrou no meio natural além de, ali poder ser documentada a evolução desse território e da sua população como “um espelho em que a população se veja, para se reconhecer, onde ela procura a exploração do território ao qual ela está ligada, juntamente com as populações que a precederam na descontinuidade ou continuidade das gerações. Um espelho que esta população estende aos seus visitantes para melhor se fazer compreender, no respeito do seu trabalho, do seu comportamento, da sua intimidade” (Rivière, 1989).

Assim, as Pedreiras do Moimento, através da educação ambiental e da animação sócio-cultural, com acções educativas integradas num processo museal junto das crianças das escolas, das populações e dos visitantes/peregrinos, visariam o desenvolvimento integrado da zona, em acções pedagógicas, com o objectivo de protecção deste património e tornar-se-iam, simultaneamente, num laboratório, tendo em conta as características de contextualização do objecto museológico, uma vez que ele está inscrito no seu meio envolvente com as “formas” adequadas para uma apresentação de síntese interdisciplinar, assim como ele próprio se tornaria num verdadeiro testemunho e fonte de informações, assim como, numa escola, na medida em que contribuiria para o estudo histórico e contemporâneo da população e do seu meio, ajudaria à preservação e à valorização deste património natural e cultural associando a população às acções de estudo e de protecção, incitando-a a resolver os problemas e a reflectir sobre o valor e autenticidade do seu património, da sua cultura, fruto de longo saber acumulado de geração em geração.

De acordo com H. de Varine, constituiria um “museu da comunidade” ou “comunitário” onde as noções de política e de desenvolvimento – individual, colectivo e

sócio - político – estão bem presentes e onde o cidadão exerce um olhar crítico sobre os movimentos da sociedade para, de forma integrada, nela poder participar.

Desta forma, as Pedreiras do Moimento tornar-se-iam num pólo de desenvolvimento integrado e de sensibilização ambiental e um exemplo nacional de integração e de recuperação paisagística diminuindo os efeitos negativos das grandes escavações a céu aberto visíveis nas proximidades aplicando-se aqui na íntegra, os três conceitos fundamentais que compõem o ecomuseu: “território”, “património” e “população”.

6.2- As estratégias de planeamento

É comum relacionar o aparecimento da nova museologia com a contestação social dos finais dos anos sessenta, com os movimentos de defesa do ambiente e a independência dos países que necessitaram de reforçar a sua identidade cultural.

Todos estes fenómenos têm, por consequência, relações; porém, colocam-se questões em saber se essas ligações são de causa - efeito ou se, pelo contrário, uma série de causas resultantes de uma mesma origem com o surgimento de um novo modelo de desenvolvimento económico.

Para além de toda uma série de características directamente ligadas ao domínio da economia, um dos traços mais marcantes é toda uma filosofia em que, contrariamente ao passado, o desenvolvimento local e regional não é agora visto como um “derivado” do desenvolvimento global do País, mas exactamente o inverso.

A tónica deve, pois, ser posta na região e no local e estes olhados como espaços privilegiados de desenvolvimento.

Por isso, a nova museologia pretende dar uma contribuição fundamental para a identidade local, para a valorização dos recursos e actividades tradicionais, para o reforço da participação local, para a responsabilização dos agentes locais, abrindo “caminhos” para se procederem às alterações necessárias para que um “modelo” de desenvolvimento tenha a ver com cultura, lazer, qualidade de vida, humanismo, liberdade...

Quer o lugar do Moimento como a própria Cova da Iria, integrados na cidade de Fátima, possuem características específicas, diferenciadas de muitas outras aldeias ou lugares da região e mesmo do País, mas, contudo, ainda hoje têm algum esquecimento

das estatísticas oficiais havendo, assim, a impossibilidade de se estabelecerem coeficientes rigorosos que, ao nível económico e social, sejam indicadores correctos para um planeamento concreto, adaptável à realidade histórica vivida, a partir de 1917, que inclui uma identidade própria e coerente na sua execução e aceitação endógena.

Contudo, no que foi possível determinar com exactidão, foi dada uma perspectiva cronológica da evolução social em termos de comércio, expansão urbana, religiosidade e nos factores da “mudança” que a alteraram ficando, de algum modo, demonstrado que o facto social que determinou uma nova vida económica e social de forma rápida, e que actuou como factor de mudança, foram as “Aparições”.

Do antigo lugar ermo já nada resta. A Cova da Iria é hoje um centro religioso de projecção nacional e internacional.

Fátima, ao longo da sua história, pautou-se por objectivos religiosos e utilitários que conduziram à construção de edificios sem existir um plano de conjunto e uma visão de longo prazo e à medida das necessidades. Ainda hoje constrói-se e, a seguir, pode acontecer a demolição.

As soluções apresentadas pelos sucessivos planos de urbanização não foram aplicadas, a maior parte das vezes, tal como aconteceu com o estudo de urbanização do arquitecto Cottinelli Telmo, em 1945, de onde ressaltava a ideia de valorizar a paisagem rude e agreste da Cova da Iria, assim como ao primeiro estudo de arborização apresentado pelo engenheiro silvicultor José Pacheco Torres, em 1943.

Nenhum deles foi concretizado, assim como outros, ao longo dos anos, verificando-se, ainda hoje, uma falta de planeamento. Em 2000, por exemplo, “o Plano de Urbanização está em fase de revisão e o Plano Director Municipal encontra-se em execução” (Paisana, 2000, p. 190).

A falta destes instrumentos fundamentais e de uma estrutura autárquica mais autónoma contribuíram para um crescimento urbano anárquico.

Pelas dimensões que atingiu, pelas funções que exerce e ainda pelo que oferece, visitada por milhares e milhares de portugueses e estrangeiros, assume características muito próprias que a diferenciam das outras povoações à sua volta.

No que respeita à sua estrutura demográfica, à importância da indústria hoteleira considerada como uma das importantes fontes de emprego, ao ensino ministrado nas escolas e colégios, que são em grande número, e ainda à heterogeneidade de nacionalidades da população residente, deu origem a uma melhoria acentuada de estruturas, sobretudo viárias, de ligação, que promoveram a Cova da Iria a lugar com

grande centralidade (Centro Litoral do País), tornando-se possível constituírem-se redes de ligação à escala nacional ou regional (eixo Leiria, Marinha Grande, Ourém).

A proximidade com Ourém, lugares ligados pela História, poderia constituir um estratégico factor de desenvolvimento que servisse as duas cidades, numa lógica de proximidade complementar.

Assim, proporcionar qualidade de vida aos residentes e condições de acolhimento a visitantes/peregrinos, deveria constituir a dualidade que sustentaria, no futuro, o seu crescimento.

Qualquer estratégia de desenvolvimento terá que ter em linha de conta as exigências do chamado “Turismo Religioso”.

Os locais religiosos são, cada vez mais, também lugares de grande significado cultural.

Assim, poder-se-ia pensar em “oferecer” circuitos programados aos visitantes/peregrinos: um triângulo turístico local ligando Fátima (Aljustrel, Ramila, Pedreiras do Moimento) ao Centro Histórico de Ourém e as Jazidas das pegadas de dinossaúrios, no Bairro (Pedreira do Galinha) para além das visitas aos lugares sagrados. Poderia haver, igualmente, propostas de outros circuitos orientados para a descoberta das belezas naturais do Maciço Calcário Estremenho, da ruralidade e dos aspectos culturais (etnografia – Casa – Museu de Aljustrel, gastronomia, património construído), interligando-se, assim, o “Turismo Religioso” ao “Turismo Cultural”.

A paisagem que compreende elementos naturais e elementos humanos, teria sido preservada e hoje valorizada, no sentido em que “o território é uma entidade física delimitada por critérios geológicos, geográficos e biológicos, podendo ou não delimitar-se administrativa ou politicamente” convertendo-se o território “em património uma vez que passa a ser recurso para o homem”, tal como aponta a Declaração de Oaxtepec (1984) que coloca a tónica no desenvolvimento e no equilíbrio ecológico, impedindo desta forma a profunda descaracterização onde o “betão”, embora indispensável para a criação de infra-estruturas, hoje é o “elemento” preponderante que tem vindo a substituir, continuamente, a paisagem original.

A paisagem, aqui, como noutros pontos do Maciço, está hoje “marcada” pela destruição, pelas enormes “feridas” provocadas pelas britadeiras industriais, em oposição ao passado, porque o agricultor tal como o construtor, utilizando o sábio aproveitamento dos recursos, souberam tirar do solo e do subsolo os materiais

necessários para a sua subsistência sem levar à destruição do equilíbrio Cultura – Natureza.

A paisagem do Parque, por sua vez, está a caminhar a passos muito largos para a descaracterização e degradação ambiental o que parece em nada preocupar os nossos governos e o que é certo, dez anos são passados... e, ao percorrermos grande parte da Zona Centro do País, em terreno cársico, podemos observar como, tantas vezes, progresso é inimigo do desenvolvimento.

Nesta perspectiva, as Pedreiras do Moimento correm perigo e, já que elas estão nas faldas daquele Parque, por que não integrá-las em estudos e projectos comuns que pudessem ser elaborados ou, em função da articulação dos domínios de competência das duas entidades (Junta de Freguesia/Câmara Municipal de Ourém e Instituto de Conservação da Natureza/Parque Natural), ou, ainda, incluí-las num Modelo Estratégico de Desenvolvimento para a cidade de Fátima? De acordo com estes objectivos de integração se harmonizariam intervenções de valorização ambiental e de requalificação urbana, que assumiriam componentes correctoras e pedagógicas relativamente aos graves erros já cometidos, onde a participação da comunidade surgisse “como um valor fundamental para as questões do ordenamento do território e através da capacidade que gera, como um instrumento imprescindível para a sua resolução. Não ouvir as pessoas é desperdiçar conhecimento, não as envolver é comprometer a realização de projectos.” (Paisana, 2000, p. 180).

A preservação e a valorização das Pedreiras do Moimento, visando a apresentação e interpretação de um território, dinamizadas igualmente num processo de acções museais, estrategicamente planeadas e consideradas como um dos patrimónios da região de Fátima, poderiam passar por aquelas vias, contribuindo necessariamente, para a salvaguarda daquele espaço.

Por isso, a ecomuseologia, representada através das Pedreiras, pela sua função social e cultural, fortaleceria nas populações o sentimento de pertencerem a uma comunidade e de participarem, de forma activa e contínua, na sua história.

Todas estas propostas valorizariam as relações que se estabelecem entre o meio natural e as comunidades humanas e, através de uma gestão integrada dos patrimónios, poder-se-iam salvaguardar as Pedreiras do Moimento.

Não podemos esquecer que o Território, o Homem e a História constituem os elementos fundamentais à volta dos quais se pensam os problemas humanos, do passado e do presente e, como é também referido pela Declaração ou Declaratória de Oaxtepec

(1984): “É necessário fortalecer e desenhar acções que integrem vontades políticas conscientes, a fim de preservar a cultura viva, o património material, o desenvolvimento sócio-económico e a dignidade humana” (Moutinho, 1989, p. 121). Ao salvaguardar este património, tal como Cristina Bruno (1996, p. 19) considera, “o conjunto dos bens identificados pelo homem a partir de suas relações com o meio-ambiente e com outros homens, e a própria interpretação que ele faz dessas relações, observa-se, em um primeiro momento, que este universo é infinito.”, tornando-se assim indispensável a conservação dos testemunhos históricos de uma memória colectiva que favoreça a evolução de uma comunidade com referenciais claros e coerentes da sua identidade relacionados, especialmente, com as actividades artesanais que maior influência tiveram na sua vida, o que pode constituir uma mais-valia e um poderoso desafio à implementação de outras estratégias de planeamento deste território.

A museologia, que se fundamenta na ideia da preservação, com potencialidades para desencadear processos museais necessários e importantes para a construção de uma identidade cultural local, ajudará esta comunidade a construir uma consciência cultural e patrimonial como meios para um desenvolvimento integral, com a concretização de acções globais de natureza museológica quer focalizadas sobre as “técnicas” e os “instrumentos de trabalho” próprios desta actividade, ligada à extracção da pedra de forma artesanal, quer sobre a comunidade que se estabeleceu no Moimento e viveu em torno da sua exploração e transformação, onde não podem ser esquecidas as acções pedagógicas de sensibilização através da educação ambiental.

Assim, desta forma, ganham força as palavras “população”, “território”, “património” e “educação”, sendo possível preservar o passado, ligando-o ao presente, numa perspectiva dinâmica e evolutiva, e preparar o futuro assegurando às gerações futuras, a curto, médio e longo prazo, melhores condições de vida.

Em síntese, para que as Pedreiras do Moimento se tornem num pólo de desenvolvimento integrado e de sensibilização ambiental, utilizando estratégias para um planeamento eficaz, torna-se fundamental que exista uma acção coordenada e contínua, que tenha presente a preservação do património, o interesse real da população e a realidade económica e social da região uma vez que não é suficiente que os “órgãos de comunicação social” sejam denunciadores e acusadores, que os órgãos do poder tomem medidas mais ou menos significativas para colmatar a razão dos queixosos, ou que alguém, individual ou colectivamente tome uma acção ou ainda que “estudiosos” se interessem pelos problemas locais e os transmitam às entidades públicas.

Em relação ao Poder Central e Local, torna-se necessário que existam acções concertadas entre si e eficazes para que o objectivo fundamentado em estudos científicos lhes permitam o conhecimento da realidade e a determinação dos respectivos planos porque “os planos são em si mesmos exercícios fúteis, a menos que os líderes se comprometam com eles e o público, em geral, os compreenda e aceite” uma vez que “a inércia, a falta de convicção e a imoralidade política são, talvez, os obstáculos principais ao crescimento acelerado. O Mundo está cheio de planos jamais implementados e de excelentes programas que feneceram por falta de apoio popular. O desenvolvimento, na prática, tão distinto do desenvolvimento de planos, exige que um povo e seus líderes se energizem e se comprometam à consecução de objectivos comuns.” (Harbinson e Myers, 1965).

Neste caso, a comunidade, isto é, um dos “públicos” intervenientes compreende e aceita qualquer plano que contenha a preservação do seu património.

Por isso, o próximo capítulo intitulado “A perspectivação para o futuro – propostas de intervenção museal nas Pedreiras do Moimento” vai, exactamente, nesse sentido uma vez que, como já referi, em apenas oitenta anos, sobretudo a partir do fenómeno das “Aparições”, a Cova da Iria, de local ermo, de pastoreio e de agricultura pobre, fracos recursos, cresceu e, de tal forma, que o risco de destruição das Pedreiras do Moimento é elevado, quando estas desempenharam um papel importante na vida desta região e, sobretudo, a partir da construção da Basílica do Santuário, em 1928, revelaram uma identidade própria que marcou o surgimento, em 1934, do lugar do Moimento.

7- A PERSPECTIVAÇÃO PARA O FUTURO – PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO MUSEAL NAS PEDREIRAS DO MOIMENTO

O local onde se encontram as Pedreiras do Moimento torna-se convidativo para todos os visitantes nacionais e estrangeiros.

Para além de toda uma história do passado, presente na “forma actual da pedra”, é um espaço muito agradável de convívio com a Natureza, fresco no Verão e abrigado dos ventos no Inverno, proporcionando um ambiente calmo e tranquilo fora do bulício das grandes concentrações.

Não há dúvida que será extremamente grave se não forem postas em prática algumas estratégias de planeamento, a curto prazo, no sentido de preservar as Pedreiras do Moimento, realçar a sua importância para os habitantes da região de Fátima e para os visitantes, transformando-as não só num pólo museológico sobre o trabalho da pedra como também pedagógico, inédito no nosso País.

A sua criação justifica-se, plenamente, porque esta região é, actualmente, a nível nacional e internacional, um local muito importante, de profunda religiosidade e fé, visitado por milhões de peregrinos e visitantes, tornando-se necessário fixar e preservar os traços fundamentais de uma paisagem e de um património.

Assim, “os processos de salvaguarda e comunicação que são inerentes à musealização, particularizam o enfoque preservacionista da Museologia, dando-lhe carácter e dinâmica próprios” (Bruno, 1996, p.24), e através da constituição deste pólo, poder-se-iam potenciar as possibilidades turístico-culturais da região, reforçando a identidade local.

Há dez anos, o Jornal “Diário de Notícias” publicava um longo artigo intitulado “Paisagem está cheia de <feridas>” onde referia que “a actividade mineira está a transformar a paisagem nacional, mesmo em áreas classificadas. As “feridas” no solo são inúmeras e crescem a um ritmo assustador. Determinadas a acabar com esta situação, equipas de fiscalização estão a “varrer” o País.” (D. N. de 27 de Agosto de 1990).

Porém, hoje, lamentavelmente, o estado paisagístico do País continua caótico, nomeadamente nesta região, com centenas de pedreiras/britadeiras que continuam a agredir, a explorar, a retirar a pedra e depois de esgotados os recursos, abandonam o local deixando autênticas “crateras” visíveis a dezenas de quilómetros de distância.

A legislação (Dec. Lei n ° 89/90 de 16 de Março) que define princípios orientadores da actividade e que obriga os industriais a apresentarem um relatório anual sobre a recuperação paisagística, não é cumprida, fica apenas no papel, e continua a ver-se por todo o País e no Maciço Calcário Estremenho centenas de pedreiras/britadeiras em plena laboração provocando uma profunda degradação e deterioração desta bela paisagem, e a preservação da Natureza é algo que está longe de se tornar uma realidade no nosso quotidiano.

Assim, e para que as Pedreiras do Moimento e o espaço envolvente seja preservado e valorizado, torna-se importante um projecto de musealização das duas pedreiras, muito próximas entre si, e que, pelas suas características, permitem uma intervenção museográfica e uma intervenção da museologia activa e este capítulo, ao projectar-se para uma perspectivação para o futuro, irá dar a conhecer, especificamente, para cada uma das Pedreiras – Norte e Sul – tendo em conta, como já disse, as suas características bem diferenciadas, mas complementares, as propostas para a sua musealização, a partir do seu aproveitamento espacial, tendo de forma objectiva, como fundamento, os capítulos anteriores.

7.1 - A dimensão e a forma das pedreiras (a do Norte e a do Sul)

A dimensão das duas pedreiras é relativamente pequena, o que caracteriza, de imediato, o processo de trabalho e de exploração que eram usadas. Estão separadas por um caminho que lhes dá acesso e, por isso, são de visita quase simultânea.

Na verdade, quando se está no topo da vereda que dá acesso à Pedreira Norte, vê-se a Pedreira Sul em toda a sua extensão.

As suas dimensões médias andam à volta de nove metros de altura, de trinta metros de largura e quarenta metros de comprimento sendo, neste caso, a Pedreira Sul um pouco mais extensa. Se bem que as medidas sejam aproximadas, as suas formas são diferentes.

A Pedreira Sul tem, como já foi dito, um acesso mais difícil por estar tapado, logo à entrada, com restos de pedra resultante do aparelhamento que os cabouqueiros e canteiros faziam no local e, ainda, com um mato denso que esconde o carreiro por onde passavam os carros dos bois que faziam o transporte da pedra.

Possui uma vereda íngreme que contorna a pedreira pelo lado Oeste, paralelamente ao caminho principal, e que entra pelo lado Sul deixando, mais à frente, identificar locais cujas características são indicadores de, ali, ter sido o “cais de carregamento”.

Para se entrar nesta pedreira foi necessário cortar vários ramos caídos e, fundamentalmente, silvas grossas que “abraçavam” os lados do caminho e escondiam, a par dos fetos e outra vegetação, o local onde se poderia pôr os pés (Fotografia 12).

Também foi necessário, para observar os blocos de pedra já extraídos e um dos que estava em fase de corte, limpar a parte superior da antiga zona de corte além dos outros locais de interesse que não deixavam visualizar convenientemente esta pedreira.

O lixo não foi removido porque, ao fazê-lo, cairia na parte mais funda da pedreira e iria dificultar uma limpeza futura.

A limpeza permitiu, assim, identificar o processo sequencial da extração e os blocos já preparados ou em fase de corte (Fotografia 4).

Esta pedreira tem a particularidade de possuir nos “degraus”, à medida que se fazia a extração, umas “covas” abertas de várias dimensões que nos permitiu observar, de acordo com a sua forma, como elas eram feitas e para que serviam.

A Pedreira Norte é, espacialmente aberta, está limpa e tem um caminho fácil (Fotografia 13).

A Pedreira Sul mostra, tal como está ainda, todo um trabalho em execução e que não foi acabado permitindo observar pela disposição do caminho que lhe dá acesso, a dificuldade do transporte dos blocos, o seu local de carregamento e a necessidade absoluta de se construírem veredas com declives suaves de forma a poupar os animais que puxavam os carros carregados de blocos de pedra.

Formam, desta maneira, um “conjunto” que se completa com grande dignidade.

7.2 – Aproveitamento da disposição espacial das pedreiras

Como já referi anteriormente, o lugar do Moimento situa-se muito perto da Cova da Iria, cerca de 1Km, e hoje apenas a Avenida João XXIII os separa.

Se, por um lado, a distância é relativamente curta, facilitando a deslocação dos visitantes e dos peregrinos, e já de si suficiente para proporcionar um ambiente calmo e tranquilo, aprazível e amplo, com muita arborização e sombras acolhedoras, propício a

piqueniques e ao repouso, fora do bulício dos grandes ajuntamentos está, por outro lado, mais “exposto” ao chamado turista da “lata de coca cola” que jamais tem cuidado com a preservação da natureza.

O acesso às Pedreiras é feito através de um caminho de terra batida, ladeado com muros de pedra solta e arvoredos, que pode ser percorrido a pé ou de automóvel.

Chegados ao local das Pedreiras, encontramos um espaço convidativo e agradável.

Assim, e atendendo à importância que tiveram para a região, no passado, as Pedreiras do Moimento continuam, ainda hoje, a ter um profundo significado para a população mais idosa, que ainda hoje contam “histórias” ligadas à vida difícil do “antigamente”.

Começando pelo lugar do Moimento, o mais próximo das Pedreiras, dois objectivos estiveram sempre presentes no meu trabalho: um, o de estudar a vida nas pedreiras, das pessoas que ali trabalharam, dos seus usos e costumes, das técnicas utilizadas na extracção da pedra e da sua importância para a região; segundo, despertar o interesse da comunidade para a preservação da sua história transmitindo aos mais jovens testemunhos da sua vida passada.

Desta forma, temos, portanto, criada a matriz teórica para um trabalho de musealização fundamentada na ligação Território/População/Património constituindo-se num “processo integrador” onde as “coisas”, os “valores”, os “padrões” se traduzem em “comportamentos” onde os mais velhos terão um prestígio assegurado pela transmissão dos conhecimentos relacionados com a realidade que viveram numa actividade económica que jamais será repetida.

A preservação da “cultura tradicional”, o saber hereditário e a tradição oral, fontes do conhecimento anterior, hoje em causa porque não são utilizados, quer pela perda da necessidade de aplicação, quer pela separação da célula familiar tradicional, auxiliadas pelas fontes documentais, estarão representadas nos objectos/utensílios que devem contribuir para reconstituir “revivendo” a vida nas pedreiras, utilizando uma linguagem que contenha e imprima a sua acção, ou seja, a sua utilidade prática, o como, o porquê e para quê foram “construídos” e foram utilizados.

A população, que não são mais do que pessoas que, em conjunto, estão preocupadas com a defesa do património, com os problemas do desenvolvimento, com a qualidade de vida ou com a afirmação de identidades, tal como G. H. Rivière refere, “espelha” no seu “Museu” a sua vida vivida e a sua ancestralidade e, neste caso, esse “Museu” traduz-se num espaço natural/territorial de âmbito museográfico e,

socorrendo-me, novamente, da Declaratória de Oaxtepec (1984) diria que “o território se converte em património uma vez que passa a ser recurso para o Homem” transformando-se, desta forma, as Pedreiras do Moimento num espaço/objecto museológico e ao mesmo tempo museográfico uma vez que conserva testemunhos históricos da memória colectiva, que favorece a evolução e o desenvolvimento, assim como fortalece os referenciais da sua identidade o que, desta forma, permite a valorização daquele espaço e a sua conservação “*in situ*”.

Tendo presente tudo o que anteriormente foi referido, tornar-se-ia importante, tendo em conta o aproveitamento da disposição espacial, propor o seguinte:

- Integrar a Pedreiras do Moimento no Plano de Urbanização e no Plano Director Municipal para a cidade de Fátima.
- No caso das construções continuarem a “prolongar-se” até às pedreiras, estas deveriam ser classificadas como “património de interesse concelhio”, a fim de serem preservados e poderem vir a constituir um pólo museológico e pedagógico. Por fim e para que a área envolvente se aproximasse ainda mais do tempo em que estas Pedreiras estiveram em plena laboração deveria, a Junta de Freguesia, como entidade proprietária, “recriar” o seu ambiente rural através da plantação de oliveiras, castanheiros, pinheiros, carvalhos, azinheiras... a fim de valorizar a produção florestal da zona favorecendo a formação de bosques mistos, ajardinados, com desbastes selectivos com vista ao desenvolvimento das melhores árvores, limpar o solo de modo a criar um estrato arbustivo deixando clareiras com vegetação espontânea para aumentar a biodiversidade. Ecologicamente, seriam valorizadas se lá fossem colocados ninhos artificiais e, paisagisticamente, jogar os tons cromáticos das espécies florestais com as diferentes épocas do ano. Para valorizar o património geológico, poder-se-iam definir percursos de natureza, nos espaços envolventes das Pedreiras e do “tanque”, interrelacionando-os com unidades geomorfológicas mais amplas.
- Colocar, no lugar do Moimento, em local visível e apropriado, um painel informativo que assinalasse, através de uma figura legendada, a localização exacta das pedreiras e o percurso, outro, no Posto de Turismo de Fátima/Cova da Iria e, ainda outro, na Junta de Freguesia convidando visitantes/peregrinos a visitarem as Pedreiras do Moimento.

- Incluir, na Casa-Museu de Aljustrel, um suporte informativo sobre as Pedreiras, de forma a fazer a interligação entre a aldeia de Aljustrel, terra onde nasceram os três Pastorinhos, aquele espaço museológico e as Pedreiras do Moimento, onde muitas vezes as três crianças brincaram enquanto pastoreavam as ovelhas, reservando-se, para tal, o espaço do “pátio dos animais”, à entrada da casa de habitação, onde foram colocados alguns utensílios domésticos e de trabalho relacionados com as Pedreiras. Toda esta informação poderia ser completada com um desdobrável onde deveriam constar as indicações sobre a localização das Pedreiras do Moimento, com fotografias de casas de habitação com as chaminés rendilhadas, picotas, eiras, cisternas..., onde era utilizada esta pedra, assim como de instrumentos de trabalho utilizados nas pedreiras – picão, sachola, cunha, canelo, “marra”, alavanca, serra, “caminho de ferro” e ainda com textos, pequenos e interessantes, adaptados a todos os tipos de “público”, especialmente ao escolar, alusivos à importância que as Pedreiras do Moimento tiveram no passado desta região.
- Organizar, para os visitantes/peregrinos, a partir, por exemplo, do Santuário de Fátima, um “Circuito da Pedra”. Este circuito teria como objectivo constituir uma oportunidade para que visitantes/peregrinos, vindos até de outras partes do mundo, tivessem um melhor conhecimento da região e do simbolismo que a pedra encerra. A pedra que ergueu a Basílica do Santuário de Fátima, veio das profundidades da terra, através do esforço e do trabalho humano transformando-se assim num espaço de encontro entre o Homem e a Divindade. Tendo presentes os elementos Pedra, Abismo, Altura, Homem, Terra, Deus, os visitantes/peregrinos seriam conduzidos da Basílica até à Aldeia de Aljustrel, onde visitariam a Casa-Museu, receberiam as informações necessárias, observariam, em seguida, as casas mais significativas construídas em pedra do Moimento assim como as eiras, as picotas, as cisternas e poços... seguiriam em direcção às Pedreiras do Moimento passando pela Casa Velha e pelo lugar do mesmo nome das Pedreiras. No final da visita às Pedreiras, regressariam de novo ao Santuário. A distância a percorrer não ultrapassaria os dez quilómetros e o tempo despendido poderia variar entre uma a duas horas.

- Constituir, através de acções integradoras e dinamizadoras, um pólo de um “exomuseu” em que “a articulação Património Natural/Desenvolvimento perspectiva a via para um modelo de Desenvolvimento apoiado nos valores geoculturais intrínsecos aos espaços naturais e construídos – parte e factor integrante da nossa identidade – e, ainda, nas memórias individuais ou colectivas, sejam elas veiculadas e decodificadas pelas próprias comunidades ou pelos manuais da Ciência” (Póvoas e Lopes, s.d., doc. policopiado.) onde as Pedreiras do Moimento se pudessem integrar e cujo núcleo principal seria a “Pedreira do Galinha” uma vez que ela já tem hoje não só um interesse cultural como pedagógico, além de ter conseguido “travar” a degradação ambiental provocada por mais aquela pedreira/britadeira industrial que, como tantas outras, poluem e transfiguram a paisagem cársica do Maciço Calcário Estremenho. É certo que o novo conceito de Exomuseu proposto pelo Professor Galopim de Carvalho se tem, até agora, aplicado a sítios geológicos ou a geomonumentos, e que as Pedreiras do Moimento, de forma directa, não se enquadram. Porém, pergunto: Por que não tornar-se uma complementar da outra e ambas constituírem-se como “lugares de memória”? A musealização das Pedreiras do Moimento remeter-nos-ia para um quadro de relação entre Património Natural/Desenvolvimento e nessa medida teria como objectivo, além da preservação do ambiente natural, o desenvolvimento cultural e social e o interesse didáctico-pedagógico. Na Pedreira Sul, também chamada a “Pedreira do Santuário”, por exemplo, seriam museografados aspectos relacionados com as pedreiras, com a pedra e com a vida do “antigamente” relacionada com esta actividade. Daqui, não esqueçamos, saiu grande parte da pedra que ainda hoje se pode ver em casas de habitação e noutras construções – eiras, picotas, cisternas, poços... – espalhadas pela freguesia de Fátima.

Desta forma, o conceito de Património ficaria ampliado porque se engloba o meio ambiente, o saber hereditário transmitido de geração em geração e o “objecto/artefacto”, cuja contextualização se insere no espaço em que se encontra, com a conservação “*in situ*”, construindo-se, assim, “novos valores e significados para estes objectos, por meio da elaboração de exposições e acção educativo-cultural.” (Bruno, 1996, p. 25).

De acordo com o que atrás foi caracterizado, relativamente ao aproveitamento espacial das Pedreiras do Moimento e dos espaços envolventes, vou passar a definir,

detalhadamente, as propostas de intervenção museal para cada uma das Pedreiras começando pela Pedreira Sul.

7.3 – A pedreira Sul

Este núcleo, conhecido por “Pedreira do Santuário”, porque daqui foi extraída, como já foi dito, a pedra para a construção da Basílica do Santuário de Fátima, na década de vinte, tem difícil acesso ao seu interior sendo, no entanto, bem visível a partir da superfície.

Foi descoberta, assim como a Pedreira Norte, por técnicos da empresa BRISA quando andavam à procura de locais para serem depositados os entulhos e outros lixos provenientes da construção da auto-estrada do Norte – A1. A existência de um gabinete de estudo de impacte ambiental, naquela empresa, foi de relevante importância porque, de imediato, impediu o enchimento daqueles enormes “buracos”.

Assim, a faixa de terreno delimitada entre a A1 e a estrada nacional n.º 360 com aproximadamente, 2 Km de largura, mas que se estende por uma área considerável, foi salva e, naquela altura, não foi alterado o seu “ambiente natural”.

Porém, o tempo passou e aquelas “feridas” continuam abertas, no entanto, atulhadas de lixos e outros resíduos, alguns deles poluentes do meio ambiente.

Esta Pedreira, no entanto, contém “informações” de fundamental importância, no seu interior, sobretudo na zona de Extração, a saber:

- Blocos de pedra cortados e trabalhados, de várias dimensões, que não chegaram a ser retirados;
- É ainda perceptível um dos “cais” de carregamento (reconstituição na figura 7)
- É também visível um “encosto” que consistia, como já foi referido, numa parede feita pela natureza e que era oriunda de uma fenda vertical, comprida e profunda, “ferrada” de depósitos calcários arrastados pelas águas das chuvas, conforme é mostrado na fotografia 11, e delimitam as zonas de extração “sempre que aparecia uma destas “paredes” terminava o “direito de posse” porque, segundo a informação prestada por Manuel Pereira, não pertencia à pedreira lateral em extração e, por isso, tinha de ser pedida “de novo”. Era uma “lei” que todos cumpriam”.

- São nítidos alguns sulcos de corte, como se ainda estivesse em fase de trabalho (fotografia 4).
- Podem ver-se, ainda, cavidades abertas nas paredes para a fixação dos andaimes.
- Encontra-se, a descoberto, na parte mais elevada da extracção, um “telheiro” utilizado no trabalho do canteiro. Eram usados para fixar as “colunas” de pedra a trabalhar e, ao mesmo tempo, para terem uma melhor posição a executar a tarefa (conforme a figura 2).

Por tudo isto que acabei de referir e para se poder levar a cabo, um processo continuado, em várias fases, de acções museais, proponho: 1- Uma acção de limpeza de todo o espaço envolvente da pedreira incluindo o calcetamento do próprio percurso com a reconstrução dos muros de pedra que ladeiam o caminho de acesso; 2- A construção de um muro de pedra como protecção, a fim de evitar possíveis acidentes não deixando, desta forma, que os visitantes distraídos pudessem cair dentro da pedreira; 3- Utilizar uma sinalética adequada ao longo do percurso desde a Aldeia do Moimento; 4- Colocar, em locais estratégicos, painéis informativos, à semelhança dos que existem na Pedreira do Galinha, onde fosse possível explicar/caracterizar, com facilidade, o tipo de acesso, a vegetação envolvente natural do passado, além dos conteúdos deste núcleo, não deixando de referenciar no caminho de acesso ao “tanque” a razão da sua existência, a sua história e qual a sua importância para a vida daquela comunidade, no passado.

Em todos os suportes informativos a linguagem a utilizar deveria ser clara, simples e acessível a todos os tipos de públicos, em particular o escolar porque, em todos estes conteúdos relacionados com a vida nas pedreiras e o trabalho da pedra, há uma herança cultural transmitida de pais para filhos e o saber hereditário que as gerações mais novas precisam de conhecer; 5- Uma limpeza e valorização do acesso ao interior da pedreira.

Aqui, em local a definir, poderia ser reconstituído este “cenário” valorizando todo o caminho de acesso ao interior da pedreira.

O visitante, ao chegar ao fundo da pedreira, poderá visualizar, mais detalhadamente, os blocos cortados ou em fase de corte com informações relacionadas com a extracção como, por exemplo, a reconstituição dos andaimes, do “cais” de carregamento, dos “telheiros” de pedra que serviam para aparelhar a pedra para as cantarias e, ainda, dos instrumentos usados quer pelos canteiros quer pelos

cabouqueiros, utilizando técnicas museográficas adequadas a um local ao ar livre e agradáveis por forma a preservar estes testemunhos materiais.

7.4- A pedreira Norte

Ao contrário da Pedreira Sul, esta apresenta-se com fácil acesso. O declive é suave e qualquer criança pode deslocar-se sem perigo e percorrer o fundo da mesma.

Constituiria um núcleo onde a divulgação/comunicação seriam privilegiados podendo ser colocado, à entrada, um painel com as informações mais relevantes sobre a forma como aqui era feita a extracção da pedra.

Assim, refazer-se-ia este alpendre/telheiro de sombra, que era no passado utilizado para a sesta, fazendo referências, numa linguagem museográfica, clara e acessível, traduzida em painel ou maqueta explicativa, relativamente à alimentação e a alguns dos usos e costumes.

Existem, no entanto, outras informações sobre estas matérias que também poderiam ser museografadas, como, por exemplo, os ofícios ligados a esta actividade, as ferramentas e outros utensílios usados para este tipo de trabalho.

Tal como a Pedreira Sul, esta também contém informações importantes que ressaltam à vista logo que visualizamos o seu interior:

- Um das paredes são mais “lisas” que outras, com degraus marcando, deste modo, duas feições diferenciadas no trabalho de extracção (Fotografia 5) com formas, que coincidiam com junção das saliências semi-circulares, o que se devia à mudança do sentido do corte feito pelo cabouqueiro, quando evitavam as zonas mais rijas da pedra.
- São nítidas as concavidades que se chamavam “cunheiras” que serviam quer para a colocação de coberturas quer para o travejamento para os andaimes (Fotografia 6).
- É bem visível a dupla forma de extracção da pedra, uma ainda manual e outra, já com o uso de explosivos (Fotografia 10). Aqui, “ainda é possível identificar os locais onde foram colocadas as cargas de dinamite e que marcam a “mudança” que, casualmente, não destruiu o passado” e a partir desta altura, a pedreira deixou de ter, definitivamente, a utilidade e o significado anterior porque o ferro e o cimento substituíram-na na sua função e, desta forma,

começou a degradação ambiental...e os telheiros, com cobertura de mato que poupava os ramos das oliveiras “porque estas eram para poupar e estimar”, para fazer sombra durante a sesta, assim como os cântaros para a água foram desaparecendo e perdeu-se a utilidade imediata e a continuidade da pedra trabalhada.

Tendo como referência tudo o que anteriormente foi caracterizado e devido ao fácil acesso a esta Pedreira, proponho que ela seja transformada num ponto de encontro, num grande espaço de lazer de características lúdicas, culturais e pedagógicas onde se tornasse possível reunir as várias gerações com avós, pais, filhos e netos, crianças das escolas da Freguesia de Fátima, acompanhados pelos professores... contando e ouvindo no local a história e as “histórias” ligadas à vida das pedreiras, revivendo e recriando o passado, para uns e, para outros, ao manusearem, por exemplo, os instrumentos de trabalho, em peças de teatro, ou também percorrendo os vários espaços musealizados, aprendessem com a sabedoria dos mais velhos para que, mais tarde, pudessem transmitir.

Neste núcleo, com condições acústicas excepcionais, outras actividades culturais e lúdicas - teatro, música coral ou outra -, poder-se-iam desenrolar ao ar livre, no Verão, adaptando-se o espaço interior da Pedreira para estes fins, podendo estes ser, futuramente, estudados com uma equipa multidisciplinar porque comunicar implica a existência de um “suporte” ou veículo de transmissão da mensagem.

A renovação da escola trouxe consigo a necessidade de utilizar novos canais de comunicação, tanto mais que o educando é, agora, encarado como sujeito e objecto da educação. Fala-se de uma “Escola Nova” onde a criança é um ser activo em transformação no seio de uma sociedade, também ela em constante mutação.

Assim, torna-se importante uma relação directa, integradora, entre as acções culturais e educativas com o processo museológico porque a Museologia e a Educação/Escola ao colocarem-se em interacção, uma alimentando-se da outra, possibilitando a compreensão do “saber-saber” e do “saber-fazer”, adequando os conteúdos programáticos nos chamados espaços de liberalidade, como os clubes, os ateliers, ou outras actividades de complemento curricular aos interesses dos alunos, podem contribuir, objectivamente, para caminhos de liberdade, reflexão e análise que, necessariamente, conduzirão a futuras intervenções sociais e a uma consequente transformação da sociedade. A liberdade não se impõe mas constrói-se, não se descobre

como algo dado, mas organiza-se como uma tarefa, e esta temática, assim como outras, tornam-se decisivas no terreno da educação “a Museologia se interessa, portanto, em administrar, conservar e organizar novas maneiras de informação por meio da elaboração de discursos expositivos e estratégias pedagógicas.” (Bruno, 1996, p. 24).

Por isso, nesta perspectiva, não poderemos, de forma nenhuma, dissociar a Museologia da tríade Pedagogia/Educação/Escola e do património cultural como instrumento de educação para a cidadania e para o desenvolvimento cultural e social de uma comunidade.



Fotografia 12 – Parte da entrada para a Pedreira Sul depois do silvado ter sido batido.



Fotografia 13 – A entrada para a Pedreira Norte.

CONCLUSÃO

O presente trabalho não ambiciona constituir-se em nada mais do que uma proposta de intervenção e influenciar uma tarefa de planeamento porque se adivinha, num futuro próximo, a destruição de um espaço particular – as Pedreiras do Moimento.

Começa a ser urgente criar mecanismos que permitam preservar os valores naturais e culturais presentes nesta região e que constituem importantes traços de identidade da população da Freguesia de Fátima.

O factor geográfico, sem ser determinante, impõe condicionantes de ordem natural, económica, cultural e política e a localização geográfica constitui um dos mais importantes factores estratégicos que Cova da Iria/Fátima apresenta (centro litoral do País) com óptimas condições gerais de acessibilidade, sobretudo a nível rodoviário.

Existe um nó da auto-estrada do Norte, praticamente dentro do aglomerado urbano o que, se por um lado é bom, porque cria facilidades para o turismo, por outro, necessariamente, vai provocar “estrangulamentos”, invasão do “betão” e do “alcatrão”, alterar a paisagem e destruir valores patrimoniais e ambientais. Estão neste caso, as Pedreiras do Moimento.

A intervenção museal nas pedreiras, aproveitando a forma, a sua disposição espacial e o simbolismo que lhe é intrínseco, passa pela sua preservação “*in situ*”, uma vez que o objecto contextualizado tem significado e, reciprocamente, o objecto contribui para uma maior significação do espaço que ele ocupa.

Assim, as Pedreiras do Moimento tornar-se-ão, num futuro próximo, nas primeiras pedreiras de extracção artesanal a representarem o trabalho do Homem na exploração directa da Natureza. Simultaneamente, com a sua valorização, ser-lhes-á restituído o seu ambiente natural à volta das “feridas” do solo. Constituirão, igualmente, um “travão ecológico” ao crescimento desregrado e desarticulado da actual cidade de Fátima, transformando-se, de forma permanente, num incentivo à preservação do Património e da Natureza.

Fazem parte de um território – o Maciço Calcário Estremenho - onde a pedra é, hoje, uma mais-valia que “negociantes sem escrúpulos” aproveitam, destruindo a Natureza impunemente. Isto contraria o art.º 36 do Dec. Lei n.º 89/90, que enuncia os princípios orientadores do exercício desta actividade e obriga os exploradores de pedreiras a enviarem, até ao final do mês de Março, de cada ano, à respectiva Comissão de Coordenação Regional ou ao Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação

da Natureza, um relatório sobre as medidas de recuperação paisagística, no âmbito do plano anteriormente aprovado.

Este território marcado pela omnipresença da pedra, tão frágil quanto vulnerável, tem vindo a ser “invadido” pelo betão que, cinzento e sólido, não muda na sua forma e não dá frutos.

O facto de um número cada vez maior de pessoas afluírem ou residirem na Cova da Iria/Fátima, o crescimento urbano da Freguesia de Fátima e o “turismo religioso” conduzirá, necessariamente, ao “estrangulamento” cada vez maior da faixa de terreno, entre a Cova da Iria/Fátima e a auto-estrada (A1), onde se encontram as Pedreiras do Moimento.

A tomada de consciência deste processo, de contínua degradação, foi reforçando a necessidade de discutir os problemas e levar a população a interessar-se não só pela preservação deste património que faz parte da sua história como também pela transmissão aos mais jovens dos testemunhos relacionados com a sua vida passada, num quotidiano vivido nas pedreiras.

O objectivo final foi abranger todos os cidadãos da comunidade ajudando-os a descobrir a História e o Património da sua terra, numa acção permanente de descoberta da sua identidade que permitiu uma participação mais activa na comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e afirmação.

Assim, o papel da Escola tornou-se fundamental como espaço de aprendizagens onde aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver foram constituindo os pilares de uma educação para a cidadania, apoiando-se esta numa educação permanente objectivada na construção de uma sociedade em que esteve presente um harmonioso desenvolvimento e a qualidade de vida de todos os cidadãos.

A experiência levada a cabo com as Escolas do 1ºCiclo da Freguesia de Fátima, entre 1990 e 1992, e continuada nos anos seguintes por outras Escolas do Concelho de Ourém, mostrou a importância da acção da Escola.

Assim, é importante preservar este Património, reconhecer os valores humanos e sociais, assegurar o bem estar das populações e a sua qualidade de vida. A Escola, como espaço privilegiado de produção do(s) saber(es), poderá constituir um instrumento de acção. Foi isto que me levou a conceber um projecto de animação sócio-educativa e cultural relacionado com as Pedreiras do Moimento e a apresentá-lo às Professoras do 1º Ciclo.

As Professoras ficaram alertadas e sensibilizadas para o problema das Pedreiras do Moimento e resolveram elaborar um Projecto Educativo conjunto das Escolas do 1º Ciclo da Freguesia de Fátima, quando ainda não estava introduzido nas nossas escolas a dinâmica do Trabalho de Projecto expresso, hoje, na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Isto só foi possível com a colaboração de todas as professoras do 1º Ciclo da Freguesia de Fátima lideradas pela professora mais antiga, a Sra. D. Maria do Fétal.

A tomada de consciência da degradação daquele espaço que, para algumas delas “dizia algo” do seu passado, fez com que aderissem ao Projecto e, por isso, avançaram com a ideia de integrar nas suas actividades lectivas, os “espaços de liberalidade” necessários à sua consecução.

Durante dois anos, os alunos falaram, particularmente, com os seus avós/bisavós e outros familiares.

Quiseram conhecer a História e as “histórias” relacionadas com as Pedreiras do Moimento, percorreram-nas, brincaram, tal como faziam, no passado, as crianças quando guardavam as ovelhas. Numa palavra, “viveram-nas”...

Aqui, ganhou expressão a “escola nova” ou a “educação problematizadora” defendida por Paulo Freire e os objectivos educacionais para a cidadania resultaram em sucesso.

Assim, ao longo do tempo e com as diversas acções educativas foram também ganhando mais força as palavras “território”, “população”, “património” e “educação”, tendo sido possível, através da Escola, preservar a “memória” ligando-a ao presente e, de forma dinâmica, preparar o futuro de modo a que aquelas crianças, não esquecessem o que estas Pedreiras representaram no quotidiano da vida dos seus antepassados.

Houve, porém, dificuldades. Tudo levou o seu tempo. O diálogo e a busca de consenso foram permanentes.

Entre as várias dificuldades encontradas, uma houve relacionada com a compreensão do discurso próprio de uma museologia participativa aplicado neste processo.

Apesar da transmissão da mensagem ser simples, aberta e apelar à participação de todos, a população, as professoras e a Junta de Freguesia, como entidade proprietária, esperavam que houvesse respostas ou receitas imediatas para tudo e, por isso, revelaram, no geral, algumas dificuldades em reflectir conjuntamente ou em discutir ideias.

Assim, tornou-se mais difícil e moroso fazer passar a mensagem.

Outra das dificuldades teve a ver com a sua elaboração e está relacionado com a forma de transmitir a complexidade desta matéria objectivada na experiência vivida entre 1990 e 1992, com as Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e, simultaneamente, apostar nesta fase da vida das crianças quando elas melhor “interiorizam” as experiências, não as esquecendo facilmente. Por outro lado, houve, também, algumas dificuldades em integrar, neste enquadramento teórico-metodológico, realidades, como uma população e um património, que se relacionam e interagem tanto num território mais amplo – o Maciço Calcário Estremenho – como num mais restrito – as Pedreiras do Moimento.

Como estratégia, nas escolas do 1º Ciclo e nas crianças depus as minhas esperanças.

A Escola, como vimos, pode e deve ser, de facto, um “poderoso” agente formador e transformador de mentalidades.

Por tudo o que atrás ficou dito, é de ressaltar e valorizar o uso pedagógico da museologia nas escolas, como processo gerador de “mudança” na escola e na comunidade porque ela actua, com vista a uma evolução democrática das sociedades. Deste modo, a Escola torna-se num instrumento/meio de desenvolvimento integral da comunidade e com a comunidade, pautado pelo diálogo interactivo, no reconhecimento das identidades, na interpretação da relação entre o homem e o seu meio ambiente, na influência da herança cultural e natural dos vários grupos ao utilizar a memória colectiva como referencial básico para o entendimento e a transformação da realidade contribuindo para a formação do Cidadão.

A Junta de Freguesia, assumindo a sua posse, colocou à entrada uma placa com os seguintes dizeres: “Património da Junta de Freguesia”.

Durante cerca de quatro anos as Pedreiras do Moimento foram matéria na comunicação social local, no concelho de Ourém, onde uma ou outra escola, seguindo o exemplo, começou a falar de Natureza/Ambiente.

Entrámos no novo milénio.

A experiência, a partir do projecto de animação sócio-educativa e cultural com intenções eminentemente pedagógicas, mostrou que o papel desempenhado pela Escola foi interventivo e provocou acções concertadas de preservação patrimonial das Pedreiras do Moimento, com a construção de uma nova prática social ao fazer interagir a Escola e a Comunidade que, sem dúvida, poderá ter lugar, de novo, no futuro.

Importa, assim, que as pedreiras sejam integradas num modelo de desenvolvimento para a cidade de Fátima, estrategicamente planeado e isto só será possível com a acção conjunta entre a Escola, o Poder Local e a População.

INFORMANTES

POPULAÇÃO (idades em 1990)

Anastácio da Silva, 73 anos, carreiro, boieiro e agricultor, residente em Aljustrel

Carolina de Jesus, 88 anos, doméstica, residente na Casa Velha

Ermelinda dos Santos Silva, professora do 1º Ciclo do Ensino Básico, residente em Aljustrel

Francisco da Conceição Vieira, 42 anos, pintor, residente no Moimento

Francisco Ferreira Rosa, 84 anos, comerciante, residente em Fátima

Francisco Martins, 54 anos, comerciante, residente em Aljustrel

João do Rosário Figueira, 80 anos, feirante e comerciante, residente em Fátima

José dos Santos Catarino, 70 anos, cabouqueiro e canteiro, residente na Eira da Pedra

Manuel Ferreira Rosa (Ti Manel Rino), 91 anos, carreiro, boieiro e agricultor, residente na Caldeireira

Manuel Pereira, 67 anos, cabouqueiro e marcador “até ter abandonado a Pedreira”, residente na Eira da Pedra

Maria do Fétal, 61 anos, professora do 1º Ciclo do Ensino Básico, residente na Cova da Iria

Maria de Jesus Reis Pinheiro, 46 anos, doméstica, residente no Moimento

Maria do Rosário, 70 anos, doméstica, residente no Moimento

EMPRESA “BRISA”

Fernando Silva (Técnico)

Manuel Pinto Soares (Técnico e Espeleólogo)

Parente Alves (Engenheiro)

SERVIÇO NACIONAL DE PARQUES E RESERVAS/COMISSÃO DO AMBIENTE

Isabel Pires (Engenheira)

BIBLIOGRAFIA

Consultada

- Almeida, Ferrand de (1978). Ecologia, G.E.P., Ministério da Educação e Investigação Científica. 2ª edição.
- Baechler, J. (1990). Dicionário de Sociologia. (Direcção de Raymond Boudon et alii). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Bonnefus, E. (1973). O Homem ou a Natureza?. Lisboa: Parceria A. M. Pereira L^a.
- Carvalho, R. M. et alii (s/d). Materiais de Apoio à Reforma Curricular. Técnicas de Comunicação. Vols I e II. Direcção Geral dos Ensino Básico e Secundário. Lisboa.
- Chevalier, J. e Gheerbrant, A. (1982). Dictionnaire des Symboles. Paris.
- Coelho, L. (1925). Importância dos Estudos da História Local. Congresso da Associação Ibérica para o Progresso das Ciências. Lisboa.
- Eliade, M. (1965). Le Sacré et le Profane. Collection *Idées*. Paris: Gallimard.
- Eliade, M. (1977). Tratado de História das Religiões. Lisboa.
- Galopim de Carvalho, A. M. (1999). Geomonumentos. Uma reflexão sobre a sua caracterização e enquadramento num projecto nacional de defesa e valorização do Património Natural. Lisboa: Liga de Amigos de Conimbriga.
- Harbinson, F. e Myers, C. A. (1985). Educação, Mão de Obra e Crescimento Económico. 1ª edição. Brasil.
- Henriques, J. M. (s/d). Municípios Portugueses: A caminho de um “estilo” alternativo de desenvolvimento. Documento policopiado.
- Johnson, H. M. e Merton, R. K. (1967). Introdução Sistemática ao Estudo da Sociologia. Rio de Janeiro: Edição Lidador.
- Leal, A. S. de A. B. Pinho, (1890). Portugal Antigo e Moderno. Vols. I-XII. Lisboa: Editora Tavares Cardoso & Irmão.
- Machado, J. P. (1984). Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa (vol. II). Lisboa: Editorial Confluência.
- Marques, A. O. (1973). História de Portugal. Vol. II. Lisboa: Editora Arcas.
- Mattoso, J. (1988). A História Regional Local. A escrita da História – Teoria e Métodos. Lisboa: Editorial Estampa.
- Marques, M. (1937). Índice das minas concedidas. Minas e Serviços Geológicos. Publicações da Direcção Geral de Economia.

Nóvoa, A. (1988). A Formação tem de passar por aqui: as Histórias de Vida no Projecto Prosalus. Universidade de Lisboa (texto inédito).

Valente, B. (1992). Um modelo pedagógico para a Reforma Educativa. Guia da Reforma Curricular – Documentos de Trabalho. Lisboa: Texto Editora.

Temática

Abrantes, J. R., Pinto, M. S., Carvalho, M. P. (1993). Aljustrel – Uma Aldeia de Fátima – o passado e o presente. Fátima: Ed. Santuário de Fátima.

Bernardes, J. P. (1999). Fátima e a sua Região. Uma Perspectiva Arqueológica. Comunicação apresentada no Colóquio *Descobrir o Passado, Preservar o Futuro*, publicado pelo Agrupamento AJEFÁTIMA no âmbito da I Semana Cultural (1998/1999).

Cortes, P., Bernardes, J. P., Paisana, J. R. (2000). Fátima Ambiente 2000. Fátima: Quercus/Santuário de Fátima.

Cristino, L. (1999). Relance sobre a História de Fátima – Dos inícios da Nacionalidade Portuguesa às Aparições. Comunicação apresentada no Colóquio *Descobrir o Passado, Preservar o Futuro*, publicado pelo Agrupamento AJEFÁTIMA, no âmbito da I Semana Cultural (1998/1999).

Lopes, M. H. (1989). Plantas Aromáticas e Medicinais do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. Lisboa.

Kondor, Pe. L., SVD. (1987). Memórias da Irmã Lúcia. 5ª edição. Vice-Postulação, Fátima-Portugal.

Martins, A. F. (1949). Maciço Calcário Estremenho – Contribuição para um estudo da Geografia Física. Coimbra.

Neves, E., Flores, J., Flores, J. (1988). Ourém – Três Contributos para sua História. Ourém – Estudos e Documentos. Vol. III. Câmara Municipal de Vila Nova de Ourém.

Oliveira, F. (1990). Fátima. Como Nasceu e Cresceu. Ourém – Estudos e Documentos. Vol. V. Ourém: Câmara Municipal de Ourém.

Paisana, J. R. (1999). Fátima e a Preservação do Património Natural e Cultural. Comunicação apresentada no Colóquio *Descobrir o Passado, Preservar o Futuro*, publicado pelo Agrupamento AJEFÁTIMA, no âmbito da I Semana Cultural (1998/1999).

Pinto, M. S., Abrantes, J. R., Carvalho, M. P. (1999). Fátima – o seu Passado e o Presente. Comunicação apresentada no Colóquio *Descobrir o Passado, Preservar o Futuro*, publicado pelo Agrupamento AJEFÁTIMA, no âmbito da I Semana Cultural (1998/1999).

Pinto, M. S., Carvalho, M. P. (1991). As Pedreiras do Moimento: a museologia na escola e da etnografia à museologia. Comunicação apresentada nas V Jornadas sobre a Função Social do Museu. Póvoa de Varzim.

Rosa, M. F. (1992). As Pedreiras do Moimento. Seu valor histórico e cultural na memória de um povo. Comunicação apresentada no Fórum sobre Educação Ambiental. Porto de Mós.

De referência

Almeida, J. F., Pinto, J. M. (1990). A Investigação nas Ciências Sociais. Estudo elaborado no Gabinete de Investigações Sociais. 4ª edição. Lisboa: Editorial Presença.

Araújo, M. M., Bruno, M. C. (1995). A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo. Documentos e Depoimentos. Comitê Brasileiro do ICOM.

Bruno, C. (1996). Museologia e Comunicação. Cadernos de Sociomuseologia, n.º 9, Centro de Estudos de Sociomuseologia. U. L. H. T. (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias).

Carvalho, A. D. (1998). A Educação como Projecto Antropológico. Biblioteca das Ciências e do Homem. 2ª edição. Porto: Edições Afrontamento.

Cordovil, M. M. (1993). Novos Museus/Novos Perfis Profissionais. Cadernos de Museologia, n.º 1. Centro de Estudos de Socio-Museologia. ISMAG/ULHT (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias).

Freire, P. (1992). Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

Galopim de Carvalho, A. M. (1993). Museus de História Natural. Iniciação à Museologia – Coordenadora Maria Beatriz Rocha-Trindade. Lisboa: Universidade Aberta.

Henriques, L. O. (1996). A Comunicação na Escola e no Museu. Cadernos de Sociomuseologia, n.º 5, Centro de Estudos de Sociomuseologia. U. L. H. T. (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias).

Maure, M. (1977/78). Reflexions sur une nouvelle fonction du musée. ICOM Education.

Maure, M. (1984). Identité, Ecologie, Participation – nouveaux musées/nouvelle muséologie. Résumé français d'un exposé tenu à l'occasion d'une conférence inter-nordique à Norvège. Documento policopiado.

Mayrand, P. (s/d). L'Ecomusée dans ses rapports avec la nouvelle muséologie + - ou =. Documento policopiado.

Mémoires Collectives. (1984). Actes du Colloque des 15 et 16 Octobre 1982. Bruxelles. Fac. de Philosophie et Lettres de L'U. L. B.

Mendras, H., Forsé, M. (s/d). Le changement Social. Paris: Editora Armand Colin.

Moutinho, M. C. (1989). Museus e Sociedade. Reflexões sobre a Função Social do Museu. Cadernos de Património n.º 5. Museu Etnológico de Monte Redondo.

Nunes, G. M. (1996). A História Regional e Local – Contributos para o estudo das Identidades Locais. Actas do V Encontro Nacional de Museologia e Autarquias. Cadernos de Sociomuseologia n.º 8. Centro de Estudos de Sociomuseologia. U. L. H. T (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias).

Póvoas, L. e Lopes, C. (s/d). Construir uma Memória da Terra para o futuro. Comunicação dedicada ao Professor Galopim de Carvalho. Documento policopiado.

Primo, J. (1999). Museologia e Património: Documentos Fundamentais. Cadernos de Sociomuseologia n.º 15. Centro de Estudos de Sociomuseologia. U. L. H. T (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias).

Rivard, R. (1987). Muséologie et Cultures. Comunicação apresentada no IV Atlier Internacional da Nova Museologia. MINOM. Aragão.

Rivière, G. H. (1989). La Muséologie selon Georges Henri Rivière. Paris: Dunod-Bordas.

Rivière, G. H. (s/d). Musée et Patrimoine. La leçon *Recherche* a fait l'object de trois présatations différentes datant de 1970, 1973 et 1978. Documento policopiado.

Rocher, G. (1971). Sociologia Geral 3. Lisboa: Editorial Presença.

Santos, M. C. (1987). Museu, Escola e Comunidade: uma integração necessária. Brasília: Sistema Nacional de Museus. Salvador: Bureau Gráfica Editora.

Santos, M. C. (1993). Repensando a Acção Cultural e Educativa dos Museus. Salvador: Centro Editorial e Didáctico da UFBA.

Silva, A. S. e Pinto, J. M. (1999). Metodologia das Ciências Sociais. 10ª edição. Porto: Edições Afrontamento.

Sousa, F. C. (1993). Museologia e Comunicação. Cadernos de Museologia, n.º 1. Centro de Estudos de Socio-museologia. ISMAG/ ULHT (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias).

Tinoco, A. (1999). Pedagogia e Nova Museologia. Comunicação apresentada na VII Jornadas sobre a Função Social do Museu (1994). S. João do Estoril. Cadernos Encontro *O Museu, A Escola e A Comunidade*. Coordenação Patrícia Joyce Fontes. CESC/IEC: Universidade do Minho.

Varine, H. (1979). Os Museus no Mundo. GT. Biblioteca Salvat de Grandes Temas. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, S.A.

Varine, H. (1987). Politiques muséales et stratégies de développement local et national. De l'exhibitionisme à la communication social (resumé). Comunicação apresentada no IV Atelier Internacional da Nova Museologia. MINOM. Aragão. Documento policopiado.

Varine, H. (1987). O Tempo Social. Tradução e coordenação Fernanda de Camargo.Moro e Lourdes Rego Novaes, Coleção Eleutherias. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora.

Varine, H. (1990). La Participation de la Population. Comunicação apresentada nas III Jornadas sobre a Função Social do Museu. MINOM. Monte Redondo.

FONTES DOCUMENTAIS

Legislação

Boletim de Minas, Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, Anos 1917, 1922, 1927, 1932 e 1937.

Diário da República, Dec-Lei n.º 89/90 – Aprova o regulamento sobre Pedreiras.

Lei de Bases do Sistema Educativo, n.º 46/86 de 16 de Outubro, *Diário da República* – n.º 237, pg. 3067 e segs.

Lei Mineira de 1917, Lei n.º 677 de 13 de Abril de 1917.

Pedreiras – Regulamento sobre a lavra aprovado por Decreto de 6 de Março de 1884.

Pedreiras – Direito e Legislação - Comércio e Indústria (Ministério do) – Proposta da Lei publicada no suplemento do Diário das Sessões, n.º 45, de 8 de Março de 1939.

Actas da Junta de Freguesia

(relevantes para as Pedreiras do Moimento)

1882 – Aparece pela primeira vez a referência ao ofício de cabouqueiro; 1896 – (17 de Maio); 1897 – (20 de Janeiro); 1918 – (10 de Fevereiro); 1919 – (26 de Janeiro, 6 de Abril, 27 de Julho); 1920 – (4 de Janeiro); 1922 – (8 de Janeiro); 1923 – (7 de Janeiro, 21 de Janeiro, 15 de Abril, 5 de Agosto, 21 de Outubro); 1925 – (18 de Janeiro, 17 de Maio); 1926 – (17 de Janeiro, 7 de Fevereiro); 1927 – (6 de Fevereiro); 1929 – (7 de Julho); 1933 – (19 de Fevereiro); 1934 – (1 de Julho); 1936 – (15 de Novembro); 1938 – (6 de Fevereiro, Outubro e Novembro); 1939 – (5 de Fevereiro, 6 de Agosto); 1941 – (5 de Outubro, 26 de Dezembro); 1942 – (27 de Dezembro); 1943 – (7 de Março, 26 de Dezembro); 1944 – (26 de Dezembro); 1945 – (9 de Janeiro, 26 de Dezembro); 1946 – (24 de Fevereiro, 31 de Dezembro); 1947 – (22 de Dezembro, 30 de Dezembro); 1948 – (26 de Dezembro); 1949 – (30 de Janeiro, 26 de Junho, 24 de Julho, 25 de Dezembro); 1950 – (27 de Agosto, 31 de Dezembro); 1951 – (28 de Janeiro, 23 de Dezembro); 1953 – (23 de Janeiro, 27 de Dezembro); 1954 – (25 de Maio, 26 de Dezembro); 1955 – (26 de Dezembro); 1956 – (26 de Fevereiro, 30 de Dezembro); 1957 – (22 de Dezembro); 1958 – (21 de Dezembro); 1959 – (25 de Janeiro, 26 de Abril, 26 de Julho, 30 de Agosto, 27 de Dezembro); 1960 – (24 de Janeiro, 28 de Fevereiro, 25 de Dezembro); 1961 – (22 de Janeiro, 24 de Dezembro); 1962 – (23 de Dezembro); 1965 – (23 de Janeiro, 27 de Dezembro); 1966 – (24 de Abril, 25 de Dezembro); 1967 – (26 de Março, 24 de Dezembro); 1970 – (27 de Dezembro); 1971 – (26 de Dezembro).

Jornais

Correio da Manhã, 29 de Julho de 1991; 14 de Setembro de 1996

Diário de Notícias, 10 de Maio de 1990; 27 Agosto de 1990; 16 de Julho de 1991; 9 de Março de 1992; 17 de Junho de 1993

Notícias de Fátima, 1 de Novembro de 1990; 15 de Novembro de 1991; 31 de Janeiro de 1992; 31 de Agosto de 1992; 15 de Outubro de 1994; 31 de Outubro de 1994

Notícias de Ourém, 11 de Outubro de 1991

Região de Leiria, 18 de Outubro de 1991; 22 de Janeiro de 1999

Revistas

- Animateurs aujourd'hui. Les Cahiers de L'Animation. (1984). I e II. n.º 44-45.
- Conselho da Europa – Animation Socio-Culturelle. (1975). Bolletim d'Information n.º 4. Centre de Documentation pour l'Education en Europe. Strasbourg.
- Garcia, O. (1986). Animação Cultural: do ousar exprimir-se ao modo de ser cultural-local. Colóquio Portugal 1974-1984. Dez anos de Transformação Social. Revista Crítica das Ciências Sociais. n.º 18, 19 e 20.
- Mayrand, P. (1985). La nouvelle muséologie affirmée. Museum. n.º 148.
- Museum. ICOM. (1973). Vol. XXV, n.º 3 – dedicado à América Latina sobre a Declaração de Santiago.
- Nabais, A. J. (1985). Le développement des ecomusées au Portugal. Museum. n.º 148.
- Novidades. Suplemento Letras e Artes, n.º 39 (1960, 29 de Outubro); n.º 40 (6 de Novembro); n.º 42 (27 de Novembro). (doc. policopiado).
- Peirone, F. (1970). Nótulas de Geografia Humana. Fátima 50. Ano III. n.º 35.
- Sola, T. (1987). De l'Education à la Communication. Nouvelles de l'ICOM. Vol. 40. n.º 3 e 4.
- Sola, T. (1987). Concept et Nature de la Muséologie. Museum. n.º 153.
- Varine, H. (1978). Un Musée éclaté: Le Musée de l'Homme et de l'Industrie. Museum. n.º 4.
- Varine, H. (1978). L'Ecomusée. Gazette d'la A.M.C. Vol. n.º 11.

ÍNDICE CIENTÍFICO

- Ambiente natural – 1, 8, 15, 19, 51, 84, 85, 86, 99, 100, 106
- Boieiro – 57, 111
- Cabouqueiro – 29, 30, 36, 47, 48, 49, 55, 56, 59, 60, 61, 63, 69, 74, 75, 94, 102
- Canteiro – 29, 30, 36, 55, 56, 59, 62, 63, 74, 75, 94, 101
- Carreiro – 50, 56, 57, 67, 68, 94
- Cidadania – 26, 27, 33, 36, 37, 40, 42, 104, 107, 108
- Comunidade/População – 1, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20
22, 23, 26, 27, 30, 31, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42,
43, 59, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 96, 99, 101, 104,
107, 108, 109, 110
- Cova da Iria/Fátima – 2, 4, 5, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 41, 43, 44, 46, 50,
51, 52, 53, 54, 57, 85, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 95, 97, 98, 99,
100, 103, 106, 107, 108, 110
- Desenvolvimento – 1, 3, 6, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 30,
36, 37, 40, 41, 43, 53, 54, 82, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 96,
97, 99, 104, 107, 109, 110
- Ecomuseu/Ecomuseologia – 7, 8, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 27, 86, 87, 90
- Educação – 2, 4, 20, 24, 25, 26, 32, 40, 41, 42, 91, 103, 104, 107, 108
- Educação Ambiental – 38, 40, 43, 86, 87, 91
- Escola – 2, 4, 5, 12, 24, 25, 26, 27, 32, 33, 34, 35, 38, 40, 41, 42, 103, 104, 107,
108, 109, 110
- Espaços de liberalidade – 3, 5, 24, 26, 32, 36, 38, 43, 103, 108
- Exomuseu/Exomuseologia – 19, 21, 27, 99
- Herança/Herança cultural – 10, 21, 23, 42, 59, 91, 101, 109
- Identidade(s) – 4, 12, 13, 15, 21, 22, 23, 27, 40, 91, 92, 97, 99, 106, 109
- Identidade cultural – 3, 22, 32, 87
- Identidade local – 5, 8, 18, 84, 93
- Interdisciplinaridade – 11, 26, 32, 38, 40, 55, 86
- Intervenção museal – 3, 5, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103
- Memória colectiva – 4, 5, 18, 27, 39, 54, 55, 57, 64, 66, 67, 68, 70, 91, 96, 97,
99, 108, 109
- Mudança – 5, 7, 13, 21, 22, 26, 27, 32, 40, 43, 49, 54, 63, 88, 103, 109

Museografia – 11, 18, 20, 26, 32, 41, 43, 96, 99, 100, 101, 102

Museologia – 7, 9, 14, 15, 16, 25, 26, 27, 28, 31,32, 41, 43, 91, 99, 103, 104, 108

Museologia accionalista – 5, 10, 30, 32, 42, 90, 91, 107, 109

Meio-Ambiente/Natureza – 1, 2, 4, 8, 11, 12, 13, 15, 17, 18, 19, 20, 23, 26, 27, 32,
34, 38, 39, 42, 43, 48, 49, 82, 83, 85, 86, 89, 90, 91,
93, 94, 97, 99, 106, 109

Nova museologia – 8, 9, 11, 17, 19, 20, 21, 22, 25, 27, 33, 42, 86, 87

Ofícios – 55, 57, 59, 75, 102

Ordenamento do território – 17, 51, 84, 90

Património(s) – 1, 2, 3, 4, 5, 9, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 26, 27, 33, 36,
37, 38, 41, 42, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 99, 104,
106, 107, 108, 109

Património cultural – 12, 14, 16, 17, 19, 34, 85, 86, 104

Património natural – 12, 14, 17, 19, 34, 85, 86

Pedreira Norte – 30, 49, 94, 95,100, 102

Pedreira Sul – 49, 94, 95, 99, 100, 102

Pedreiras do Moimento – 1, 2, 3, 4, 5, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 41, 42
43, 44, 49, 54, 72, 74, 76, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90,
91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 106, 107, 108, 109

Planeamento – 5, 52, 53, 87, 88, 90, 91, 93, 106, 110

Preservação – 1, 2, 3, 5, 9, 11, 12, 14, 16, 19, 23, 27, 32, 38, 40, 42, 86, 90, 91,
92, 93, 94, 96, 97, 99, 106, 107, 109

Projecto de animação sócio - educativa e cultural – 30, 32, 33, 34, 36, 37, 43, 86,
103, 107, 109

Projecto educativo – 34, 39, 40, 108

Território – 1, 2, 3, 7, 9, 11, 12, 16, 17, 18, 19, 21, 27, 30, 33, 51, 54, 76, 84, 86,
87, 89, 90, 91, 96, 97, 106, 107, 108, 109

Tradição popular – 46, 70, 82, 84, 96

Tradições – 12, 18, 23, 32, 56, 57, 64, 66, 70, 71, 72, 73, 82, 84, 96, 102, 103,
108

Turismo cultural – 12, 89, 93, 97, 98, 101, 106

Turismo religioso – 89, 96, 97, 98, 101, 106, 107